



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 162 - SÁBADO, 11 DE OUTUBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Moraes - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 21 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 24 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu ⁽¹⁾ Papaléo Paes Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Kátia Abreu ⁽¹⁾ Jayme Campos Antonio Carlos Júnior ^(2,3) Maria do Carmo Alves ⁽⁴⁾ Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 8 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. A Senadora Kátia Abreu encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008.
2. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
3. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE	
Agaciêl da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Tião Viana, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 34, DE 2008

Autoriza o Município de Uruguaiana (RS) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$6,830,000.00 (seis milhões e oitocentos e trinta mil dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Uruguaiana (RS) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$6,830,000.00 (seis milhões e oitocentos e trinta mil dólares norte-americanos), observado o disposto no art. 15 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se ao financiamento do “Programa Uruguaiana Vencerá”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser contratada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Município de Uruguaiana (RS);

II – *credor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US\$6,830,000.00 (seis milhões e oitocentos e trinta mil dólares norte-americanos);

V – *prazo de desembolso*: 60 (sessenta) meses, contado a partir da vigência do contrato;

VI – *amortização do saldo devedor*: após carência de 60 (sessenta) meses, será pago em 30 (trinta) parcelas semestrais e consecutivas, sempre que possível, iguais, no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de setembro de 2013 e a última em 15 de março de 2028, sendo que cada uma das 29 (vinte e nove) primeiras corresponderá a 3,33% (três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do valor total do empréstimo, e a última a 3,43% (três inteiros e quarenta e três centésimos por cento);

VII – *juros*: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros **Libor** semestral para dólar norte-americano, acrescidos de um spread a ser determinado pelo Bird a cada exercício fiscal e fixado na data de assinatura do contrato;

VIII – *juros de mora*: 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano) acrescido aos juros devidos e ainda não pagos após 30 (trinta) dias da data prevista para o seu pagamento;

IX – *comissão à vista*: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.

§ 1º É facultado ao Município de Uruguaiana (RS) converter a taxa de juros aplicável ao montante total ou parcial do empréstimo, de flutuante para fixa, e vice-versa, bem como da sua moeda de referência para os montantes já desembolsados e a desembolsar, sendo que o exercício dessas opções implicará a cobrança dos encargos incorridos pelo Bird em sua realização e de uma Comissão de Transação (**Transaction Fee**), que variará de 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre os valores afetados.

§ 2º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Uruguaiana (RS) na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no caput é condicionado a que o Município de Uruguaiana celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 156, das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 158 e 159, todos da Constituição Federal, e outras em Direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Município.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de outubro de 2008. – Senador **Tião Viana**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Tião Viana, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 35, DE 2008

Autoriza o Estado do Tocantins a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Mediocredito Centrale S.p.A. (MCC), no valor de até US\$ 175,410,000.00 (cento e setenta e cinco milhões e quatrocentos e dez mil dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Tocantins autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Mediocredito Centrale S.p.A. (MCC), no valor de até US\$175,410,000.00 (cento e setenta e cinco milhões e quatrocentos e dez mil dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no caput destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvimento – Fase III”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Estado do Tocantins;

II – *credor*: Mediocredito Centrale S.p.A. (MCC);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US\$175,410,000.00 (cento e setenta e cinco milhões e quatrocentos e dez mil dólares norte-americanos);

V – *prazo de desembolso*: até 60 (sessenta) meses;

VI – *amortização*: em 17 (dezessete) parcelas semestrais e consecutivas, pagas nos dias 30 de abril e 31 de outubro de cada ano, com início previsto para após 6 (seis) meses da data final de desembolso ou do efetivo desembolso, o que ocorrer primeiro;

VII – *juros*: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento das amortizações, fixados pela Comercial Interest Reference Rate (CIRR), segundo a taxa vigente na data de assinatura do contrato;

VIII – *comissão de compromisso*: 0,20% a.a. (vinte centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros;

IX – *comissão de gerenciamento*: 0,40% (quarenta centésimos por cento) sobre o valor total do empréstimo, sendo 50% (cinquenta por cento) pagos dentro de 5 (cinco) dias após a data de efetividade do contrato, 25% (vinte e cinco por cento) após 6 (seis) meses e o restante 12 (doze) meses após a data de efetividade do contrato;

X – *despesas gerais*: fixadas em US\$50,000.00 (cinquenta mil dólares norte-americanos);

XI – *seguro de crédito*: o valor referente ao seguro de crédito será pago pela empresa fornecedora dos bens e serviços, a Rivoli S. p. A.;

XII – *juros de mora*: 1% a.a. (um por cento ao ano), acrescido aos juros não pagos.

§ 1º As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

§ 2º À operação de crédito de que trata esta Resolução, é permitida a conversão da taxa de juros aplicável ao empréstimo para a **Libor** semestral para dólares norte-americanos, acrescida de uma margem de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), se o Acordo de Equalização da Taxa de Juros entre a SIMEST, a SACE e o Mediocredito Centrale tornar-se ineficaz ou for encerrado.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Tocantins na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado a que o Estado do Tocantins celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155 e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em Direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de outubro de 2008. – Senador **Tião Viana**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 187ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR GILVAM BORGES – Considerações sobre a preocupação popular com a crise financeira mundial. 39423

SENADOR TIÃO VIANA – Saudação à passagem do Dia Mundial da Saúde Mental, celebrado na data de hoje, destacando os avanços das políticas públicas da área no Brasil e a busca por uma melhor qualidade de vida aos portadores de transtornos mentais. 39427

SENADOR ADELMIR SANTANA – Celebração, hoje, do Dia Mundial da Saúde Mental. Discussão sobre os problemas de saúde mental no Brasil. 39430

SENADOR PAULO PAIM – Homenagem ao Dia da Criança e ao Dia de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, comemorados em 12 de outubro..... 39433

SENADOR MÃO SANTA – Análise da situação do Brasil diante da crise financeira mundial. Apelo ao Governo Federal pela realização de obras no Estado do Piauí. 39442

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Reflexão sobre a passagem do Dia da Criança. Preocupação com a causa em favor das crianças e jovens do País, manifestando-se favoravelmente à criação da Agência de Proteção da Criança e do Adolescente. Defesa de campanha pública nacional de esclarecimento e orientação para proteção das crianças e adolescentes. 39446

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Registro das comemorações do Dia da Criança e do Dia do Professor. Manifestação sobre os conflitos agrários que ocorrem em Mato Grosso. Análise das eleições no Estado do Mato Grosso. 39448

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Louvor à Resolução nº 3.618, do Banco Central, que facilita e simplifica o acesso de crédito junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) 39452

SENADOR JOÃO PEDRO – Congratulações ao Banco Central pela edição da Resolução nº 3.618. Registro de audiência pública realizada na última quarta-feira no Senado, acerca do debate sobre a produção do biocombustível na Amazônia. 39453

SENADOR VALDIR RAUPP – Apelo por urgência na votação do Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2008, de autoria do Deputado Mendes Thame, que altera o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Defesa da aceleração da reforma tributária brasileira. Parabeniza as autoridades brasileiras pela seriedade com que vêm tratando a crise econômica. 39457

SENADOR DELCÍDIO AMARAL – Considerações sobre a crise econômica mundial e a postura do Brasil diante da mesma. 39459

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 1.185, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2003, com os Projetos de Lei do Senado nºs 118, de 2006, 194, de 2005, 219, de 2008, 241, de 2005 e 485, de 2003 – Complementares, por versarem sobre a mesma matéria.* 39461

Nº 1.186, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 6, de 2006, 10, de 2008, 13, de 2006, 16, de 2004, 22, de 2007, 61, de 2004, 85, de 2007 e 95, de 2003, por versarem sobre a mesma matéria.*..... 39462

Nº 1.187, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 18, de 2006, 19, de 2007, 46, de 2006, 107, de 2003, 154 e 160, de 2008, 280, de 2003, 284, de 2008, 285, de 2005, 428, de 2003, 700, de 2007, e dos Projetos de Lei da Câmara nºs 43, de 2005, 77, de 2007 e 86, de 2006, por versarem sobre a mesma matéria.*..... 39462

1.2.3 – Mensagem do Presidente da República

Nº 203, de 2008 (nº 764/2008, na origem), comunicando que se ausentará do País no período de 12 a 17 do corrente, em visitas oficiais à Espanha, Índia e Moçambique. 39462

1.2.4 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Destaque para publicação do Governo Federal intitulada “Mais Brasil para Mais Brasileiros”, reunindo dados e números das ações governamentais..... 39462

1.3 – ENCERRAMENTO**2 – RETIFICAÇÕES**

Ata da 166ª Sessão Não Deliberativa, em 5 de setembro de 2008 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente..... 39464

Ata da 173ª Sessão Não Deliberativa, em 16 de setembro de 2008 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente..... 39465

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 2.097 a 2.100, de 2008. 39466

SENADO FEDERAL**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA****5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL****13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

Ata da 187ª Sessão Não Deliberativa, em 10 de outubro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Paulo Paim, João Pedro e Delcídio Amaral

(Inicia-se a Sessão às 9 horas e 4 minutos, e encerra-se às 13 horas e 11 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a benção e a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos da 187ª sessão não deliberativa do Senado da República do Brasil, sexta-feira, 10 de outubro, iniciada às 09 horas e 04 minutos, sob a coordenação da Drª Cláudia Lyra.

Há oradores inscritos, inclusive eu, mas o nosso ilustre Senador do Amapá pede que tenhamos sensibilidade em conceder-lhe a palavra em primeiro lugar, porque S. Exª vai ausentar-se por motivo de viagem.

Senador Gilvam Borges, V. Exª poderá usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente e, voltando ao Amapá, dê um abraço no seu irmão, que, com grandeza, representou aquele Estado e marcou a história do Senado com sua presença competente e com muita dignidade.

V. Exª, que representa o PMDB do Amapá, pode falar pelo tempo que achar conveniente.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço o abraço de V. Exª, que darei pessoalmente, quando estiver no nosso querido Estado do Amapá.

O filósofo Ortega y Gasset ensinou que o homem é o homem e suas circunstâncias. E as circunstâncias são filhas do tempo, que não pára nunca. Por isso, os desafios e os questionamentos decorrentes deles só cessam com a morte.

Ainda ontem, eu que sou um caminhador, deixei o Senado e fui a pé até a rodoviária do Plano Piloto. Lá, eu, mais um rosto entre os populares, ouvi o trabalhador comum, a dona-de-casa e o estudante cheio de sonhos. E eles estavam preocupados com a crise no mundo. Repeti-lhes, então, o que o Presidente Lula havia falado pouco antes em entrevista à **Folha de S. Paulo**: “Durante muitas semanas vai se falar em crise no mundo. A Bolsa vai subir e vai descer. Não se abalem, porque este País se encontrou com seu destino. Continuem fazendo as mesas coisas que vocês faziam.”

Essas foram as palavras do Presidente Lula. E acrescentei, de forma quase didática: “O Presidente também assegurou que não vai haver pacote econômico. Ele disse que toda vez que se falou de pacote econômico, neste País, quem ficou com o prejuízo foi o trabalhador brasileiro. As medidas serão tomadas uma a uma sempre que forem necessárias.”

E assim está sendo feito com muita competência. O Banco Central traz suportes e estruturas, para que o equilíbrio das ondas gigantes que vêm da América do Norte possam...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Gilvam Borges, contamos com a presença do nosso Vice-Presidente da Casa, a quem passo a Presidência para a ouvi-lo no Parlamento.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas ele está insistindo para que eu continue a presidir a sessão. Então, continuo.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Mas aguardo, porque ainda pode haver possibilidade de ele assumir. V. Exª sabe que esta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ou eu também, porque também sou candidato do PMDB.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Exatamente. Aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Exª pode usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Mas, de volta a meu Gabinete, recebi telefonemas do Amapá, perguntas de jornalistas e e-mails inquietos a respeito da crise financeira. A velha história do homem, suas circunstâncias e seu tempo. Pronto! Instalou-se o medo de que a gripe da América do Norte se alastre, trazendo pneumonia ao Brasil.

Não sou economista, mas me reuni com assessores que o são, e com a humildade dos que não têm vergonha de aprender, perguntei sobre a crise, seus desdobramentos, alta de dólar, perspectivas e prognósticos.

E, mais importante do que falar da crise financeira norte-americana, como se todos soubessem que ela existe e com a certeza de que ela é destruidora, considero que é imperiosa explicar por que ela se instalou.

Basicamente, os seguidos anos de elevado crescimento e baixo risco ampliaram rapidamente as linhas de crédito na economia americana, sobretudo no setor imobiliário. Os bancos reduziram muito as exigências para liberar financiamentos. Enquanto os juros estavam em níveis extremamente baixos, tudo corria bem. Mas o ambiente mudou. Como a taxa de inadimplência extrapolou os limites previstos, os juros subiram.

Então, temendo novas perdas, as instituições financeiras, ou seja, os bancos, reduziram sua tolerância em relação a aplicações arriscadas, e, por isso, algumas empresas não conseguiram obter financiamento. Entre os inadimplentes, havia companhias nas quais os fundos de investimento puseram dinheiro. Acendeu-se um sinal vermelho de alerta em Wall Street e nas principais praças financeiras do planeta, o que levou a um quadro de grandes perdas no mercado acionário.

O que aconteceu foi que os seguidos anos de juros baixíssimos estimularam uma concessão de crédito desenfreada na economia americana. Os bancos começaram a emprestar dinheiro até a pessoas com histórico de crédito deficiente (os chamados de *subprime*). Mas, nos últimos meses, os juros começaram a subir, o financiamento ficou mais caro e a inadimplência disparou. Para estancarem prejuízos, os investidores venderam ações que possuíam em carteira, não só nos Estados Unidos e na Europa, mas também em mercados emergentes como o Brasil.

Não há dúvida, de acordo com economistas, de que os mercados do mundo todo, como tudo está interligado, passarão por dias de montanha-russa, com quedas grandes seguidas de altas.

Mas, também segundo os estudiosos mais sérios, ao contrário das turbulências de 1998 e 2002, as empresas brasileiras têm hoje finanças muito mais sólidas, com baixo endividamento e muito dinheiro em caixa.

O Governo também faz tudo certo. O Tesouro Nacional tem um confortável colchão de liquidez que ajudaria a enfrentar uma eventual má vontade do mercado em rolar a dívida pública. Com o crescimento das exportações, o Brasil acumulou também reservas em moeda forte suficientes para assustar qualquer ganancioso especulador internacional.

A verdade é que, durante os anos 90, o Brasil atravessou, aos trancos e barrancos, as crises nos mercados financeiros do México (em 1994); da Ásia (em 1997); e da Rússia (em 1998), e sucumbiu ao ataque especulativo contra o real no início de 1999, desvalo-

rizando a moeda. Nessa última ocasião, o País tinha reservas de apenas US\$35 bilhões – no auge da crise, o mercado brasileiro perdia US\$1 bilhão por dia.

Desta vez, porém, o cenário é bem diferente: o País tem dólares de sobra e o drama da dívida externa faz parte do passado. Segundo o Banco Central, o Brasil tem quase US\$160 bilhões de reserva que podem ser injetados no mercado para conter a fuga de capitais. O País, portanto, não vai quebrar.

O Governo enviou a Proposta de Orçamento de 2009 ao Congresso. Por enquanto não vai mexer nele. A proposta enviada ao Congresso trabalha com a expansão de 4,5% da economia, IPCA de 4,5% e IGP-DI de 5,3%. A taxa de câmbio média é estimada em R\$1,71 e os juros básicos devem estar entre 13,5% em dezembro do ano que vem. O salário mínimo deve aumentar para R\$464,00.

O Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, garantiu a disposição do Governo em cortar despesas em 2009 caso a economia cresça abaixo da atual previsão, mas disse ter recebido orientação para preservar os recursos destinados às áreas sociais e aos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC. O Ministro defendeu uma atitude de “precaução” do Governo, mas afirmou que as medidas para enfrentar o agravamento da crise internacional “são aquelas que tomamos nos últimos seis anos. Somos pentacampeões em fazer superávit”, explicou Bernardo, afirmando que os cinco maiores superávits primários dos últimos dez anos foram alcançados na administração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E é verdade!

O Ministro afirmou que ainda não dá para assegurar se haverá mesmo cortes, “sem ter convicção de que isso será necessário”. A meta de superávit também está mantida. Pelo menos, até agora.

Esta semana, em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, o Ministro Paulo Bernardo advertiu às indústrias que pedir reajustes ao varejo, por um suposto aumento de custos com componentes importados, é “jogar gasolina na fogueira”, numa espécie de pedido para a manutenção de preços durante a turbulência dos mercados financeiros.

Aliás, esse é o problema dos mercados: eles são extremamente vorazes e gananciosos. Ainda ontem à noite, li uma matéria extremamente interessante a respeito do dólar. O economista Sidnei Nehme, diretor executivo da NGO Corretora, garante que a alta do dólar nos últimos dias “é um problema de apostadores e nada tem a ver com o mercado de câmbio à vista”.

Diz a matéria na íntegra:

As variações no mercado de câmbio ‘passam uma idéia absolutamente errônea à população’. As pessoas que não têm intimi-

dade com esses mecanismos têm a impressão de que o País está em crise e que não tem dólares.

O economista aponta sinais de que não há escassez da moeda americana no País. Nos últimos pregões, o Banco Central ofereceu dólares no mercado futuro, mas os negociadores não absorveram toda a quantia. Nesta quarta-feira, ocorreu o mesmo: o Banco Central fez leilão à vista, mas o mercado se interessou apenas parcialmente.

O problema ocorre porque algumas empresas nacionais haviam feito operações arriscadas no mercado futuro de câmbio colocando-se na posição de vendedores.

Em certo momento, 'um grupo de fundos descobriu que a crise poderia permitir um movimento especulativo apostando no dólar e não mais no real. Esse grupo, que tinha uma posição vendida de dólares futuros da ordem de US\$3 bilhões, passou para uma posição comparada da ordem de US\$7 bilhões', explica o economista.

As empresas que especularam na posição vendedora agora encontram na outra ponta esses fundos, que dificultam a liquidez propositalmente e puxam as taxas cada vez mais para cima, segundo Nehme. E as 'empresas agüentam porque sabem que se saírem agora os prejuízos serão muito altos'.

Ou seja, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a alta do dólar é artificial. A raiz do problema é a especulação!

Tem outro dado importante para vacinar os contagiados pelo medo e que montam no cavalo para combater os dragões do apocalipse. O IBGE divulgou ontem que a inflação do Brasil, em setembro, desacelerou pelo quarto mês consecutivo. A inflação oficial ficou em 0,26%. Isso mesmo: 0,26%!

Para completar, ainda hoje de manhã bem cedo, capturei, na *Internet*, matéria da *BBC Brasil* que estava disponível na íntegra no *site* do UOL. Dizia a matéria:

Apesar de uma semana marcada pela desvalorização do real em relação ao dólar e por quedas na Bovespa, muitos economistas ainda acreditam que o Brasil vá sair relativamente ileso da crise financeira global, segundo o *Financial Times*.

O *Financial Times*, vale frisar, é um jornal britânico especializado em economia, respeitado e citado em todo o mundo.

E continua a matéria da *BBC Brasil* de hoje, 7h44min da manhã:

O *site* do jornal inglês traz, nesta quinta-feira, uma reportagem sobre os leilões realizados pelo Banco Central na quarta-feira para conter a desvalorização do real em meio ao que o *Financial Times* chama de "a onda mais forte de venda provocada por pânico em décadas" no Brasil.

Segundo o jornal, até esta semana, grande parte da queda nos ativos brasileiros vinha sendo causada pela retirada de dinheiro do Brasil por investidores estrangeiros tentando cobrir perdas em outros mercados, mas, nos últimos dias, os investidores locais também se ajustaram ao "êxodo".

O *Financial Times* diz, no entanto, que os bancos brasileiros não estão tão vulneráveis quanto os americanos ou europeus. E explica que: "O setor bancário do Brasil passou por uma reestruturação promovida pelo Governo nos anos 90 e tem pouco da exposição a ativos de risco afetando os bancos americanos e europeus". O *Financial Times* acrescenta que apenas cerca de 10% do crédito bancário no País é levantado fora do Brasil.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes e telespectadores, não há motivo para pânico, angústia nem desespero. O Brasil fez, sim, o seu dever de casa e tem mecanismos e antídotos para combater a crise.

A classe política tem dado sinais inequívocos de maturidade e civismo quando se coloca de prontidão para analisar medidas emergenciais que se façam necessárias. O Brasil tem bússola e o barco não está à deriva. Muito pelo contrário, tem comandante e tripulação que sabem o que querem e que não vão se acovardar com a mudança da maré ou com o vento que sopra contrário. Afinal, o tempo e as circunstâncias do homem e da Nação estão mudando o tempo todo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que bom que o País está muito bem preparado para enfrentar, com segurança, a crise que vem da América do Norte. Porém, muitos – os profetas do apocalipse –, se aproveitam da situação para tentar colocar a Nação na quebradeira geral. Eu acredito, Sr. Presidente, que, com o saneamento que fizemos na década de 90, a reestruturação feita em 90, e com todos os mecanismos que estão sendo utilizados, os próprios economistas internacionais renomados garantem que o Brasil está pronto e em melhores condições do que

a própria Europa e os Estados Unidos para fazê-lo. Parece um absurdo, mas é uma realidade.

Enfrentaremos essa crise com a responsabilidade e a vigilância necessárias. Cumpriremos o dever de casa, como está sendo feito.

Esperamos, como disse o Presidente Lula, não precisar emitir qualquer pacote para afetar profundamente a economia. Acredito que, com mais duas semanas, as coisas estarão bem mais tranquilas do que hoje.

Portanto, levo a minha mensagem à Nação brasileira convicto de que nós superamos e bem. Estamos muito bem no jogo dessa crise. O Brasil, ainda bem, está estruturado para enfrentar todas as adversidades que se estão apresentando neste momento.

Viva o Brasil! Viva o Amapá! Viva o povo brasileiro! Deus nos proteja, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Quero cumprimentá-lo pela oportunidade desse debate qualificado.

Senador Gilvam Borges, a admiração por V. Ex^a cresceu por ter citado Ortega y Gasset. Em seu livro maior, *A Rebelião das Massas*, ele faz referência ao homem e suas circunstâncias. Atentai bem! Outro escritor espanhol, Cervantes, de *Dom Quixote de La Mancha*, diz que só não tem jeito para a morte. Sejam os otimistas!

Mas quero dizer a V. Ex^a para levar nossas preocupações ao Presidente da República. Esse assunto é fruto de um debate qualificado, iniciado por um dos Senadores mais vocacionados em economia, o Sr. Tasso Jereissati. Nós participamos. As preocupações são imensas.

Eu sou prático, sou médico-cirurgião, e, às vezes, dá certo. Juscelino Kubitschek era médico como eu, cirurgião. Mas eu vou lhe dar um exemplo. Nós temos dois tipos de dívida: a dívida externa que, como V. Ex^a falou, está sob controle, mas temos de nos preocupar com a interna. Você pode não estar devendo a bancos, mas a sua casa está com banheiro quebrado, cano furado, não tem descarga, não tem água, está com goteira. Esse é o problema do Brasil. A dívida interna ficou alopadamente grande pelo aumento do número de funcionários, pelo aumento de impostos, que eu denunciei – são 76 impostos. Está exaurida. O povo, que paga a conta, não pode mais pagar. E nós vamos nos submeter.

V. Ex^a é homem culto, brilhante, e sabe que essa dívida é velha. Esses são velhos problemas do Brasil. Rui Barbosa, inclusive, os enfrentou com inteligência ímpar. Quando se deu a libertação dos escravos, queriam indenização. Ele, então, deu sumiço em todas as contabilidades de dívida para o Brasil navegar – é preciso navegar, viver não é preciso.

Mas quero dizer a V. Ex^a que D. João VI aumentou a dívida quando ele veio. Foi a Inglaterra que o livrou de Napoleão Bonaparte, da França. Então, nós ficamos endividados com a Inglaterra, muito endividados. Na época da Guerra do Paraguai, eles nos deram dinheiro, assim como para a Argentina e para o Uruguai. Com a Segunda Guerra Mundial, a Europa – e conseqüentemente a Inglaterra – sucumbiu economicamente, e emergiram os Estados Unidos. Nós passamos a dever aos Estados Unidos e, quer queiramos ou não, a economia dos Estados Unidos representa um quarto da mundial. O que houve, V. Ex^a explicou com grande grandeza, e essa explicação deveria ser ouvida pelo Presidente Luiz Inácio. É hora de preocupação.

É hora de preocupação. Por quê? O problema dos americanos foi com os imóveis e as casas. Eles venderam muitas casas – US\$200 mil. E, como V. Ex^a explicou magnificamente, eles não puderam pagar. Os juros cresceram. Nós aqui caímos no erro. Eu denunciei. Nós temos essa visão. Nosso papel é esse. Estou consciente. Eu não era o Apocalipse, não. Eu estava preocupado. O empréstimo consignado arruinou os aposentados. Eles estão endividados. Atentai bem! Os banqueiros foram protegidos, porque eles tiram na conta. Mas o Governo estimulou irresponsavelmente a compra de carro por dez anos! Tem gente que não tem estrutura para pagar, que não tem nem emprego e está tirando um carro por R\$200. Eles vão devolver. Vão devolver. O pânico chegou. Essa é a realidade.

Então, V. Ex^a teve a coragem e a firmeza de dar os lados positivos. Mas eu acho que o estadista Fernando Henrique Cardoso teve a coragem. O apagão foi uma mazela dessas. Eu era Governador do Estado. E de repente, ele sugou um técnico muito honrado e muito competente, Pedro Parente, para ser superministro. Não sei como é que ele chamava – não era quartel, não era ministério. Como ele chamava? V. Ex^a deve se lembrar. Chamou o superministro para enfrentar o problema. E enfrentamos: apagamos as luzes das capitais, houve racionamento. Está na hora de o Presidente da República...É real. Isso não é conversa. Não temos a dívida externa, mas temos a dívida interna, inclusive com os aposentados. Estamos sugando dinheiro dos velhos aposentados, indevidamente. O Paim diz que, imoralmente, cruelmente, é o único país que está tirando e esfolando. Então, nós temos essa dívida interna.

Mas para as preocupações e para o tema, nota 10. E eu sou otimista, porque pelo menos está um do PT aqui, Tião Viana, que é uma mente arejada. Ele não é do PT, não é do Partido do Ministro, não, mas ele representa o Ministro dos Transportes, do PT, graças a Deus! O problema existe. Atentai bem! Olha a coragem de Fernando Henrique, esse grande estadista que

buscou Pedro Parente, um dos melhores homens desta Pátria que enfrentou e nós saímos do apagão.

Eu fico com a sua citação “O homem é o homem e suas circunstâncias.” E vou além, vou a Dom Quixote de la Mancha: “Só não tem jeito para a morte”. Então, Luiz Inácio, só não tem jeito para a morte. Mas vamos enfrentar, não vamos fugir, não vamos enganar. E, graças a Deus, estão dois membros do PT para levar isso. Só tem esse sentido, se este Senado tiver homens capazes e formos pais da Pátria.

Entendo que nós estejamos endividados nos Estados Unidos. A dívida é velha, passou da velha Europa e subiu para os Estados Unidos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, tranqüilizo V. Ex^a para o fato de que o Presidente Lula e toda a equipe dos maiores economistas do País estão em vigília. Então, tenha certeza de que, como V. Ex^a, todos nós estamos atuando preocupados. Tenho certeza de que iremos atravessar esta, como já atravessamos outras crises.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queria dizer que este Senado é tão eficiente que o nosso assessor ímpar aqui da Casa... Eu falhei ao querer recordar a história do Pedro Parente, comandando e enfrentando o apagão, e o nosso João Pedro – é o seu nome, Senador – já trouxe aqui: o nome é Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

Então, Presidente Luiz Inácio, a minha contribuição, como pai da Pátria, como Senador, é para que V. Ex^a reconheça isso.

Desse problema não tem como escapar. Tem como enfrentar.

Crie, a exemplo de Fernando Henrique Cardoso, uma câmara de gestão para enfrentar essa crise da economia.

Vamos seguir a lista. Está inscrito Geraldo Mesquita Júnior e, em seguida, Tião Viana. O Acre vai dominar.

O Paulo Paim está na lei – e o Tião Viana disse para eu cumprir o Regimento – no art. 17 e ele está olhando.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Para mim, não tem problema, não.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, vamos ceder ao Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Tião pode falar antes.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas, Tião, V. Ex^a tem todos os méritos e gostaríamos que V. Ex^a...ou V. Ex^a só quer presidir quando for Presidente de direito e de fato?

Você presidiu muito bem esta Casa naqueles dias...quantos dias V. Ex^a foi Presidente?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Por dois meses.

SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Só dois meses. O Geraldo acaba de ceder ao Tião...

O Senador Tião Viana disse que vai falar sinteticamente. O Geraldo Mesquita cede. O Acre está no tempo em que foi aquela República. Aquilo devia ter sido um País e V. Ex^a teria sido Presidente – ou o Geraldo Mesquita.

Presidente Tião Viana, V. Ex^a pode usar pelo tempo que achar conveniente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é o Dia Mundial da Saúde Mental.

E o Brasil está fortemente vinculado a esse tema porque tem na política de saúde mental do Ministério da Saúde uma das fortes diretrizes do Governo Presidente Lula.

Esse era um assunto fechado, porque trazia triste memória à sociedade brasileira sobre sua evolução histórica, sobre a forma como os loucos eram tratados ao longo dos tempos. Mas hoje temos um modelo de gestão em saúde mental no Brasil vinculado a uma prática internacional sanitária que diz respeito a um processo progressivo de desospitalização, de buscar a restituição da dignidade do doente mental, de procurar integrá-lo ao cotidiano da sociedade, envolvê-lo no ambiente familiar, com o ambiente comunitário, com a atividade profissional como um todo.

Temos uma situação marcada por tragédias, por tristezas, por acidentes emocionais, que envolvem a política de saúde mental no Brasil e temos os avanços ocorridos. Hoje, o Governo brasileiro, por meio da Lei Paulo Delgado, que é a lei da reforma psiquiátrica no Brasil, que assegura um processo de desospitalização, traz novas referências e novas práticas na relação com os doentes mentais.

Temos os CAPS – Centro de Apoio Psicossocial, que são unidades de atendimento ambulatorial comunitário para vítimas de saúde mental, que não falam da internação desses pacientes, mas em cuidados ambulatoriais. E temos um processo de redução dos leitos psiquiátricos no Brasil, que chegou a ter mais de 80 mil leitos hospitalares. Em 2002, havia 50 mil leitos hospitalares para doentes psiquiátricos; e, hoje, são 37 mil. A tendência da psiquiatria moderna é o fim, o extermínio dos leitos psiquiátricos específicos, comunidades hospitalares isoladas. O que se quer é a integração do doente psiquiátrico em relação às demais patologias, porque ninguém tem medo, na história

brasileira, de se relacionar com um doente da diabetes, com uma vítima de hipertensão arterial, com uma vítima do câncer, com uma vítima de uma doença reumática, de uma doença tireodiana, mas todos tratam como uma necessária condução ao isolamento a pessoa vítima da doença mental. É como se o problema não fosse da família, não fosse da sociedade, não fosse sequer do Governo e fosse um problema do médico. Foi esse o conceito histórico e a interpretação sobre como envolver e como procurar tratar o doente mental em nosso País. E isso mudou, graças a Deus; hoje, as mudanças refletem uma visão de modernidade, de contemporaneidade e a busca de uma nova forma de interpretar e conviver com o doente mental.

Foucault diz que a loucura nada mais é do que “a força viva e secreta da razão”. E o doente mental, até o século XIX, era vítima dos mais perigosos ambientes de segregação, quando ele era colocado em naus que eram levadas para lugares distantes e recebidos, muitas vezes, a pauladas, a torturas pelas comunidades que entendiam que eram pessoas indesejadas. Foram os loucos e os leprosos tratados dessa maneira ao longo da História, e isso chegou até o século XIX. A lepra chegou a evoluir com esse tipo de ambientação de preconceito até o próprio século XX.

Temos uma situação de mudança muito forte. Os números falam em fortíssimos avanços no Brasil. Em 2003, o Brasil tinha quinhentos centros de apoio psicossocial, ou seja, avançamos, de 2003 para 2008, para 1.291 unidades dos chamados CAPS.

Os leitos hospitalares eram 51.000, em 2002 – psiquiátricos, comunidades fechadas em si –, caíram para 37.728, mostrando que há um processo de integração dentro dos hospitais gerais.

Os gastos com os doentes psiquiátricos também mudaram muito. Nós tivemos, desde a Lei nº 10.216/2001, avanços na ordem de R\$7 milhões, que eram gastos com os CAPs, em 2002, para R\$168.155.000,00 no ano de 2006, com avanços fortes. Ainda no ano de 2008, já passamos de 1.400 unidades de centro de apoio psicossociais. E, no ano, em relação ao Programa de Volta para Casa, em que o Governo Federal, em parceria com as unidades regionais, transfere recursos mensais para os doentes mentais, o custo aumentou para uma ajuda de R\$320,00 para aquela família que se encoraja a trazer o doente da unidade psiquiátrica de isolamento para o seio familiar e passa a incorporar ajuda com esse paciente. Então, mais um avanço a favor da humanização dos cuidados com os doentes mentais.

O percentual de gastos do Programa de Saúde Mental é outro item muito encorajador e muito animador para nós. Tínhamos 75,24% dos gastos com

hospitais psiquiátricos no ano de 2002 e eles foram reduzidos para 36,6%. E os gastos extra-hospitalares, com doentes mentais, que eram de 24,76%, em 2002, evoluíram para 63,35% no ano de 2007. Isso quando se fala apenas no ano de 2007.

Então, isso reflete uma mudança profunda de mentalidade de gestão, uma nova forma de o governo se sentir responsável por esse problema. Nós temos, no meio disso, o preconceito, o problema conceitual e o problema das barreiras familiares. Poucas, Sr. Presidente, são as famílias, neste País, que têm coragem de dizer que têm um doente mental no seu seio familiar, que não têm vergonha de tê-lo no seu ambiente familiar, de levá-lo ao hospital para tratamento.

O caminho do preconceito começa em casa, chega à unidade hospitalar, à unidade ambulatorial. Poucos são aqueles portadores de transtornos mentais que têm coragem de se sentir livres para informar que têm um acompanhamento psicológico, um acompanhamento psiquiátrico, tudo em razão de um fortíssimo estigma, de um fortíssimo preconceito, como se fosse algo que contamina, algo ruim para a vida em comunidade. Isso reflete uma situação de distanciamento forte entre o valor do calor humano, da solidariedade, do afeto, da confiança, do otimismo, do carinho do Estado com a vida em comunidade, com a vida familiar, em relação a uma doença que acompanha a humanidade em todos os seus tempos.

Senador Adelmir Santana, quando se vê uma tela pintada por um louco, muitas vezes, todos elogiam, dizendo: “Que coisa genial!” Quando vêem uma manifestação de teatro de alguém que tem traços de loucura, todos dizem: “Que coisa genial!”. Mas quando alguém está com um comportamento atípico no seio familiar, todos querem esconder aquilo como se não fosse algo absolutamente natural, que precisasse apenas da solidariedade e da boa condução para a pessoa se restabelecer. É como se a loucura fosse um estigma determinado a acompanhar a pessoa, não entendendo que ela pode se recuperar, pode ter uma boa convivência, pode ter uma extraordinária qualidade de vida, uma vida feliz junto com a sua comunidade.

Em regra, os transtornos mentais permitem a recuperação para uma qualidade de vida.

Concedo um aparte, com muito prazer, a V. Ex^a, que sei fará também uma forte manifestação sobre este tema no dia de hoje.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Tião Viana, quero me associar às suas palavras, V. Ex^a já tinha até comentado aqui que faríamos um pronunciamento nessa mesma direção. Exatamente não sou um especialista na matéria, até porque não faço o exercício da Medicina, entretanto, me assustei recen-

temente ao ver uma pesquisa do Ministério da Saúde que revela que 21% da população brasileira têm, de uma forma ou de outra, problemas mentais. Estamos falando de 38 milhões de brasileiros. Então V. Ex^a traz hoje, quando se comemora o Dia Mundial da Saúde Mental, um assunto de relevância. Quero me associar às palavras de V. Ex^a, dizendo, como leigo que sou na matéria, da minha preocupação estatística e sabendo o que isso representa efetivamente para as famílias. A dificuldade da convivência, a fórmula do Estado brasileiro melhorou, é verdade, V. Ex^a fez referências às melhorias, mas ainda temos muitas coisas a reparar nessa matéria. É triste quando temos que enfrentar essas dificuldades, que muitas vezes são levadas até pelo alcoolismo, por outros vícios, drogas, e a gente percebe os transtornos que esse tipo de doença provoca. Poderia ser uma doença como a hipertensão ou uma outra doença qualquer, ninguém está livre desse tipo de enfermidade. Então quero louvar a atitude de V. Ex^a em lembrar essas dificuldades, em fazer referência a esse tipo de patologia que aflige, portanto, 21% da população brasileira. É certamente isso atinge muito mais, porque quem tem esse tipo de doente na família sabe o quanto isso perturba, envolve todos os entes familiares. Associo-me ao pronunciamento de V. Ex^a. Farei uma referência à situação, não com a categoria e a qualidade que é feita por V. Ex^a, que é médico, além de Senador e conhece bem a matéria e a sua casuística.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Adelmir, que irá fazer uma manifestação também na mesma direção. Hoje é o Dia Mundial da Saúde Mental, Senador Mão Santa. Temos vários profissionais da saúde refletindo esse tema nos jornais brasileiros, desde a *Folha de S. Paulo* a outros jornais. O Senado também presta sua homenagem, a dívida que existe das sociedades com os portadores dos transtornos mentais.

Entendo que o caminho seja longo, é uma longa caminhada para que alcancemos um patamar de ruptura com o preconceito. Preconceito não se rompe da noite para o dia, não se rompe em um ano nem em uma década, mas é preciso caminhar para olhar de maneira diferente o portador do transtorno mental na nossa sociedade.

Acredito que o caminho mais importante seja romper as unidades de isolamento. Quando nos transferimos à problemática da saúde mental nos presídios brasileiros, o quadro é muito mais assustador. Assim também quando se visita os manicômios judiciais, o que foi uma tragédia ao longo da história, já condenados. Transferiu-se para o albergue, para as casas de apoio ao doente mental junto ao sistema prisional brasileiro.

Não temos a presença efetiva e qualificada do Estado brasileiro nessa hora. Mistura-se efetivamente o doente mental, que é inimputável, não tem noção que tenha feito algo errado, e às vezes praticou crimes violentos. Isso vem desde Pierre Rivière, no século XIX, 1835, quando mata a mãe e o irmão porque dizia que assim estaria libertando o pai e depois é condenado à pena capital. Pela primeira vez, os médicos entendem que ele era inimputável, que ele não tinha noção do crime que estaria sendo praticado e garante-se com isso uma prisão perpétua a ele. Trinta e cinco anos após, sem tratamento, ele é levado ao suicídio. E ocorre com Febrônio, índio do Brasil, nas primeiras décadas do século passado, julgado em 1920, quando também tem envolvimento sexual com um rapaz por razões, em sua mente, religiosas e de outra natureza. Ele é julgado também inimputável pela Sociedade Médica Brasileira. A justiça o reconhece assim, mas ele é levado à prisão permanente e morre dentro dos presídios brasileiros, também sem tratamento.

Outros casos paradoxais nós temos, como no meu Estado, quando uma família foi levada, por um segmento religioso pentecostal, ao assassinato de várias pessoas. As razões envolviam uma seita fundamentalista que se confundia com a própria formação pentecostal. Como não era justa a forma que estavam tratando, levou, portanto, ao assassinato coletivo. Não morrem os que correm daquele ambiente. É levada à condenação, depois é solta, e não se sabe se tem ou não seguimento psicossocial para essa família que praticou um crime por razões, sem dúvida alguma, de transtorno mental.

Então, esse problema ocorre em todo o País, ocorre em todas as localidades e ocorre mundo afora. Assim, a dívida está envolvida em todos nós.

Penso que a melhor maneira de a sociedade tratar o transtorno mental seria ela perceber com naturalidade o caminho da ajuda para quem fosse vítima e tirar o medo da busca de ajuda tanto da vítima, como da família e da comunidade. De outra forma, o que vamos ter como respostas a essa omissão do Estado, a essa omissão da sociedade e da família? Vamos ter crimes violentos, porque, muitas vezes, a família percebe a anormalidade no seu ambiente, mas não intervém; a comunidade percebe, mas não intervém favoravelmente, em solidariedade; e aí vem as tragédias, com jovens matando pessoas nos cinemas e em outros lugares.

Então, as razões éticas da sociedade não devem ter o reconhecimento do transtorno mental como impedimento à busca do afeto, à busca da proteção e do tratamento das vítimas dessa entidade nosológica, de cuja importância V. Ex^a, como médico, sabe tanto quanto eu. Como disse

o Senador Adelmir Santana, até 21% das pessoas que fazem parte de uma sociedade são portadoras, em regra, de transtornos mentais. Isso se dá no envolvimento com a droga, com o alcoolismo e até nas manifestações orgânicas em si envolvendo a doença mental.

Então, era isso que eu queria dividir com o Plenário do Senado e com a sociedade brasileira, na busca de uma melhor resposta às vítimas de transtornos mentais em nosso País, em nossa vida em comunidade. Sou autor de um projeto de lei que cobra cotas para pessoas portadoras de deficiências, envolvendo aí, inclusive, os portadores de transtornos mentais. As empresas se recusam a acolher vítimas de transtornos mentais como empregados, sendo que estes podem ter um acompanhamento e ter qualidade de vida, e preferem que o caso seja levado pela Delegacia do Trabalho a um juízo para julgamento, que acaba com a condenação a uma pena alternativa, como, por exemplo, o pagamento de dez sacolões, o que é muito mais barato, Senador Paim – V. Ex^a que é um pregador dessa área –, do que assegurar emprego para uma pessoa portadora de necessidade especial.

Então, era isso que eu tinha a dizer no dia de hoje, que é um dia especial para a saúde mental no Brasil. Que não sejamos capazes de entender como correta uma ruptura imediata de fechar as unidades de tratamento de transtorno mental, mas que encaremos com naturalidade a progressividade para acolhê-los no seio da sociedade, sem medo, mas com coragem, apoio técnico, médico e de saúde mental, para a melhor qualidade de vida dessas pessoas e das famílias afetadas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Tião Viana, desejo cumprimentá-lo. E quis Deus que eu, como médico, estivesse presidindo a sessão. Associo-me a V. Ex^a na sensibilidade de homenagear o Dia da Saúde Mental. Como reza a Organização Mundial de Saúde, a saúde não é apenas a ausência de enfermidade ou doença, mas o mais completo bem-estar físico, social e mental.

Senador Paulo Paim, tenho orgulho do Piauí. Foi em Teresina, um ícone do sistema de saúde, que se instalou um dos mais modernos hospitais de psiquiatria: o Sanatório Meduna. O Dr. Clidenor de Freitas, que foi Parlamentar e Presidente do Ipase, cassado pela ditadura, foi o primeiro médico do Norte e Nordeste a tirar as correntes que prendiam os doentes mentais.

Então, este é um dia de homenagem aos que se dedicam à saúde mental e eu queria prestar esta homenagem àquele que foi o pioneiro no avanço do tratamento dos doentes mentais no Piauí, o Dr. Clidenor de Freitas, que foi Parlamentar, Presidente do Ipase,

cassado pela ditadura, o primeiro a tirar as correntes que prendiam os doentes mentais nos hospitais de tratamento psiquiátrico.

Tião Viana, a nossa admiração por V. Ex^a. Nós o sabíamos como um dos mais competentes professores de doenças infecto-contagiosas, mas V. Ex^a mostrou a grandeza do entendimento da Medicina falando com muita segurança sobre os problemas mentais.

Convidamos a usar da palavra o nosso Senador Adelmir Santana, com a aquiescência do nosso Paulo Paim e Geraldo Mesquita, que estavam inscritos para falar antes.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Serei rápido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a recebeu a sensibilidade dos dois Senadores.

V. Ex^a pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Serei rápido, serei rápido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a representa aqui também o Sistema S, tão bem dirigido no País pelo grande empresário Paulo Skaf.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, ocupo esta tribuna hoje para cumprir um papel de brasileiro e, antes de tudo, de cidadão brasileiro que vive e respeita todos os que lutam arduamente pela sobrevivência e crescimento como ser humano.

Quero falar sobre um problema que, em função das pressões do mundo moderno e da globalização, tem crescido de forma assustadora, mas que, infelizmente, tem sido pouco divulgado e menos ainda tratado de forma adequada pelos governantes. Refiro-me ao mesmo assunto tratado pelo Senador Tião Viana, que me antecedeu na tribuna.

Aliás, o Senador Tião Viana participou de um encontro com o Procurador Antonio Fernando de Souza onde se tratava dessa questão do uso dos leitos para tratamento psiquiátrico. O Jornal do Senado retrata isso e S. Ex^a faz hoje um pronunciamento de importância sobre a mesma matéria. Refiro-me, portanto, aos problemas de saúde mental. Hoje, dia 10 de outubro, é o Dia Mundial da Saúde Mental, comemorado pela Organização Mundial da Saúde.

De acordo com o Ministério da Saúde, temos uma estatística assustadora. Dos cerca de 184 milhões de brasileiros, mais de 38 milhões sofrem de algum tipo de transtorno psiquiátrico. Estamos falando, portanto, de 21% da população, Sr. Presidente. É um número bastante significativo.

Quando falamos em transtornos psiquiátricos, estamos incluindo os transtornos causados pelo uso de álcool, de drogas, a depressão e todos os tipos de doenças mentais ou sofrimento psíquico. Infelizmente, esses números aumentam na proporção em que cresce a população e a cada ano aparecem novas doenças e novos doentes.

Ao tomar conhecimento desses números, apesar de não ser um especialista nessa área, como tive oportunidade de dizer no aparte que fiz ao Senador Tião Viana, mas por estar comprometido com os problemas sociais que atingem a população, fui visitar, aqui no Distrito Federal, o Instituto de Saúde Mental. E fui visitá-lo exatamente em razão da estatística que eu vi publicada pelo Ministério da Saúde.

O Instituto funciona, desde 1986, na antiga Granja Riacho Fundo, que, no passado, era residência oficial de autoridades federais. É uma área grande, interessante.

Situado em uma área de reserva do Ibama, entre as Administrações do Riacho Fundo I e II, o Instituto de Saúde Mental é uma entidade ligada à Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal e durante muitos anos foi exemplo de atendimento na saúde mental. Hoje a realidade é diferente. E nos próximos dias eu vou levar ao Governador José Roberto Arruda e ao Secretário de Saúde, Augusto Carvalho, as minhas apreensões quanto à qualidade dos serviços prestados nesse ambiente atualmente.

Quando assumiu o Governo do Distrito Federal, o Governador Arruda recebeu o Instituto em situação de completo abandono e já começou a fazer investimentos para a recuperação do local. Mas ainda há muito o que fazer, no tocante às instalações e equipamentos e até mesmo a pessoal. É preciso que recursos para o setor de terapia ocupacional sejam reforçados, para que esse mecanismo terapêutico tão eficiente no aumento da auto-estima dos pacientes seja cada vez mais usado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago este assunto neste dia em que se comemora o Dia Mundial da Saúde Mental porque a realidade em termos de tratamento dos doentes mentais não é apenas essa a que nós estamos nos referindo aqui em Brasília, é uma realidade nacional. Talvez poucos consigam dimensionar o sofrimento das famílias e dos portadores de transtornos mentais, em muitos casos, iniciados com o abuso do álcool ou de drogas ilícitas, por jovens e adultos.

Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Adelmir Santana, cumprimento o Senador Tião Viana e V. Ex^a por trazerem o tema aqui ao palco do Senado

Federal, no dia de hoje. Quero, na verdade, fazer uma homenagem ao ex-Deputado Federal que foi Constituinte comigo, o Deputado Paulo Delgado. Quando ele levantou a tese de que as pessoas com doença mental deveriam ter o apoio das famílias e voltar a morar com seus familiares, lembro-me de que o termo usado, no plenário da Câmara dos Deputados, na época, era o de que ele estava louco. Olhem o termo usado. Ele foi insistente, fez o debate no Brasil, fez o debate com experiências no exterior, aprovou a lei, e, hoje, com certeza absoluta, milhares ou milhões de brasileiros estão convivendo com os familiares e se recuperaram. V. Ex^a tem toda a razão: se o menino, a menina ou o adulto demonstrassem alguma tendência ao álcool ou às chamadas drogas ilícitas eram enfiados no chamado “hospício”, que é quase um centro de... Como é que eu poderia dizer?

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – De reclusão.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – De reclusão. Exatamente. Os relatos que recebemos eram até de torturas, em muitos casos. O que se fazia para manter sob controle o paciente era algo que não dá para descrever. Por isso, aproveito este momento para dizer que Minas Gerais, na minha avaliação, errou ao não eleger, mais uma vez, o grande Deputado Paulo Delgado. Ele merecia, começou comigo aqui há 22 anos, como Deputado Federal Constituinte. Não voltou nesta legislatura. Quem perdeu foi o Congresso, quem perdeu foi o povo brasileiro. Homenageei V. Ex^a e quero homenagear também o Deputado Paulo Delgado, que estará em Minas Gerais. É professor, continua na mesma linha, na mesma trajetória dos direitos humanos, defendendo toda a nossa gente e com um carinho especial às pessoas que têm alguma doença mental. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Agradeço o aparte a V. Ex^a, Senador Paim, e quero-me associar a essa homenagem que V. Ex^a faz ao ex-Deputado Paulo Delgado. Tive oportunidade de já homenagear o Deputado Paulo Delgado aqui em Brasília, por meio do Senac, exatamente pela sua atuação na área da educação. É um homem focado na inovação, focado na questão da saúde, e realmente concordo com V. Ex^a: quem perdeu foi o Brasil, perdeu o Parlamento e certamente Minas Gerais, que agiu dessa forma. Isso tudo está ligado ao processo eleitoral brasileiro, que é outro assunto sobre o qual temos feito debates aqui, incluindo a necessidade de se fazer uma alteração nessa questão do voto proporcional, das coligações partidárias, porque Paulo Delgado faz falta ao Parlamento brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, voltando ao assunto doenças mentais, em passado recente, bem disse o Senador Paim, os terríveis manicômios eram locais onde os pacientes psiquiátricos viviam enjaulados e sob o efeito de tratamento de choque, apenas para citar um aspecto. Eram esquecidos por suas famílias, discriminados pela sociedade.

Daí, mais uma vez, o Paulo Delgado tinha razão: loucos eram aqueles que pensavam que ele era louco.

Hoje, felizmente, graças a essas atuações de Paulo Delgado e outros, os manicômios já não existem. Porém, ainda não temos uma rede pública de saúde mental adequada para o tratamento dessas pessoas.

Em todo o Brasil, o atendimento prestado na área de saúde mental deixa a desejar, apesar dos esforços das equipes médicas, enfermeiros, assistentes sociais e demais profissionais, sempre envolvidos na burocracia e na descontinuidade administrativa.

Para se ter uma idéia, apenas 2,3% do orçamento anual do SUS – o Sistema Único de Saúde – são destinados ao tratamento da saúde mental, de acordo com dados do Ministério da Saúde. Dados esses que atestam que 21% da população têm problemas de saúde mental. Ora, há um descompasso entre os recursos destinados a esse tipo de doença e o volume de população afetada pela doença.

Como representante do Distrito Federal nesta Casa, farei o que estiver ao meu alcance para chegarmos a uma avaliação melhor no quesito saúde mental, até porque, nos demais quesitos, a Capital da República tem um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano do País. E tenho a absoluta certeza de que o Governador José Roberto Arruda e o Secretário Augusto Carvalho estarão juntos nesse esforço de oferecer um tratamento de qualidade aos portadores de transtorno mental ou sofrimento psíquico. Estamos falando de um universo de 840 mil pessoas, só aqui no Distrito Federal, que necessitam de um conforto psicossocial, em termos de prevenção, assistência ambulatorial e terapias ocupacionais. Pessoas que, atendidas de forma adequada, podem melhorar sua condição de vida e, conseqüentemente, transformarem-se em cidadãos autônomos em condições de desenvolver-se como profissional e como ser humano.

Há muitos anos, defendem-se os espaços para a melhoria do tratamento, assim como a contratação e a qualificação dos profissionais, o uso de medicamentos mais modernos e de terapias alternativas, bem como a criação de uma legislação específica. Também tem sido árdua a luta pelo respeito e pelo interesse sob todos os aspectos da doença, envolvendo diagnóstico e prevenção da doença mental.

Portanto, eu quero solidarizar-me com esta causa e, naturalmente, acompanho as palavras do Senador Paim em relação ao Deputado Delgado.

As razões podem ser justificáveis, podem ser até históricas, mas a realidade não perdoa. A legislação federal, datada de 2001, Lei nº 10.216, estimula a implantação do Centro de Apoio Psicossocial, os famosos Caps. O índice médio de Caps para cada 100 mil habitantes, no Brasil, conforme levantamento do Ministério da Saúde, em 2007, é de apenas 0,44.

Por tudo o que foi dito, sugiro que façamos um grande mutirão para que possamos começar a batalhar em prol das famílias que sofrem, cada uma a seu modo e na intimidade dos seus lares.

Vamos propor o desenvolvimento de um planejamento adequado de assistência à saúde mental para todo o País nos moldes apregoados pelo Ministério da Saúde, com perspectiva para os próximos dois, cinco e até dez anos.

Também é urgente a determinação de prazos para que os governantes possam melhorar os índices de implantação dos Centros de Apoio Psicossocial, os Caps.

Aproveito para citar dois bons exemplos de saúde mental no País: Sergipe e Rio Grande do Sul, Estado de V. Ex^a, que estão acima da média nacional na implantação dos Caps.

Sr. Presidente, encerro este meu pronunciamento reportando-me ao romance *O Alienista*, do sempre atual e comemorado nestes dias Machado de Assis, demonstrando que a discussão sobre o poder e a loucura estão sempre presentes em nosso dia-a-dia.

Se formos analisar um por um dos que convivem a nosso lado, quem é normal? Quem apresenta algum sinal de alienação? Quando vemos alguém ser retirado da sociedade ou ser isolado pela sociedade, eles são normais? Ou usamos todos o papel de alienista e escolhemos os que queremos que sejam normais?

Machado de Assis toca nesses pontos que se aprofundam na discussão de nossa sociedade, na época em que o conto foi escrito e na época atual.

Os conceitos de loucura e de normalidade são, na verdade, aquilo que o homem quer enxergar em cada um. Por isso mesmo, não podemos fechar os olhos para uma doença que pode atingir qualquer um de nós em determinado momento de nossa vida. Não há saúde sem saúde mental.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Após o brilhante pronunciamento do Senador Adelmir Santana, que representa este Distrito Federal, eu lembraria, mais uma vez, que a Organização Mundial

de Saúde reza que saúde não é apenas ausência de enfermidade ou doença, mas o mais completo bem-estar físico, social e mental. Daí o Senado da República, hoje, homenagear o Dia da Saúde Mental. Homenagem iniciada pelo médico Senador Tião Viana e, agora, pelo Senador Adelmir Santana.

Chamaríamos, para usar da palavra, por uma cortesia toda especial do Senador Geraldo Mesquita, o Senador do Rio Grande do Sul Paulo Paim.

Justamente, quis Deus que esta homenagem ocorresse quando o País comemora um século da morte de Machado de Assis, que foi funcionário do Senado da República – ele aqui acompanhava e descrevia as sessões, quando era funcionário. Em um de seus romances, *O Alienista*, ele bem descreve – e está no mesmo – a assistência que damos aos doentes mentais, que ele já condenava com aquele romance.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, que representa o Partido dos Trabalhadores e o grandioso Estado do Rio Grande do Sul.

V. Ex^a pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, nesse domingo, 12 de outubro, estaremos comemorando, na minha avaliação, dois eventos importantes. O Brasil inteiro vai homenagear a única santa negra, que é Nossa Senhora Aparecida. Mas também nesse dia teremos o Dia Nacional da Criança.

O nosso País é feito de gente que tem muita fé. É verdade que temos muitas matrizes religiosas. E eu respeito a todas. Repito: respeitamos a todas.

Lembro, Senador Mão Santa, como foi bom ver, por exemplo, o culto ecumênico, do qual participei recentemente, de apoio a todas as nossas crianças. Nesse culto ecumênico todos fizeram orações. Oraram pelos Parlamentares que compõem a CPI da Pedofilia, que é liderada pelo nosso querido Senador Magno Malta, que é evangélico. Foi bom, Senador Mão Santa, ver que, independentemente das discordâncias das matrizes religiosas, todos estavam lá, fazendo aquela oração em homenagem à caminhada dos Parlamentares da CPI da Pedofilia, da própria Polícia Federal e do Ministério Público, exigindo medidas cada vez mais severas para o combate à pedofilia.

A pedofilia, Sr. Presidente, é um crime hediondo que agride as nossas crianças por toda a vida. Por isso é obrigação nossa combater com todas as armas possíveis e imagináveis aos pedófilos.

Com essa declaração de fé, Sr. Presidente, nos homens de bem e no combate aos criminosos, quero,

uma vez mais, declarar os meus respeitos a todas as religiões. Esse domingo, dia 12, é o Dia da Criança e é também o Dia da Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil.

A história da Padroeira é muito bonita. Em 1716, Dom Pedro de Almeida, conhecido como Conde de Assumar, foi escolhido o novo governador da província de São Paulo e Minas de Ouro. Ele tinha a árdua tarefa de buscar a paz nos conflitos naquela região de Minas. Veio direto de Portugal e, durante sua viagem, chegou a Guaratinguetá, onde foi recebido com uma grande festa. Passou na cidade 13 dias sob os cuidados do governador da vila, o Capitão-Mor Domingos Antunes Fialho.

Para alimentar a grande comitiva do Conde de Assumar, o Senado da Câmara mandou que alguns pescadores fossem conseguir peixes, já que essa cidade estava rodeada pelo rio Paraíba do Sul. Entre muitos, foram os pescadores Domingos Martins Garcia, João Alves e Felipe Pedroso com suas canoas. Lançaram as suas redes no Porto de José Corrêa Leite, sem tirar um único peixe. Continuaram até o Porto de Itaguaçu, muito distante, e João Alves, lançando a sua rede nesse Porto, tirou o corpo da imagem da Senhora negra, sem cabeça; lançando mais uma vez a rede, tirou a cabeça da mesma imagem.

Os três pescadores limpam a imagem apanhada no rio e notaram que se tratava então, segundo eles, de uma santa de cor escura. Guardaram a imagem em um pano e continuaram a pescaria. A partir daquele momento, naquele leito do rio que não tinha dado um único peixe, em poucos lançamentos passaram a recolher a rede lotada. Os três ficaram com medo de naufragar de tanto peixe que já tinham nas canoas, aí retornaram às suas casas e disseram: só pode ser um milagre. Em três lançadas de rede foram retirados um corpo, depois a cabeça e mais tarde uma incrível quantidade de peixe. Felipe Pedroso, católico, disse: foi a participação da Virgem nessa caminhada.

Levou então a pequena imagem à sua própria casa e, poucos dias depois, começou a realizar orações. Novos milagres aconteceram. Alguns padres jesuítas testemunharam, já em 1748, que eram muitos os que ali se reuniam para pedir ajuda e proteção à Senhora que chamavam piedosamente de a Aparecida.

Em 8 de setembro de 1904, foi realizada a solene coroação da imagem de Nossa Senhora Aparecida. Em 1908, o Santuário foi elevado à dignidade de Basílica pelo Papa. Em 1930, o Papa Pio XI proclamou Nossa Senhora Aparecida a Padroeira do Brasil. Em 1984, foi declarada oficialmente Basílica de Aparecida Santuário Nacional, pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

É uma cena incrível, Sr. Presidente – eu estive lá – ver a procissão que se dirige todo ano ao Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida. Cada um tem seus agradecimentos ou seus pedidos. E ela, do alto da sua bondade, procura, segundo os fiéis, atender a todos.

Na cidade de Aparecida, crianças, adultos, idosos se preparam para receber todo ano a visita dos fiéis que vêm de todos os cantos do País. É um momento de união, de solidariedade, de compartilhamento que sempre toca fundo a todos.

Sr. Presidente, espero que Nossa Senhora Aparecida, que é padroeira do Brasil, mas também é padroeira dos aposentados e pensionistas, abençoe a todos neste momento tão difícil que eles estão vivendo devido ao fator previdenciário e à desvinculação dos seus benefícios do salário mínimo.

Meus amigos e minhas amigas, todos os anos realizamos lá em Aparecida, São Paulo, o encontro dos nossos aposentados e pensionistas. Nessa data, a Santa é homenageada numa grande festa, e sei que o é em todo o País. Lá mesmo no meu Rio Grande, em Porto Alegre, tendo como palco o Guaíba, é realizada a Romaria das Águas em homenagem à padroeira. O evento reúne, Senador Mão Santa, milhares de gaúchos e gaúchas – será nesse domingo – numa verdadeira demonstração de fé.

Quero, neste momento, Senador Mão Santa, quase em uma forma de oração, pedir a Ela que ilumine os nossos Deputados, para que eles façam justiça e aprovelem o fim do fator previdenciário e a equiparação dos reajustes dos aposentados ao salário mínimo. Peço a Ela que ilumine também o nosso Presidente Lula. Sei que o Presidente é sensível a essa causa. Ele já declarou, Senador João Pedro, à TV Brasil que, se a Câmara aprovar os dois projetos, ele sanciona.

Ontem, eu tive aqui, Senador Mão Santa, uma conversa com o Senador Renan Calheiros, que esteve com o Presidente da República. Sua Excelência afirmou ao Senador Renan Calheiros que está sensível à causa e está pedindo que façam estudos para viabilizar o reajuste dos aposentados e pensionistas.

Senador Mão Santa, V. Ex^a sabe da minha trajetória, da minha luta em defesa dos aposentados e pensionistas. Não vou recuar uma linha. Por favor, ninguém tente me mandar recado, porque não adianta. Felizmente, o recado do Presidente Lula é positivo. Eu vou rezar, até aqui se necessário, Senador João Pedro e Senador Mesquita. Se precisar rezar, rezarei aqui dentro, para que a energia ecumênica fortaleça a consciência e a sensibilidade de todos os Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, para que acompanhem o Senado nessa cruzada nacional pela dignidade dos idosos.

Sr. Presidente, nesse dia, que é o Dia das Crianças, eu tenho de me expressar dessa forma: pobre daquele país que não pensa nas suas crianças e nos seus idosos.

Sr. Presidente, esta data é uma data especial por ser também neste domingo o Dia da Criança. Todos voltam seus olhares para os pequeninos, desejando que o futuro lhes aguarde com serenidade, que possamos passar a eles mais confiança e que o amanhã seja melhor que o dia de hoje. Nossas crianças merecem isso; aliás, merecem, antes disso, ter o direito de ser simplesmente criança.

Eu diria: Puxa vida, que coisa boa é poder brincar. Não há um único adulto que não se lembre das suas molecagens na infância: jogar bola, dominó, as meninas brincando com boneca e meninos e meninas jogando futebol, brincando, sei lá, de esconde-esconde, brincando, Sr. Presidente, na casa de fantasia criada na imaginação de cada um, pular poças de água formadas pela água da chuva, ouvir uma boa história infantil contada por alguém que lhe quer bem, dar o tom certo em cada fala. Tudo isso tem um valor inestimável.

E o que vemos hoje, Sr. Presidente, infelizmente – e aí vem o mundo real –, são crianças catando material reciclável, vendendo balas, fazendo malabarismos nos faróis, pedindo esmolas, acordando ainda de madrugada para ajudar na colheita, cumprindo tarefas domésticas e muitas crianças ainda no trabalho escravo.

Será que nós nos damos conta da gravidade do que está acontecendo? Crianças tendo que cortar cana, expostas aos ferimentos que daí advêm, colocando álcool na boca, muitos deles, para soltar fogo e atrair o motorista para que ele lhe dê uma moeda. Sr. Presidente, ou então, crianças trabalhando – sobre as quais recebo denúncias na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – na mineração, na colheita, do primeiro sol da manhã às estrelas que começam a brilhar à noite.

O Ipea realizou uma pesquisa, baseada em dados do Pnad 2007, que aponta que existem no Brasil 2.500.842 crianças entre cinco e quinze anos que trabalham. A cada cem crianças, seis trabalham. Entre os menores que trabalham, vinte mil não estudam. E, na faixa etária entre cinco a quinze anos, encontramos 62.521 crianças que não estudam nem trabalham.

Senador Mão Santa, considerando a idade entre cinco e treze anos, 59,5% dos brasileiros que trabalham nessa situação são negros. Mas esse percentual sobe para em torno de 69,6% na idade entre cinco e nove anos. Por isso falo tanto aqui na política de igualdade racial, para que todos tenham os mesmos direitos e os mesmos deveres.

Aqui, Sr. Presidente, faço uma interrupção para mencionar outro estudo sobre o qual falarei mais adiante, elaborado pelo Banco Mundial, sobre educação e moradia na América Latina.

Esse estudo apontou um fator relevante e triste: o estrato social em maior desvantagem é quase exclusivamente formado por negros, fruto dos 120 anos da escravidão não conclusa.

Há anos venho a essa tribuna para falar sobre essa questão, que atinge a maioria do povo brasileiro. Tenho lutado muito, sem parar, e não me arrependo, para aprovar o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência. Já aprovamos o do idoso, o da igualdade racial, a questão do salário mínimo e a questão dos aposentados.

Sr. Presidente, continuarei nessa caminhada, em confronto com a realidade que está aí. As causas sociais para mim são a minha vida e sei também que é são a vida de muitos Senadores e Senadoras.

Eu deposito em favor delas – as causas sociais – todas as minhas forças. Por isso, luto tanto pela igualdade de oportunidades e pelos direitos dos idosos, de negros, brancos, índios, pessoas com deficiência; pela liberdade religiosa e de orientação sexual. Enfim, dedico a minha vida. Entendo que dedicamos as nossas vidas, Senador Geraldo Mesquita Júnior, ao combate a todo tipo de discriminação.

As crianças fazem parte desse universo. Não se pode admitir que elas tenham que fazer o papel de gente grande, quando o papel que lhes cabe é exclusivamente o de ser criança.

Senhores e senhoras, o momento exige uma reflexão sobre a vida das nossas crianças e eu me dou o direito de fazê-la aqui da tribuna do Senado. Será que cada um de nós está fazendo a nossa parte em relação às nossas crianças?

Quantas vezes paramos para ouvir as crianças, conversar com nossos pequeninos? Quantas vezes saímos a caminhar com as crianças no parque, na rua, no cinema, no jardim, no *shopping*, ou fomos a um circo para ver o palhaço fazer a criança rir? Como é bom ver o seu rosto, criança, desenvolver aquele sorriso franco e inocente, que somente você, criança, sabe fazer. Quantas vezes dialogamos com eles sobre a questão do meio ambiente? Quantas vezes lembramos para a criança como é importante a beleza do jardim, o efeito de um buquê de flor, de uma rosa, de um cravo, não importa? Quantas vezes conversamos com eles sobre a importância das águas, do vento que toca alegremente nossos rostos ou a copa das árvores? Enfim, já falamos com as crianças a respeito da natureza? Quantas vezes ficamos com eles em silêncio, ouvindo, Senador João Pedro, simplesmente a

singeleza incomparável do canto de um pássaro? Nós já paramos com eles e ficamos olhando o cantar dos pássaros? Eu pergunto, inclusive, a mim: quantas vezes muitos de nós não tivemos tempo de dar um simples telefonema, expressando com carinho o quanto que nós os amamos? Quantas vezes nós fomos levá-los ou buscá-los na escola? Nós sabemos quais são as suas angústias, as suas incertezas e as suas inseguranças perante a vida?

Nós realmente acompanhamos o crescimento e a formação da criança de hoje, que será o adolescente, o adulto, o homem que vai dirigir este País amanhã? Será que nós, Senador Mão Santa, não nos perdemos na luta do dia-a-dia, na busca de um lugar ao sol, e nos esquecemos de como seria gostoso, simplesmente, brincar com eles? Será que não estamos perdendo esse momento lindo da nossa vida? Talvez, quando percebermos, eles já serão adultos – e aí será tarde.

Como seria bom se a criança que está neles e que está dentro de cada um de nós tivessem a oportunidade de se encontrarem na longa caminhada da vida! Vocês já pensaram, Senador Mão Santa, como seria bom – e, aqui, quero deixar isto quase como recomendação – se, no próximo domingo, no dia 12 de outubro, vocês estivessem ao lado das crianças, ouvindo a música “Aquarela”, do compositor, intérprete e cantor Toquinho?

A canção diz:

Aquarela

Numa folha qualquer
Eu desenho um sol amarelo
E com cinco ou seis retas
É fácil fazer um castelo...

Corro o lápis em torno
Da mão e me dou uma luva
E se faço chover
Com dois riscos
Tenho um guarda-chuva...

Se um pinguinho de tinta
Cai num pedacinho
Azul do papel
Num instante imagino
Uma linda gaivota
A voar no céu...

Acho essa canção linda! Eu me vejo sentado, com meus netos, riscando um papel e traçando, com leves riscos, a mãe natureza.

Sr. Presidente, essa canção para mim é muito bonita. É o lado bonito. O feio, o triste é termos que falar que ainda hoje existe no Brasil o trabalho escravo. Isso é uma vergonha para qualquer nação; é uma

chaga que precisa ser extirpada. Temos feito avanços, é inegável, e isso é muito bom, mas, infelizmente, o trabalho infantil escravo ainda existe.

Teremos que continuar dizendo, até convencer todos: lugar de criança é na escola. O Bolsa-Família tem tido impacto sobre a frequência escolar, mas ele ainda não está fazendo com que todas as crianças deixem de trabalhar – mas é um passo positivo –, talvez pela falta de penalidade para quem não cumpre, na íntegra, o que manda o programa.

Senador Mão Santa, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador João Pedro, Senadora Serys, o Ipea estabelece que as crianças são responsáveis por importante parcela da renda das famílias. Os menores de 15 anos que não freqüentam a escola cumprem uma jornada de 40 horas semanais, no mínimo, e são responsáveis por algo entre um terço e 100% da renda familiar. Crianças que não estudam – não estudam! – recebem, em média, R\$ 226,00 por mês, e as que estudam e trabalham recebem R\$ 151,00.

O Índice de Oportunidades Humanas (IOH) – o novo indicador, calculado pelo Banco Mundial, que citei – realizou estudo sobre as condições educacional e de moradia nos países da América Latina e levou em conta 200 milhões de crianças em 19 países.

Segundo o estudo, as oportunidades educativas oferecidas às crianças brasileiras infelizmente ficam aquém da média latino-americana.

O Coordenador Nacional do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil, da Organização Internacional do Trabalho, Sr. Ricardo Mendes, pondera que “deveríamos disponibilizar mais escolas em tempo integral e tornar a educação atrativa”.

Segundo o mesmo estudo, a área educacional ficou 67 pontos abaixo da média latino-americana de 76, em uma escala de 0 a 100, mas é preciso ressaltar que o Brasil obteve avanços em seus indicadores, com certeza absoluta, nos últimos 10 anos.

O economista Francisco Ferreira, um dos elaboradores do estudo realizado pelo Banco Mundial, destacou: “O Bolsa Família é conhecido por ter aumentado as matrículas entre os grupos mais vulneráveis, que tipicamente têm históricos familiares menos privilegiados”.

Concordo, Sr. Presidente, com o que disse o Diretor Regional do Banco Mundial para as Américas, Marcelo Yugale: “Sabemos agora que o campo de jogo está desnivelado quando começamos na vida e que circunstâncias pessoais sobre as quais não temos nem responsabilidade nem controle no início da vida são muito importantes no nosso destino final.”

Por isso, meus parabéns ao projeto da Senadora Patrícia Saboya, sancionado pelo Presidente Lula,

do qual tive a alegria de ser Relator e que garante um período maior para que a mãe acompanhe o filho nos primeiros meses da sua existência.

Sr. Presidente, na verdade, a criança precisa brincar e estudar e precisa também de um mundo livre de preconceitos. Esse é o mundo que devemos construir para elas. Esse mundo não será apenas mágico. Ele será, Senador Geraldo Mesquita Júnior, o alicerce para a construção de uma nova sociedade.

Encerrando minha fala, Sr. Presidente, quero conceder um aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, mas, antes, porém, quero comentar um fato.

Faço questão de relatar um encontro muito especial, que me causou, ao mesmo tempo, imensa alegria e grande tristeza. E por que grande tristeza?

No dia em que fui votar, na cidade de Canoas, encontrei um garoto com síndrome de Down. Ele veio ao meu encontro, Senador Geraldo Mesquita Júnior, e, com sorriso aberto, um brilho nos olhos apaixonante, cheio de vivacidade, disse-me todo faceiro: “Senador, eu gosto de você. O senhor lembra que foi ao meu colégio uma vez, e o meu grupo cantou a música ‘Querência Amada’, porque sabíamos que o senhor gosta demais? Lembro direitinho. Hoje, vim aqui votar, Senador”.

Ele falou isso cheio de orgulho e de satisfação, porque estava fazendo a coisa certa: o exercício da cidadania. Perguntei o nome dele, e ele me disse que se chamava Gilson Biskup.

Bem, depois fui à minha cabine, votei e, mais tarde, na saída, encontrei o menino. Só que dessa vez ele estava cabisbaixo, triste. O brilho e a alegria do rosto haviam desaparecido. Perguntei a ele: “Afinal, o que aconteceu? Por que, Gilson, você está tão triste?” E ele me disse: “Não me deixaram votar. Meu nome foi excluído da lista”.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, aquilo me deixou tão revoltado, tão para baixo, que não almocei. É como se eu tivesse levado um soco no estômago. Pensei comigo: “Não, não dá. Não dá para eu deixar esse domingo assim, em pleno processo eleitoral em Canoas. Preciso conversar com esse garoto”. Descobri o endereço dele, fui à casa dele, conversei longamente com ele, com Dona Diamantina, sua mãe, e com o Sr. Zeno, seu pai. Gilson me disse, quando cheguei: “Veja só, Senador – mas veja a clareza do menino –, o que é o destino. O senhor veio me visitar aqui, empenhar seu apoio, e, há poucos dias, sonhei com o senhor, e o senhor estava na minha formatura”. Aí o pai dele me disse: “A formatura dele será daqui a dois anos”.

Fiquei impressionado com tudo, empenhei o meu apoio total, mostrei a minha indignação e disse a esse menino que falaria na tribuna do Senado – compromisso

assumido com ele lá, na casa dele –, e o Brasil inteiro ouvia sobre esse triste episódio a que ele fora submetido.

Não há uma explicação que me convença de que não houve ato de discriminação na exclusão desse jovem da lista de votação. Ele já havia votado há dois anos.

Pois bem, Gilson, antes de passar para meu nobre Senador e amigo Mesquita, tenho certeza de que o Brasil, que me escuta hoje, desta tribuna, está triste por você não ter tido o direito de votar. Se Deus quiser, meu amiguinho – sei que você me está assistindo neste momento –, conforme conversamos, estarei a seu lado, junto com sua família, na próxima vez em que você for votar, como também no dia da sua formatura.

Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Paim, meu querido amigo, eu estava aqui receoso de apartear-lo, pois não queria quebrar o encanto de seu discurso. Que coisa bonita! Nesses momentos, a gente sente prazer de estar nesta Casa ouvindo V. Ex^a, que é daqueles Parlamentares – são poucos, aliás – que, como costume dizer, estão aqui no Congresso Nacional defendendo causas e não coisas. V. Ex^a oferece ao Senado Federal, oferece à Nação uma reflexão emotiva e, ao mesmo tempo, de grande profundidade, Senador Paim, e talvez até V. Ex^a não tenha a real dimensão do alcance dela. V. Ex^a une as duas pontas do que há de mais importante neste País: as crianças e nossos idosos. A grande maioria destes, coincidentemente, também chamados de aposentados. Senador Paim, confesso a V. Ex^a que já ouvi, mais de uma vez, que criança não dá votos e que os aposentados já estão numa fase da vida em que muitos já desistiram, inclusive, de votar. Então, para que se preocupar com eles? Isso é de uma brutalidade, isso é de uma crueldade inaceitável, Senador Paim! V. Ex^a é daqueles que trabalham nesta Casa arduamente. Somos testemunhas da sua dedicação, do seu esmero em fazer com que saíamos efetivamente do simples discurso para assumirmos posições e obtermos resultados concretos. Na Presidência da Comissão de Direitos Humanos, de que faço parte com muita satisfação, todos nós somos testemunhas da sua linha de trabalho, sempre perseguindo, defendendo as causas pelas quais luta, como V. Ex^a disse, de forma destemida, sem medo das pressões indevidas, com responsabilidade, sem populismo, de forma franca, como uma batalha mesmo. V. Ex^a citou aqui Nossa Senhora Aparecida e, de fato, numa oração. Oração não é só aquela que nos oferecem com um texto predeterminado; oração é o que V. Ex^a fez há pouco. Uma verdadeira oração à Nossa Senhora Aparecida para que ilumine o coração e as mentes dos Deputados Federais deste País, para

que aprovelem matéria de sua autoria, já aprovada nesta Casa, que extingue o fator previdenciário – uma das coisas mais cruéis que se abateu sobre uma parcela grande da nossa população. V. Ex^a também pede que Nossa Senhora ilumine os corações e as mentes dos Deputados para que seja aprovada ao mesmo tempo a equiparação dos reajustes dos aposentados com o salário mínimo. Eu digo a V. Ex^a que, enquanto estava orando aí, eu estava em sintonia com V. Ex^a, também orando nesse sentido. Mas além das nossas orações, Senador Paim, creio que se faz necessário que V. Ex^a, como grande liderança sindical que sempre foi, comande uma verdadeira mobilização nacional. V. Ex^a ontem neste plenário lembrava que muitas das vezes esta Casa e a outra, ou seja, o Congresso Nacional, operam a partir da pressão popular, legítima, legítima. Acho que além das nossas orações, devemos trazer à Câmara dos Deputados, na ocasião oportuna e correta, um grande número de aposentados, muita gente mesmo, Senador Paim, para que essa pressão se faça forte, legítima, para que os Deputados Federais, de uma vez por todas, compreendam que, no nosso Brasil de hoje, não há mais espaço para omissão e negligência com pessoas que foram e são tão importantes para o nosso País. V. Ex^a, ao mesmo tempo, de forma emocionada, comemora o Dia da Criança e sintetiza seu discurso e a homenagem às crianças lembrando um ato de discriminação – e V. Ex^a pode ter certeza de que não está enganado – perpetrado contra uma criança que, ao encontrá-lo, sorri de alegria e felicidade por ter a oportunidade de exercitar sua cidadania, mas que, logo depois, ao reencontrar V. Ex^a, está cabisbaixo, triste por ter sido alvo, de fato, de uma discriminação odienta, neste mundo cruel, desumano, ingrato. Uma criança, Senador Paim! Em que mundo vivemos? Por uma feliz coincidência, eu também me preparei neste dia, não com a profundidade com que V. Ex^a abordou o assunto, para prestar uma homenagem às crianças. Sabe, Paim, eu acho que é o mínimo que podemos fazer: falar, repetir, reiterar as coisas aqui nesta Casa, para que um maior número de Parlamentares se sensibilize. Eu disse um dia desses aqui, apavorado com o recrudescimento dos crimes sexuais cometidos contra crianças nos últimos dias... Nesse período em que estávamos em campanha, eu, praticamente todo dia, Senador Paim, colhi da mídia brasileira notícia de algo terrível cometido contra crianças neste País nessa área de crime sexual, pedofilia etc. É preciso que a gente saia dessa inércia; é preciso que a gente faça com que coisas aconteçam, Senador Paim. E eu estou clamando, inclusive, por uma campanha pública de esclarecimento, para que as pessoas que cercam as crianças no nosso País sejam mais bem informadas

sobre como proceder e fiquem atentas aos sinais de sevícia que essas crianças sofrem, que, muitas vezes, passam despercebidos. Uma campanha e um apelo às autoridades para que a nossa educação seja de melhor qualidade e alcance todas as crianças neste País, Senador Paim. V. Ex^a batalha há tanto tempo pela aprovação de um projeto de fundamental importância, que é o Fundeb! Portanto, olhe, V. Ex^a hoje, mais uma vez, me emocionou. Acho que emocionou a todos que o ouviram. Pode parecer, Senador Paim, que, ao sairmos daqui, a coisa se perde. Não se perde, não; pode ter certeza. No meu coração, eu vou guardar seu discurso como algo de fundamental importância e como um incentivo para que prossigamos perseguindo os ideais e os objetivos que V. Ex^a não nos deixa esquecer nesta Casa. Mais uma vez, parabéns – esta rotina gostosa me dá muita satisfação: parabenizá-lo repetidamente pela grandeza do Parlamentar que V. Ex^a é. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, eu só tenho a agradecer a V. Ex^a. E quero ser testemunha das suas palavras. Se alguns pensam que o povo não assiste à TV Senado, estão enganados. V. Ex^a tem toda razão: o povo assiste, ouviu o seu pronunciamento, ouviu o meu pronunciamento, e está acompanhando a fala, a forma de agir, a conduta de cada Parlamentar. Que cada um assuma a sua responsabilidade perante o povo e perante a história, inclusive na votação relativa ao fim do Fator Previdenciário e à garantia dos direitos dos aposentados e dos pensionistas. Quem viver, verá: 2010 vem aí!

Meus cumprimentos a V. Ex^a pela forma clara com que colocou a sua proposta de promovermos uma campanha nacional de combate à pedofilia, esse crime hediondo que é cometido contra as nossas crianças.

Concluindo o meu pronunciamento, Senador Mão Santa, Senador João Pedro, Senadora Serys, eu queria dizer também ao Gilson que nós, aqui no Senado, já aprovamos o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Temos certeza de que logo ele será lei. Será aprovado na Câmara e será um instrumento importante de luta para as pessoas que têm algum tipo de deficiência, essas pessoas especiais. Digo especiais, porque o Gilson, com Síndrome de Down – contei sua história aqui –, é uma pessoa especial, uma pessoa que apaixonou a todos. Por isso ele é tão especial, por isso eu trouxe a situação dele a esta tribuna.

Sr. Presidente, quero fazer um apelo a todos que me escutam no encerramento do meu pronunciamento.

Dirijo-me a você, que perdeu no processo eleitoral de uma forma ou de outra, a você que ganhou, a você

que está arrasado com a crise global e assustado com a recessão que pode acontecer no mundo, a você que perdeu o emprego ou a você que está empregado, a você que às vezes é criticado por sua opção sexual ou mesmo religiosa: não desanimem, não fiquem tristes, não percam as esperanças. Na vida, nós somos como as crianças: eternos aprendizes. Nós nunca perdemos na verdade. Aprendemos, a todo momento, a todo dia, uma nova lição que vai nos conduzir para um futuro melhor. Precisamos, de cada momento de embate, tirar uma lição.

Lembrem-se: é de um mundo sem preconceitos que as crianças e os adultos precisam; é de um mundo de coração puro que nós precisamos; é de um mundo onde os homens e as mulheres, independentemente da idade, não se preocupem somente com a questão material, mas, sim, com a questão social, cuidando da harmonia do lado espiritual.

Precisamos cuidar da alma. A partir dela, seremos iluminados pela energia do universo. É disso que todos nós precisamos. Se agirmos assim, com certeza – e aí termino, Senador João Pedro –, estaremos fazendo a nossa parte nesta longa missão das nossas vidas, que é construirmos uma sociedade fraternal, solidária, sem discriminação, onde todos, todos, todos tenham direitos e deveres iguais, onde possamos viver e envelhecer com dignidade.

Viva às nossas crianças não só no dia 12, mas sempre! Viva também aos nossos idosos!

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no domingo, 12 de outubro, estaremos comemorando dois eventos importantes. O Brasil inteiro irá homenagear Nossa Sr^a Aparecida, a Padroeira do Brasil e festejar o Dia da Criança.

Nosso País é feito de gente que tem muita fé. É verdade que temos muitas matrizes religiosas.

Respeitamos a todas, como é bom ver, por exemplo, um culto ecumênico em apoio a todas nossas crianças, como um que participei recentemente.

Neste mesmo culto ecumênico, todos fizeram orações pelos Parlamentares que compõem a CPI da Pedofilia, CPI essa liderada pelo Senador Magno Malta, que é evangélico.

A pedofilia é um crime hediondo que agride às nossas crianças por toda a vida. Por isso, é obrigação nossa combater com todas as armas os pedófilos.

Com essa declaração de fé nos homens de bem e no combate aos criminosos, quero mais uma vez declarar o meu respeito a todas as religiões.

Neste domingo, dia 12, é o dia da criança e também o dia de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil.

A história da Padroeira do Brasil é muito bonita.

Em 1716, D. Pedro de Almeida e Portugal, conhecido como o “Conde de Assumar” foi escolhido o novo Governador da província de São Paulo e Minas de Ouro. Ele tinha a árdua tarefa de apaziguar os conflitos na região mineira.

Veio direto de Portugal e durante a sua viagem, chega na vila de Guaratinguetá, onde é recebido com grande festa. Passou na cidade 13 dias, sob os atenciosos cuidados do governador da Vila, o Capitão-mor Domingos Antunes Fialho.

Para alimentar a grande comitiva do Conde de Assumar, o Senado da Câmara mandou que alguns pescadores fossem conseguir peixes, já que a cidade estava rodeada pelo Rio Paraíba do Sul.

Entre muitos, foram os pescadores Domingos Martins Garcia, João Alves e Felipe Pedroso com suas canoas. Lançaram as suas redes no Porto de José Corrêa Leite, sem tirar peixe algum. Continuaram até o Porto de Itaguassu, muito distante, e João Alves, lançando sua rede neste porto tirou o corpo da imagem da Senhora, sem cabeça; lançando mais abaixo outra vez a rede, tirou a cabeça da mesma imagem.

Os três pescadores limparam a imagem apanhada no rio e notaram que se tratava de Nossa Senhora da Conceição, de cor escura.

Guardaram a imagem em um pano e, continuando a pescaria, que até aquele momento não lhes havia dado peixe algum, dali por diante, em poucos lanços, foi tão abundante que os três ficaram com medo de naufragarem pelo muito peixe que tinham nas canoas, e então retornaram para suas casas.

Só podia ser um milagre, em três lançadas de rede foram retirados um corpo, depois sua cabeça, e mais tarde uma incrível quantidade de peixes. Felipe Pedroso, profundamente católico disse: *“Foi intercessão da Virgem Maria, Mãe de Deus!”*

Levou, então, a pequena imagem para a sua própria casa e poucos dias depois começou a organizar orações, sobretudo a reza constante do terço. Novos milagres foram acontecendo e a piedade foi aumentando incrivelmente.

Alguns padres jesuítas testemunharam, já em 1748, que *“eram muitos os que aí se reuniam para pedir ajuda e proteção a Senhora que eles chamam, piedosamente, de a “Aparecida””*.

Em 8 de setembro de 1904, foi realizada a solene coroação da imagem de Nossa Senhora Aparecida, e em 1908, o santuário foi elevado à dignidade de Basílica pelo Papa.

Em 1930, o Papa Pio XI, proclamou Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil.

Em 1984, foi declarada oficialmente Basílica de Aparecida Santuário Nacional, pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

É uma cena incrível ver a procissão que se dirige ao Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida.

Cada um tem os seus agradecimentos ou seus pedidos a fazer. E ela, do alto de sua bondade, deve interceder junto ao nosso Senhor para que Ele acolha a todos.

Na cidade de Aparecida, crianças, adultos, idosos se preparam para receber a visita dos fiéis que vem dos mais diversos cantos.

É um momento de união, de solidariedade, de compartilhamento que sempre toca fundo aos corações.

Sr. Presidente, espero que Nossa Senhora Aparecida, que é a Padroeira do Brasil mas, é também a Padroeira dos Aposentados e pensionistas, abençoe a todos nesse momento tão difícil que eles estão vivendo devido ao fator previdenciário e a desvinculação dos seus benefícios do salário mínimo.

Meus amigos e minhas amigas, todos os anos realizamos em Aparecida do Norte, em São Paulo, um encontro dos nossos aposentados e pensionistas de todo o Brasil.

Nessa data a santa é homenageada em todo o país. Há quinze anos em Porto Alegre tendo como palco o Guaíba é realizada a Romaria das Águas em homenagem a padroeira do Brasil, o evento reúne milhares de gaúchos e gaúchas, uma verdadeira demonstração de fé a santa negra Aparecida.

Quero neste momento, como uma forma de oração, pedir a ela que ilumine os nossos Deputados para que eles façam justiça e aprovelem o fim do fator previdenciário e a equiparação dos reajustes das aposentadorias aos do salário mínimo. Peço a ela que ilumine o nosso Presidente Lula que eu sei que é bastante sensível à causa.

Rezarei para que a energia ecumênica fortaleça a consciência e a sensibilidade de todos os Deputados para que eles acompanhem o Senado nesta cruzada nacional pela dignidade dos idosos.

Sr. Presidente, esta data é muito especial, pois domingo é também o dia da criança.

Todos voltam seus olhares para os pequeninos desejando que o futuro que lhes aguarda seja o mais sereno, o mais confiante e próspero possível.

E nossas crianças merecem isto. Aliás, elas merecem antes disto, ter o direito de ser, simplesmente, crianças.

Puxa vida que coisa boa que é poder brincar! Não há um único adulto que não lembre de suas molecagens infantis. Jogar bola, dominó, brincar de esconde-esconde ou então de adivinha que bicho eu sou, cozinhar em panelinhas de plástico, rir ao pular nas poças d'água formadas pela chuva, ouvir uma boa história infantil contada por alguém que sabe fazer caretas, dar o tom certo a cada fala, tudo isso tem um valor inestimável.

E o que vemos hoje? Crianças coletando material reciclável, vendendo balas, fazendo malabarismo nos faróis, pedindo esmolas, acordando ainda de madrugada para ajudar na colheita, cumprindo tarefas domésticas.

Será que nós nos damos conta da gravidade do que está acontecendo? Crianças tendo que cortar cana, expostas aos ferimentos que daí advém, colocando álcool na boca para soltar fogo e assim entreter as pessoas para receber alguns trocados. Ou então, trabalhando na mineração, na colheita antes do primeiro sol da manhã?

O IPEA realizou uma pesquisa, baseada em dados do PNAD 2007, que aponta que existem no Brasil, 2.500.842 (dois milhões quinhentos mil oitocentas e quarenta e duas) crianças entre 5 e 15 anos que trabalham. A cada 100 crianças, 6 trabalham.

Entre os menores que trabalham, 20 mil não estudam e na faixa etária de 5 aos 15 anos encontramos 62.521 (sessenta e dois mil quinhentas e vinte e uma) que não estudam nem trabalham.

Considerada a idade entre 5 e 13 anos, 59,5% dos brasileiros que trabalham são negros, mas esse percentual sobe para 69,6% na idade entre 5 e 9 anos.

E aqui preciso fazer uma interrupção para mencionar um outro estudo, sobre o qual falarei mais adiante, elaborado pelo Banco Mundial, sobre educação e moradia na América Latina.

Esse estudo apontou um fator relevante e triste: o estrato social em maior desvantagem é quase exclusivamente formado por negros.

Há anos venho a esta Tribuna para falar sobre questões que afligem a população negra.

Tenho lutado sem parar para que o Estatuto da Igualdade Racial, projeto de minha autoria, aprovado no Senado Federal, se torne Lei a fim de que possamos fazer da igualdade de oportunidades, uma realidade.

As causas sociais são a minha vida, eu depositei em favor delas todas as minhas forças e é por isso que luto tanto pela igualdade de oportunidades, pelos direitos de idosos, negros, brancos, índios, pessoas

com deficiência, pela liberdade religiosa, orientação sexual, enfim, todos que sofrem qualquer tipo de discriminação.

E as crianças fazem parte da minha preocupação, não se pode admitir que elas tenham que fazer papel de gente grande, quando o papel que lhes cabe é exclusivamente o de crianças.

Senhoras e Senhores, o momento exige uma reflexão sobre a vida das nossas crianças.

Será que cada um de nós está fazendo a nossa parte? Quantas vezes paramos para ouvir, conversar com nossos pequeninos? Quantas vezes saímos a caminhar no parque, na rua, no cinema, no jardim, no shopping ou no circo para ver o seu rosto desenvolver aquele sorriso franco e inocente que somente a criança sabe dar?

Quantas vezes dialogamos com eles a questão do meio ambiente, a beleza das flores, da não poluição das águas, do vento que toca alegremente as árvores? Enfim, já falamos com eles a respeito da natureza? Quantas vezes ficamos com eles em silêncio ouvindo a singeleza incomparável do canto dos pássaros?

Quantas vezes muito de nós não tivemos tempo de dar um simples telefonema expressando com carinho o quanto que os amamos?

Quantas vezes nós fomos levá-los ou buscá-los nas escolas? Nós sabemos quais são as suas angústias, incertezas e inseguranças?

Nós, realmente vimos e acompanhamos o crescimento e a formação das nossas crianças?

Será que nós não nos perdemos na luta do dia a dia, na busca de um lugar ao sol e nos esquecemos de como seria gostoso brincar com eles, será que não estamos perdendo este momento lindo, quando percebermos que eles já estão adultos talvez seja tarde.

Como seria bom se a criança que está nele e está dentro de mim estivesse sempre se encontrando nesta longa caminhada da vida.

Vocês já pensaram como seria bom se nesse domingo, 12 de outubro, você tivesse ao lado das crianças ouvindo a música "Aquarela", do compositor e interprete Toquinho? Canção essa que diz:

"Aquarela"

Numa folha qualquer
Eu desenho um sol amarelo
E com cinco ou seis retas
É fácil fazer um castelo...

Corro o lápis em torno
Da mão e me dou uma luva
E se faço chover
Com dois riscos
Tenho um guarda-chuva...

Se um pinguinho de tinta
Cai num pedacinho
Azul do papel
Num instante imagino
Uma linda gaivota
A voar no céu...

Sr. Presidente, esta canção é o lado bonito. O feio, o triste é termos de falar ainda hoje que existe no Brasil o trabalho infantil, é uma vergonha para qualquer nação. É uma chaga que precisa ser extirpada. Nós temos feito avanços nesse sentido e isso é muito bom. Mas, infelizmente ele ainda existe. Temos de continuar dizendo, até convencer a todos “lugar de criança é na escola”.

O Bolsa Família tem tido impacto sobre a frequência escolar mas, ainda não está fazendo com que as crianças deixem de trabalhar, talvez pela falta de penalidades para quem não cumpre o Programa.

Conforme aponta o IPEA, as crianças são responsáveis por importante parcela da renda das famílias.

Os menores de 15 anos, que não freqüentam a escola, cumprem uma jornada de 40 horas semanais e são responsáveis por algo entre um terço e 100% da renda familiar.

Crianças que não estudam recebem um salário, em média, de R\$ 226 e as que estudam e trabalham ganham mais ou menos R\$ 151.

O Índice de Oportunidades Humanas (IOH), um novo indicador calculado pelo Banco Mundial, o qual citei anteriormente, realizou um estudo sobre as condições educacional e de moradia nos países da América Latina e levou em conta 200 milhões de crianças em 19 países.

Segundo o estudo, as oportunidades educativas oferecidas às crianças brasileiras são piores que a média latino-americana.

O Coordenador Nacional do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil, da Organização Internacional do Trabalho, Sr. Renato Mendes, pondera que *“deveríamos disponibilizar mais escolas em tempo integral e tornar a educação atrativa”*

O IOH brasileiro, na área educacional, ficou em 67 pontos, abaixo da média latino-americana de 76, em uma escala de zero a cem, mas é preciso ressaltar que o Brasil obteve avanços em seus indicadores no período estudado, 1995-2005.

O economista Francisco Ferreira, um dos elaboradores do estudo realizado pelo Banco Mundial destacou que “o Bolsa Família é conhecido por ter aumentado as matrículas entre os grupos mais vulneráveis, que tipicamente têm históricos familiares menos privilegiados”

Concordo com o que disse o diretor regional do Banco Mundial para as Américas, Marcelo Yugale, *“Sabemos agora que o campo de jogo está desnivelado quando começamos na vida, e que circunstâncias pessoais sobre as quais não temos nem responsabilidade nem controle no início da vida são muito importantes no nosso destino final”*

Na verdade, criança precisa brincar e estudar e precisa também de um mundo livre de preconceitos.

Esse é o mundo que nós devemos construir para elas. Esse mundo não será apenas mágico, ele será o alicerce para a construção de uma nova sociedade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, encerrando minha fala, faço questão de relatar um encontro muito especial que me causou ao mesmo tempo uma imensa alegria e uma grande tristeza.

No dia em que fui votar, na cidade de Canoas, encontrei um garoto com síndrome de Down. Ele veio ao meu encontro com um sorriso muito aberto, com um brilho apaixonante nos olhos e cheio de vivacidade. Disse-me, todo faceiro: *“Senador, eu gosto demais do Sr., o Sr. lembra que veio no meu colégio uma vez e meu grupo cantou a música Querência Amada para o senhor porque é uma das músicas que o senhor mais gosta? Eu lembro disso direitinho. Hoje eu vim aqui votar, Senador”*

Ele falou isso cheio de orgulho e de satisfação por estar fazendo a coisa certa.

Eu perguntei o nome dele e ele me disse que se chamava Gilson Biskup e que tinha 27 anos.

Bem, depois eu fui para a minha cabine votar e mais tarde, na saída, encontrei com ele novamente. Só que desta vez ele estava todo cabisbaixo, todo tristonho. O brilho e a alegria do seu rosto haviam desaparecido. Eu perguntei a ele: O que te deixou desanimado?

Ele então me disse que não tinham deixado ele votar, que o nome dele havia sido excluído da lista.

Aquilo me deixou tão revoltado, tão para baixo que não fui capaz de almoçar naquele dia. Meu estômago estava como se eu tivesse levado um soco.

Pensei comigo, não dá: preciso conversar com esse garoto de novo. Pois bem, fui a casa dele e conversamos longamente, eu, ele, dona Diamantina, sua mãe e o Sr. Zeno, seu pai.

Gilson me disse muito comovido, *“Veja só o que é o destino. O Sr veio me visitar aqui hoje e há poucos dias eu sonhei com o senhor. Eu sonhei que o senhor estava na minha formatura.”*

Então o pai dele me disse que a formatura seria daqui há dois anos. Me comprometi que estaria lá com ele.

Fiquei muito impressionado com tudo e empenhei minha solidariedade e indignação e disse quealaria

para o Brasil inteiro ouvir aquele triste episódio a que ele fora submetido. Não há uma explicação de que me convença de que não houve um ato de discriminação na exclusão deste jovem da lista de votação.

Pois bem Gilson, eu tenho certeza de que o Brasil que te escuta hoje, através da minha voz, está triste por você ter tido que passar por isso. Se Deus quiser, meu amiguinho, conforme conversamos, estarei ao seu lado, junto com sua família, na próxima vez que você for votar. Como também, no dia da sua formatura.

Nós, aqui no Senado, já aprovamos o Estatuto da Pessoa Com Deficiência, e tenho certeza, que logo, logo, ele será Lei e, como tal, um importante instrumento de luta pelos seus direitos.

A todos que me escutam hoje eu faço um apelo:

A você que perdeu no processo eleitoral, você que ganhou, você que está arrasado com a crise global, você que perdeu o emprego ou que está empregado, a você que as vezes é criticado por sua opção sexual ou mesmo religiosa, não desanime, não fique triste, não perca as esperanças “na vida nós somos que nem as crianças, eternos aprendizes”. Nós, nunca perdemos, na verdade, aprendemos todo dia uma nova lição que vai nos conduzir para um futuro melhor.

Lembrem-se: é de um mundo sem preconceitos que as crianças e os adultos precisam. É de um mundo de coração puro que todos nós precisamos!

É de um mundo onde os homens e as mulheres independente da idade, não se preocupem somente com a questão material, mas que cuidem da harmonia do lado espiritual. Precisamos cuidar da alma, a partir dela seremos iluminados pela energia do universo, é disso que o mundo precisa.

Se agirmos assim, com certeza, estaremos dando a nossa parte nesta longa missão que é a de construirmos uma sociedade fraternal, solidária, sem discriminação, onde todos, todos, tenham direitos iguais, que possam viver e envelhecer com dignidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Parabéns, Senador Paulo Paim, pelo enfoque e, fundamentalmente, por chamar a atenção do País para a necessidade de se combater a pedofilia. Parabéns!

Com a palavra, por dez minutos, o Senador Mão Santa, do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador

João Pedro, dez minutos, não sei, mas dez é a nota para Paulo Paim pelo pronunciamento que fez.

Eu apenas queria fazer umas considerações aqui.

O Paulo Paim está aí. Ele é o nosso Martin Luther King. Está ouvindo, Paulo Paim? Você é o Martin Luther King.

E ficou, de Martin Luther King, um sonho, um sonho, um sonho...

Presidente João Pedro, V. Ex^a, que é do Partido dos Trabalhadores: eu sonhei e, no primeiro mandato, votei no Luiz Inácio e no atual Governador. A decepção foi grande. Mas vou dizer por quê, viu, ô Geraldo Mesquita?

Ernest Hemingway, autor de **O Velho e o Mar**, nasceu em Key West, na Flórida – todos conhecem os Estados Unidos: Flórida é a ilha mais próxima de Cuba, noventa milhas –, e morreu lá em Cuba. No livro **O Velho e o Mar**, ele disse que a maior estupidez é perdermos a esperança. Atentai bem! Essa aparece como a maior estupidez no livro **O Velho e o Mar**. Ele disse que o homem não nasceu para ser derrotado, ainda que possa até ser destruído. É um belo romance de Ernest Hemingway. Morreu lá.

Eu estou nessa da esperança, ainda tenho esperança, Geraldo. Mas o fato é que eu nunca vi maior desgraça no meu Estado do Piauí do que os seis anos do partido de V. Ex^a. E vou dar os fatos. Agora, eu tenho esperança no Luiz Inácio – é falta de visão mesmo, é a ignorância audaciosa, a falta de saber e de conhecimento.

Eu acredito em Deus; eu acredito no estudo, que leva à sabedoria – o Livro de Deus diz que a sabedoria vale mais do que ouro e prata –; e acredito no trabalho – não tenho essas crenças desse pessoal: acredito no trabalho.

Rui Barbosa está ali, ô Paim, porque ele disse que a primazia tem que ser do trabalho e do trabalhador. Ele vem antes, ele faz a riqueza.

Esse pessoal não tem entendimento, não leram nem a Bíblia. A Bíblia, Geraldo Mesquita, diz: “*Comerás o pão com o suor do teu rosto*”. E o apóstolo Paulo – Paulo Paim, preste atenção V. Ex^a, que herdou o nome – foi mais severo quando disse: “*Quem não trabalha não merece ganhar para comer*”. Isso é o real.

Ô João Pedro: e essa crise real? Eu estou aqui é para ensinar mesmo, só tem sentido a existência do Senado se ele for como um pai para a Pátria.

Já li umas cinquenta biografias de Abraham Lincoln. Considero como sua melhor frase a seguinte: “*Caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no direito*”. Mas não é isso não. Para esta crise, ele deu um ensinamento: “*Não baseie sua prosperidade com*

dinheiro emprestado”. Por isso é que se lê Abraham Lincoln, por isso eu li cinquenta biografias de Abraham Lincoln. Não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado! Essa crise é isso.

O que foi essa crise? Estou aqui para ensinar ao nosso querido e estimado amigo Presidente Luiz Inácio. O que foi essa crise? Pecaram contra Abraham Lincoln. Os bancos – banco é para isso – emprestaram dinheiro para comprar casa, emprestaram à indústria de construção imobiliária. Aí todo mundo comprou casa de US\$200 mil Não tinham dinheiro. Os juros eram baratos, aumentaram, não pagaram... O banco quer dinheiro, precisa de dinheiro para fazer essa matemática. O crescimento e as casas não engordaram, e faltou dinheiro.

No Brasil, ô João Pedro, vai acontecer a mesma coisa. Já aconteceu, Luiz Inácio!

Já aconteceu, Luiz Inácio. Eu sei. Eu acho que eu sou o melhor candidato à Presidência da República do PMDB. Não tem melhor do que eu, não. Eu já fui prefeito, já fui prefeitinho, governador de um Estado em dificuldades que, quando governei, crescia 10%. Viu, Paim, é um a Chapa boa: o Paim para Presidente e eu Vice-Presidente; ou eu para Presidente e ele Vice. É a melhor chapa, diga para o Luiz Inácio lá. Mas esse que eles estão lançando aí? Nós não vamos abrir mão. O PMDB é o maior Partido. O povo agora decidiu: fez mais prefeito e mais vereador. Não vamos abdicar nem da Presidência daí nem da Presidência da República, porque os novos candidatos que ele está lançando são mais fracos do que nós.

Vamos dizer o que houve na economia, porque nós entendemos. É o seguinte. Aí faltou dinheiro, e faltou e começaram a tomar as casas, e está aí a pane. E no Brasil? No Brasil está muito pior. A crise já chegou, Geraldo Mesquita. Tem que ter entendimento das coisas. Chegou e esse negócio de dizer... Mentir não. É hora da verdade. Fernando Henrique Cardoso é um estadista. Nunca votei nele. Votei no Quêrcia, que era do meu Partido; e depois, por birra lá, ou por amizade, votei no Ciro Gomes, que é meu vizinho. Sou de Parnaíba e ele ali, não é? Mas ele enfrentava. O Apagão. Ele criou não foi um superministério, mas uma rede de gestão – e chamou até o Pedro Parente – para enfrentar. Foi duro o Apagão. Eu era Governador. Apagamos luz de capital, pagamos mais, foi uma confusão doida. E essa crise tem que ser enfrentada. Já chegou.

Ora, essa dívida do Brasil é muito velha. Ela aumentou, quando Dom João VI veio de lá para cá. Ele estava liso, Portugal estava arrasado, acabado. Não tinha a derrama aqui? Eles vinham buscar dinheiro aqui. Daí entrou no pescoço do Tiradentes. Vinham buscar o nosso ouro! Então, para ele fugir, ele pegou dinheiro

da Inglaterra. Foi a Inglaterra que o trouxe. A Inglaterra que instalou Portugal aqui, porque a Inglaterra era contra a França, era contra Napoleão. A dívida já... E os ingleses, que criaram a indústria no mundo, chegaram a nos dar dinheiro. E a página mais vergonhosa para nós brasileiros: acabaram com o Paraguai, deram para a Argentina e para o Uruguai. Foi um massacre! Que vergonha! Aí a dívida aumentou com a Inglaterra. Então nós estávamos endividados! Basta dizer, Geraldo Mesquita, a importação, a taxa dos importados da indústria inglesa era menor do que a de Portugal, tal era a nossa dependência. Então essa dívida...

Aí veio a Segunda Guerra Mundial, e o mundo europeu se bombardeou todo. A Europa toda. A Inglaterra fica na Europa. E os Estados Unidos, que ganharam com a Rússia a Grande Guerra – e nós também – começamos a receber coisas dos Estados Unidos. Getúlio, para entrar na guerra, pegou a siderúrgica de Volta Redonda, pegou o desenvolvimento do Nordeste, das bases aéreas de Natal e da Marinha. Então nós começamos a nos endividar com os norte-americanos. Quer queiramos, quer gostemos ou não de Bush, o fato é que eles têm um quarto da riqueza do mundo: 25%. Então isso é a globalização, já pegou. E foi pior, e vai ser pior aqui, ô João Pedro! Vamos com frieza! V. Ex^a é um homem ponderado, está bem representado o seu Estado. Nós entendemos mesmo. Ninguém está em dúvida, não. Luiz Inácio... Estão enganando, eles têm que falar a verdade para o povo brasileiro.

O Brasil está o pior.

A escravidão hoje, Geraldo Mesquita, não é o negro, não. O negro era escravo, mas Abraham Lincoln resolveu, a Princesa Isabel resolveu... Mas a grande escravidão da vida moderna é a dívida. É a dívida o nosso problema.

O que houve no Brasil? Olha, estimulava-se o endividamento. Os velhinhos estão todos lascados. Os aposentados, que o Paulo Paim está defendendo, estão lascados, nunca houve tanto suicídio. Porque é consignado: os bancos já tiram na hora do pagamento. Eles pagam, mas não está dando mais o dinheiro. Eu ando na rua e os velhinhos “Pelo amor de Deus! Pega esse Paim, a promessa do Paim”. Tem velho se suicidando como nunca na história do mundo. Eles são honrados...

Mas num país onde se diz que se compra um carro em dez anos... Ora, é um país irresponsável, um país sem visão de futuro. Um carro em dez anos? Tem gente que não tem nada, não tem emprego. O desemprego está aí, mas com duzentos reais sai com um carro andando.

E agora? Estão tirando os carros. Aumentou a inadimplência. Lá foi casa de duzentos mil dólares.

Aqui todo mundo se estimulou; então, faltou dinheiro. Esse negócio de dizer “a dívida externa”... Está certo, ele pagou. Eu não teria pago, eu teria pago os aposentados, os velhinhos que têm o redutor.

Mas aumentou a dívida interna. Há dois tipos de dívida:

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A externa, que diz que pagou. Muito bem. Mas a interna... Vamos dizer, na sua casa... Está certo, você não está devendo a nenhum banco, a nada. Mas, se seu banheiro está quebrado, se não tem descarga, se não tem luz, se tem goteira, você está lascado. É a dívida interna.

Então, o Brasil tem uma dívida interna. Primeiro, com os aposentados. Estão tirando dos aposentados. Os que pagaram e fizeram um contrato para dez salários mínimos estão recebendo cinco; para cinco, estão recebendo dois.

A dívida interna com educação. Olha a porcaria que está a educação pública! Olha a porcaria que está! Tem faculdade de medicina, mas de ensino privado, são quatro mil reais ao mês. Ora, e agora? Vai faltar dinheiro, vai entrar na inadimplência.

Essa é a realidade. O partido está desequilibrado.

Paulo Paim, Bill Clinton, aquele “gostoso”, aquele “bonitão”, humilde, foi quatro vezes Governador do Estado do Arkansas. O meu amigo Luiz Inácio, nosso querido Presidente, não foi. Quatro vezes Governador do Estado do Arkansas, Paulinho! Então, o que ele fez, a primeira coisa? Disse que era complicado e mandou buscar os maiores técnicos. Aí eles fizeram um livro, com Ted Gaebler e David Osborne – Ô João Pedro, está aí um presente bom, dê antes do Natal, dê logo ao nosso Presidente Luiz Inácio –, *Reinventando o Governo*.

Eles advertiram que o governo não pode ser grande demais. Grande demais era o Titanic, que, com toda a tecnologia, afundou. Então, este Governo ficou grande demais: de dezesseis ministros para quarenta; trinta porcarias que só sei o nome de uns dez. Não é? O funcionalismo e tal, e quem paga? É o povo. Então, o povo está sem dinheiro, o povo paga 76 impostos. Eu denunciei isso. Não foi *O Globo*, fui eu aqui que disse que eram 75 impostos, que, de um ano, você paga seis meses de imposto: cinco meses para imposto e um para juros. Você trabalha de dezembro a janeiro, e a metade é para o Governo.

Então, o povo está esfolado, está explorado. Tem que chegar à verdade, à austeridade. Vamos economizar. Vamos enfrentar, temos que enfrentar, mas com a verdade. Cristo, João Pedro: “De verdade, em verda-

de [...]”. “Não, é uma marola, é uma gripe”. Uma ova. Sou médico. Isso é uma bananoza. A globalização, o dinheiro está globalizado, desde que inventaram a bússola; isso é verdade.

Fernando Henrique teve aquela coragem. O Apagão, eu era Governador. Chegou lá e mandou apagar as luzes de tudinho, tudo que era avenida; foi um rolo danado. Você sabe, botou o Pedro Parente, era a câmara de gestão, acima dos ministérios. Enfrentou, saímos do Apagão.

Vamos, João Pedro. V. Ex^a, que é índio...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... eu digo índio bravo, de coragem. Presidente, vamos ouvir o Senado, temos que enfrentar.

Estimular, comprar agora é uma loucura, porque não tem dinheiro, não vão pagar. Olha, vai diminuir. Você viu as montadoras? É o desemprego. Quem não tinha nada, com R\$200,00 saiu com carro. Eu queria ser Papai Noel, dar presente para todo mundo. Vamos devolver.

“Não baseie sua prosperidade com dinheiro emprestado”, foi Abraham Lincoln quem disse, por isso ele é estudado. E mais, vamos algo mais recente... Em recessão, ô, Geraldo Mesquita, disse que a maior foi na Primeira Guerra Mundial. Eu não sei... Mas, na Segunda, eu sei, porque eu nasci na guerra, Senador João Pedro. Eu não sei a idade de Luiz. Olha, eu nasci em 42. Franklin Delano Roosevelt, quatro vezes Presidente dos Estados Unidos. Quatro! Ele disse: “Toda pessoa que eu vejo é superior a mim em determinado assunto”. Nesse particular, eu procuro aprender. Olha, eu não vi ninguém do PT no debate qualificado. Que pena! Tasso Jereissati é um economista, empresário. É meu vizinho: eu sou do Piauí; ele, do Ceará. Empresário fabuloso, desde o pai. Ele debateu isso aqui, não tinha ninguém para o debate qualificado. Ele advertiu, eram as preocupações dele... Os olhos dele são verdes, é até a cor da esperança, não é? Mas não tinha ninguém... Tem de ser levado... Ele não é do lado, ele é do PSDB; mas ele é superior a Luiz Inácio nesse assunto. É lógico! Ele fez esses detalhes.

Mas Franklin Delano Roosevelt... Foi outra recessão, depois da guerra. Olha só o que ele disse, João Pedro: “Americano, (norte-americano) busque o trabalho. Trabalhe e produza. Se tiver com dificuldade... Se não, produza. Se não der certo, busque outro”. Ensinou a trabalhar na crise. É trabalho! Eu não tenho visto isso. Daí, eu quis entrar no Piauí... No Piauí, eu sei, ele foi generoso. Ele deu mais da metade dessa bolsa. Mas essa bolsa não é o trabalho... Não é isso o que eu espero para o Piauí.

Essa bolsa eu sei que é uma generosidade, uma caridade. São Paulo dizia: “Fé, esperança e caridade”. Eu não posso...

Eu encaminharia isso aos prefeitos e os prefeitos indiquem esse pessoal para o trabalho, que aumentaria até a sua renda. Vejo na praça da minha cidade tradicional... Botava eles para jardinar, para serem vigias. Acredito no trabalho.

Franklin Delano Roosevelt disse: “Se não der certo, procurem outro trabalho”. E mais, Paim: “Que cada fazenda tenha um bico de luz” – levou energia –, “que cada panela tenha uma galinha e este país estará salvo”. Os Estados Unidos são fortes, porque produzem alimentos, produzem grãos. A tecnologia eles perderam por causa do japonês. Mas eles têm... Olha o Franklin Delano Roosevelt: um bico de luz numa fazenda e uma galinha na panela, disse o homem. E ele disse mais: “As cidades podem ser destruídas; ressurgirão do caos. Mas se o campo for destruído, as cidades”... É o que está acontecendo. Está tudo destruído.

Então, eu queria que o Piauí tivesse nestes dois anos... Acredito, tenho esperança, não quero que o Presidente Luiz Inácio enterre a esperança do nosso Piauí, nas obras como o porto, a estrada de ferro, as ZPEs, os projetos de irrigação, as universidades federais. Universidade federal tem uma. Por que não tem mais de uma?

Tenho um projeto no delta, que foi encaminhado, aprovado em tudo que é Comissão, que o último Deputado Federal, ex-Ministro, deu parecer positivo, o Fernando Henrique Cardoso. Hidroelétricas, atentai bem!, o Governador disse que vai fazer cinco. Tem uma que está pela metade, é a de Boa Esperança...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...falta uma eclusa para tornar navegável o rio Piauí. E fala-se em cinco... vamos fazer cinco hidroelétricas, mas a primeira não foi concluída...

Eu sou cirurgião, e às vezes dá certo. Juscelino Kubitschek, Geraldo Mesquita – eu sei que V. Ex^a é jurista, V. Ex^a é mais do que Rui Barbosa –, era médico-cirurgião, eu sei que às vezes dá certo, Luiz Inácio, o Juscelino aqui deu certo, foi essa a visão. Mas se os homens prometem cinco hidroelétricas, se a primeira não está concluída... É ridículo! E falta a eclusa. Eu entendo o que o Piauí precisaria, Luiz Inácio, eu entendo, eu me preparei mesmo, eu estudei muito, foram muitos anos; vocês não acreditam, mas eu acho que não acreditam em Deus porque ele disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Essa gente não gosta de trabalhar, tem horror ao trabalho, não gosta de estudar, tem horror ao

estudo. Eu acredito em Deus, no estudo, no trabalho e no amor da família, como Rui Barbosa disse.

Uma refinaria de petróleo, isso que lhe peço, João Pedro. V. Ex^a é amigo do ministro. Pois é, estou dando a luz, eu tenho a luz, eu tenho a visão de futuro. Lá eles não estudaram, são cegos; não são míopes, não, são cegos. Uma refinaria em Paulistana, tem esse projeto. Olhem o mapa do Brasil. Paulistana é equidistante a todas as capitais. Está vendo, Paulo Paim? Olhe a tese. Então o problema é do derivado do petróleo. “É, mas é caro botar no interior do País”. Brasília era caro. Não era caro Brasília? Juscelino botou aqui para integrar e não mudou? Ô, Luiz Inácio, eu estou ensinando, eu poso ensinar, eu sei. Eles não têm visão, eles não estudaram, eles acreditam na corrupção, nessa esmola. Eu acredito...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a vai intermediar os meus apelos. O sr. ministro é um bom ministro. Governar é fazer estrada, disse Washington Luiz. Quando a Princesa Isabel viajou, o Pedro II escreveu a ela dizendo: “lembre-se, minha filha, estrada é o maior presente que se pode dar a um povo”. O seu ministro é bom, é um homem dinâmico, mas olha a visão, quando se olha no mapa de Boa Vista, Manaus, Belém, São Luís, Fortaleza, Teresina, Natal, equidistante. Então, seria como Brasília. É essa a refinaria, em Paulistana, Luiz Inácio? Eu sei. E outra: por que não bota? A Toyota está andando atrás, por que o Piauí não pode ganhar? A Bahia vai ganhar a segunda? Nós entregamos a nossa esperança ao PT, não elegeram um Governador do Estado, o PT e o Presidente da República? Então, é isso, João Pedro. Eu não acredito mais naquela Liderança. Peço a V. Ex^a, que está aí na Presidência que leve os meus cumprimentos ao... Não é do PT o Ministro, né? É um amazonense brilhante. Que ele conclua pelo menos o porto desmembrado. Cheguei a ter contato com ele, mas agora, depois do porto.

Essas são as obras de estrutura. Preocupo-me com a carcinicultura, o cultivo de camarão, porque fui eu quem foi buscar lá no Equador, em Quito.

Quando deu uma peste lá, eu levei os técnicos. Baixou de US\$20 milhões para US\$3 milhões. Então, é um pessoal míope.

A pecuária... não tem vacina, então não tem preço nos bodes, na caprinocultura e na carne. É isso.

Eu pediria a Sua Excelência o Presidente da República que reveja, e nós estamos abertos... Eu sou Francisco. Ontem o Pedro Simon falou: onde tiver ódio leve amor; onde tiver discórdia, a união, e é dando que se recebe, mas dê obras realmente consistentes.

Eu sei que é o Estado que tem mais essas bolsas... essas bolsas aí, mas aquilo leva à indolência. Eu quero levar aquilo que eu acredito. Eu estou aqui, ô Paim! Foi estudando e trabalhando que eu cheguei a esta Casa para representar com grandeza o Piauí e o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita, do Estado do Acre.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Pedro, que preside esta sessão, caros colegas aqui presentes, eu podia assinar embaixo o discurso do Senador Paim, proferido há poucos instantes aqui e me dar por satisfeito. Foi um belíssimo discurso.

Acho, Senador João Pedro, que a gente tem que assumir e se comprometer com determinadas causas. É uma das formas que a gente tem aqui de se vincular e de se comprometer com determinadas causas é vir aqui e dizer para que veio. Uma das causas que nos absorve muito nestes últimos tempos, principalmente a mim, que faço parte da CPI da Pedofilia, Senador João Pedro, é a que diz respeito à preocupação com nossos jovens e nossas crianças neste País.

Domingo, mais uma vez, comemoramos o Dia da Criança neste País. Para muitos, é o dia em que a gente tem que ter a preocupação voltada para dar um brinquedinho para uma criança – isso faz parte –, mas é também um dia, Senador Paim, que a gente deve reservar para uma reflexão profunda acerca do que está acontecendo no nosso País em relação às nossas crianças.

Não sei a que atribuir o fato de que, na minha campanha, Senador Paim, as primeiras pessoas que eu conquistei foram as crianças. Não sei por quê.

Minha mulher me lembra sempre que na minha campanha as primeiras pessoas que eu conquistei foram as crianças. Com essa cara feia, essa cara enrugada... Mas a Maria Helena, minha querida esposa, lembra-me sempre disso. De fato, havia alguma coisa nesse sentido. As crianças sempre gritando “Geraldinho! Geraldinho!”... Talvez tenha sido pelo nome. Eu sei que, ao longo da minha campanha, em 2002, a gente teve muita participação das crianças, com muita alegria, o que me jogava para cima, Senador Paim. Isso me fez muito bem, isso me remeteu em linha direta... Até hoje, a gente admite, a gente assume, a gente se compromete com essa questão, Paim, que é um negócio aflitivo.

Todo ano, por exemplo, Senador Paim, lá no nosso Estado, sem divulgação nenhuma, porque é uma coisa

tão nossa, tão íntima, a minha mulher, a minha mãe, minhas irmãs e meus familiares, todos passamos o ano todinho guardando as notinhas de R\$1,00 e R\$2,00. Vamos guardando e, neste período, a gente faz, em determinado canto do Estado, uma festinha com as crianças, com alegria, com brincadeira.

Neste ano, há cerca de 15 ou 20 dias, eu estava numa localidade rural do meu Estado, Município Bujari, no Ramal Linha Nova. Fui lá, a convite de uma determinada candidata a vereadora, e, ao chegarmos, mais uma vez, as crianças de uma escola próxima que tinham acabado de sair da aula nos cercaram e, inclusive, participaram da reunião com muita atenção e, quietinhas, ficaram ouvindo.

Então, eu me lembrei da festinha que a gente faz todos os anos. Íamos fazer em outro local, mas decidi, ali, na hora, que a festinha seria feita lá. Conversei com as crianças, algumas meninas e meninos, alguns com sandalhinhas, outros descalços, pois o pessoal vive assim, no meio de muita precariedade, e resolvi, assim, de estalo, fazer a festa ali. Conversei com as crianças e lhes disse: “Olhem, se preparem que, no Dia da Criança, vamos fazer uma comemoraçãozinha, uma festinha, com vocês”. Precisei vir a Brasília e deixei meu pessoal lá no Estado, preparando. Pedi ao Beto, que me representa lá, que fosse, mais uma vez, lá combinar com o pessoal, com as crianças e com o professor da escola. Foi então que soube que pessoas, Paim, que não têm muito compromisso com as coisas... Seriam, no máximo, 25 ou 30 crianças. Nós havíamos nos preparado para esse número. Aí o Beto me ligou e disse: “Senador, pessoas da comunidade convidaram mais não sei quantas...” Entende? Isso, de certa forma, inviabilizou a festa, porque há toda uma logística, uma operação que fazemos, por mais simples que seja.

Mas eu queria, hoje, Paim, especialmente, mandar um recado para essas crianças do Linha Nova com as quais estive. Lamentavelmente, minha equipe precisou suspender ou adiar a realização dessa festinha até que se conciliem ali os interesses que fugiram do nosso controle. Mas quero dizer para essas crianças que a nossa festinha está apenas adiada e que eu vou lá para festejar com elas a existência delas, o dia delas. É para elas que eu dedico a minha esperança, o meu carinho, o meu amor, hoje, comemorando já, por antecipação, o Dia da Criança. Por intermédio delas, quero festejar com todas as crianças deste País o dia delas, Paim, lembrando que a gente está aqui envolvido em verdadeiras operações, em torno de alguns projetos, de algumas ações, para que as coisas se tornem cada vez melhores para as crianças e para os nossos jovens.

Ainda esta semana, Senador Paim, como falei em aparte a V. Ex^a, eu lembrei que, nesses últimos trinta dias em que estivemos envolvidos em campanhas, V. Ex^a no Rio Grande do Sul e eu no Acre, deparei-me, quase diariamente, com notícias, colhidas na mídia brasileira, sobre agressões, violências, crimes sexuais cometidos contra crianças, inclusive por pessoas da família, avós, pais... Uma coisa odienta, uma coisa terrível!

Lembrei, inclusive, de uma reportagem do *Correio Braziliense*, de meados de setembro, chamando a atenção para o fato de que meninas de 5, 6, 7, 10 anos, na rodoviária de Brasília, a um quilômetro do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional, se prostituíam por R\$2,00, algo inominável, inconcebível.

Lembrei também que a CPI da Pedofilia, que tem tido um papel importante na reforma da legislação que trata da espécie, algo que ainda demanda aprovação pelo Congresso Nacional, já cumpriu esse primeiro papel de reformar a legislação no sentido de tornar duro o combate a esses criminosos, a esses pedófilos no nosso País. Lembrei a atuação firme do Senador Magno Malta, do Senador Demóstenes, do Senador Tuma, do Senador Azeredo, de todos nós, de V. Ex^a, que também faz parte da CPI.

Lembrei também, Senador Paim, que imaginava que a CPI pudesse cumprir o papel de uma sirene para intimidar esses criminosos, mas me assustei, porque percebi que houve, assim, como que um recrudescimento, um volume enorme de crimes cometidos nesses últimos dias. Eu acho que, nesse ponto, a gente precisa sentar, assim que o Senador Magno Malta e o Senador Demóstenes Torres convocarem uma nova reunião da nossa CPI, para rediscutir essa questão, ver onde a CPI pode atuar com mais firmeza, no sentido de intimidar esse povo, esses criminosos, e tomar medidas nesse sentido. Precisamos também, Senador Paim, como falo sempre, sair do discurso, assumir posições e adotar medidas concretas, não só no Congresso Nacional, mas no País inteiro.

Lembro aqui um projeto de muita relevância de um companheiro nosso aqui do Senado Federal que propõe a criação da Agência de Proteção da Criança e do Adolescente. Acho que esse é um caminho muito nítido, esse é um caminho muito consistente que nos vai permitir concentrar as ações de proteção à criança e ao adolescente, as ações de combate efetivo, aos maus-tratos, ao trabalho infantil indevido, inapropriado, aos crimes cometidos contra as crianças. Acho que uma agência como essa, Senador Paulo Paim, vem num momento muito apropriado. Ela pode coordenar no País inteiro todas as ações que são desenvolvidas e estão aí de forma dispersa. Vamos juntar todas essas ações,

concentrá-las numa agência de proteção à criança e ao adolescente. Acho que esse é um bom caminho para que a gente possa, com efetividade, começar a colocar milhares e milhões de crianças deste País a enxergar uma luzinha no final do túnel. Fico vendo as crianças lá do meu Estado, notadamente aquelas que vivem nas periferias das cidades, notadamente na zona rural. A beleza da criança, a alegria da criança, mas, ao mesmo tempo, a gente não consegue enxergar o outro lado dessa questão, Senador Paim. Parece, assim, um cantiga de grilo. A coisa vem se arrastando há tanto tempo, com muita morosidade. As ações, mesmo quando são implementadas, o são de forma tímida. É aquilo que eu disse: parece até que há no imaginário assim dos administradores aquela idéia de que “olha, criança não vota; então...”. Entende?

Eu acho que não é assim. Eu acho que a gente precisa, a partir do processo educacional que deve ser fortalecido, Senador Paim, tanto em número como em qualidade no nosso País, alcançar todas as crianças no nosso País. Acho que é a porta da libertação da nossa juventude, é uma educação universal e de qualidade. V. Ex^a tem se batido tanto aqui pelas escolas técnicas, se possível em cada Município brasileiro, para que as crianças possam ter mais uma oportunidade de se profissionalizar com decência, com dignidade.

Portanto, Senador Paim, é como eu disse no início da minha fala, eu assinaria seu discurso e me daria por satisfeito, mas acho que a gente tem que vir aqui mesmo nesta tribuna, dizer a que estamos vinculados, nos comprometer com determinadas causas, como a dos aposentados, por exemplo, Senador Paim. É aquilo que falei para V. Ex^a: V. Ex^a precisa liderar e sabe que tem nos seus companheiros aqui a solidariedade e o compromisso de promovermos uma grande mobilização de aposentados, de pessoas ligadas aos aposentados, seus familiares, trazê-los para a Câmara dos Deputados, para que a Câmara perceba a gravidade da questão. Acredito que muito Deputado ainda não está ligado na gravidade dessa questão e precisa se sintonizar, porque é uma questão de vida ou morte mesmo.

O Senador Mão Santa diz que os velhinhos estão começando a se suicidar. Isso é verdade mesmo. Isso é verdade mesmo. O desespero tem levado alguns, inclusive, ao suicídio. Entende? O reajuste de suas aposentadorias é aquém do devido. Para suprir algumas necessidades assumem dívidas e não conseguem pagar. Alguns, inclusive, se sacrificam de fato, vão às últimas conseqüências, como se diz.

Então, é preciso que a gente mobilize, Senador Paim, Nossa Senhora Aparecida, como V. Ex^a lembrou. Vamos nos pegar com ela, para que ela ilumine

o coração desses Parlamentares. Mas precisamos, ao mesmo tempo também, fazer uma grande manifestação em torno da Câmara dos Deputados, para que a Câmara dos Deputados perceba a gravidade da questão.

Não há mais possibilidade nem da manutenção do fator previdenciário, que é uma coisa cruel que se abate sobre aquelas pessoas que estão prestes a se aposentar e sobre aquelas que se aposentaram, com graves prejuízos. Sobre a questão do reajuste daqueles que estão aposentados, que, pelo menos, a gente equipare com o reajuste do valor do salário mínimo.

É o mínimo, para não dizer outra coisa. É o mínimo. Se não tivermos sensibilidade, nós brasileiros, Parlamentares, governantes, de promover pelo menos isso, Senador Paim, nós vamos passar para a história como aqueles que ficaram a dever. A dever mesmo! A dever. Claro que a história vai ressaltar o papel de V. Ex^a, que tem sido relevante em toda essa batalha. Mas a nossa geração vai passar para história como aquela que ficou a dever uma solução humana, digna para essas duas questões. Entende?

Então, encerro meu pronunciamento de hoje. Eu queria apenas vir hoje à tribuna comprometer-me com medidas concretas, que possam ser levadas a efeito, de proteção, de estímulo ao desenvolvimento sadio e correto das nossas crianças.

Faço, mais uma vez, um apelo às autoridades, para que a gente deflagre uma campanha pública nacional de esclarecimento às pessoas de todos os rincões deste País que têm um computador em casa, que têm uma criança que acessa um computador, para que sejam orientadas. A gente abre os jornais e vê notícias aqui alarmantes, de crianças que saem para encontros com estranhos marcados em sites de relacionamento na Internet. Muitas delas, inclusive, sacrificadas nesses encontros. As pessoas precisam ser orientadas, os pais, as mães, os familiares precisam ser orientados. Isso tem que ser feito por meio de uma campanha nacional. Não há que se proibir o uso do computador ou o acesso à Internet. Não estou falando nisso. Isso é algo que veio para ficar, não há volta. Agora, precisamos esclarecer as pessoas para que elas possam, ao mesmo tempo, esclarecer as crianças para o bom uso de uma ferramenta como essa, de uma tecnologia como essa.

Precisamos esclarecer as famílias brasileiras, para que percebam os sinais de sevícia que muitas crianças ostentam e que passam, às vezes, despercebidos, Senadora Serys. As pessoas precisam ser orientadas, como elas são orientadas no combate à dengue, no combate à rubéola. As pessoas precisam ser orientadas. A gente orienta por meio de uma

campanha pública nacional, de grande repercussão. Não é uma cartilhinha que vai resolver isso, não.

Quando a gente tem uma epidemia de dengue no País, a gente deflagra uma grande campanha nacional no seu Estado, no meu Estado, no Rio Grande do Sul e em todo o País. Então, o que está acontecendo de crimes perpetrados contra as crianças, a pedofilia não consegue ser contida no nosso País, pela Internet, pelo contato direto com as nossas crianças! Então, precisamos combater isso também com uma grande campanha nacional.

Faço um apelo, inclusive, aos Parlamentares da base de sustentação do Governo: que sensibilizem o Governo Federal para que elabore, promova e lance no País essa grande campanha, Senadora Serys. É uma forma de a gente se vincular a essa preocupação com nossas crianças, com nossos adolescentes. Esse negócio de dizer que eles são o nosso futuro, não; eles são o nosso presente. Eles são o nosso presente e não podem continuar soltos por aí, sofrendo a sevícia, sofrendo o assédio de marginais, de criminosos. As crianças precisam estar em salas de aula, as crianças precisam estar em ambientes saudáveis, em casa ou fora de casa, para que a gente possa cogitar um futuro decente para este País.

Quero cumprimentar todos nesta sexta-feira e agradecer a tolerância ao Senador Paim pelo tempo que, tenho certeza, excedi.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. João Pedro deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, quero só cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento. Pode ter certeza de que essa mobilização por que V. Ex^a clama tanto vai acontecer. Será a partir do dia 27. Tem dia e hora para começar. Este mês!

Passamos a palavra, neste momento, para o Senador João Pedro ou para a Senadora Serys. (Pausa.)

Com um gesto, como sempre, de cavalheiro, o Senador João Pedro permutou com a Senadora Serys, que passa a ter direito à palavra neste momento e, se depender de mim, pelo tempo que for necessário, com a mesma tolerância que tiveram comigo.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Paim, Presidente desta sessão neste momento; obrigada, Senador João Pedro, nosso companheiro pela cessão de seu tempo para a antecipação de minha fala.

Eu gostaria fazer um anúncio, antes de começar minha fala, por solicitação do Senador Cristovam, que não pode estar presente nesta sessão. Eu não tinha, inclusive, essa programação, que ele fez chegar às minhas mãos agora. O Senador Cristovam, por meio deste documento, nos mostra que, no dia 12 de outubro, a Rádio Senado será a Rádio da Criança. Isso mesmo, Senador João Pedro! No Dia das Crianças, a Rádio Senado terá toda sua programação feita por crianças. E os escolhidos para fazer parte desse projeto foram os alunos do CEF 619, de Samambaia. Serão doze horas de programação a respeito da criança. A Rádio Senado nesse dia será a Rádio da Criança, com doze horas de programação: das 8h da manhã até as 19h55, faltando apenas cinco minutos para completar doze horas. É extremamente importante que todos sintonizem a Rádio Senado no Dia da Criança nas suas doze horas de programação.

Também por meio deste documento, o nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, nos convida para uma sessão especial em homenagem ao Dia da Criança, para discutir e encontrar meios para a inclusão das crianças do nosso País e para comemorar também o Dia do Professor. Essa sessão especial realizar-se-á no dia 15 de outubro, quarta-feira, às 11 horas, no plenário do Senado, conforme requerimento de iniciativa do Senador Cristovam Buarque e de outros Senadores. Então, no dia 15 de outubro, teremos uma sessão especial do Senado, às 11 horas, quando trataremos tanto da questão da criança quanto do professor, pois dia 15 de outubro é Dia do Professor, tudo isso por requerimento do Senador Cristovam Buarque.

Eu queria também, rapidamente, infelizmente, sobre esses conflitos agrários que ainda acontecem, e com muita frequência, no nosso Estado, em Mato Grosso.

Moradores de duas cidades de Mato Grosso são ameaçados por pistoleiros, em uma região marcada por conflitos agrários. A reportagem é de Walcir Veiga e do Jonas Campos.

Na região onde as árvores já tombaram e o fogo abre caminho para mais uma área destinada à criação de gado, um clima de terror. O marido de uma mulher era gerente de uma fazenda disputada por posseiros no município de Porto Alegre do Norte. Ele foi assassinado dentro de casa. “Ele sentou na cama e, quando me assustei, foi o tiro pela janela na cabeça dele”, conta a viúva.

Até a política reconhece a existência de pistoleiros na região. São grupos armados que, nos últimos anos, se especializaram em expul-

sar as famílias das áreas em disputa. Desde abril, dois trabalhadores de uma fazenda estão desaparecidos.

Testemunhas dizem que Charles Nery da Silva e Anísio Thomaz Vieira foram mortos em uma emboscada. Os corpos não foram localizados e as famílias não perdem a esperança de encontrar os trabalhadores com vida. (...), explica uma agricultora.

Em muitas fazendas, armas já foram apreendidas. Mas, em Confresa, outro município com alto índice de conflitos agrários, existem apenas sete policiais para cuidar de uma área que tem três vezes o tamanho da cidade do Rio de Janeiro.

‘Todo mundo que fala que é proprietário da terra, que é a mando de alguém, que tem interesse pela terra. Intimamos todo mundo, mas todo mundo chega e nega os fatos’, afirma o delegado Carlos José da Silva.

Grupos de sem-terra também são alvo dos pistoleiros. Em um acampamento, os ataques estão anotados em um livro. ‘No dia seis de julho de 2007, passou um carro cheio de pistoleiros atirando’, lembra uma sem-terra.

Os registros de ameaças se acumulam na delegacia. Um dos boletins descreve o atentado sofrido pelos agricultores. ‘Metiam as armas em nós e diziam vocês vão morrer agora, botaram assim na minha cabeça e desciam o cano da arma e detonavam’, relata um agricultor.

A Pastoral da Terra acompanha todos os casos e alerta que a situação pode ficar ainda mais grave. “O receio é que realmente essas ameaças podem vir a se concretizar, porque é uma região com bastantes conflitos”, alerta o padre Alex Venâncio Gonçalves.

Recebi há pouco uma comunicação relativa àquela ocasião em que estive em Comodoro, Município do Estado de Mato Grosso, durante a campanha, quando houve um tiroteio com rajadas de metralhadoras em grande quantidade. Passamos esse momento junto com a nossa militância e com a população da cidade, como um todo, porque muitas pessoas estavam na rua principal, próxima ao Banco do Brasil. Depois foi dito que seria possivelmente um assalto ao banco, mas foram muitas, muitas as rajadas de metralhadoras. Felizmente eles não queriam matar – felizmente, porque, se quisessem, teriam matado muita gente. Foi muito grande o tiroteio. Houve gente ferida, mas todos saíram com vida. E fui comunicada agora de que oito homens já estão presos. Foi uma operação difícil, porque já se passaram cerca de trinta dias – não me

recordo ao certo o dia em que aconteceu. Oito estão presos e, como eram nove, um morreu nos momentos de busca para prendê-los. Eles tinham muito armamento, armamento muito pesado – eram muitas metralhadoras, muita bala – e, na fuga, enterraram parte dele. Conseguiram prender uns antes, logo após o evento, e alguns foram presos quando voltaram para buscar o armamento que eles haviam deixado enterrado. Tinham muitas metralhadoras, muitas armas, armas pesadas, e eram, pelo menos que eu vi a olho muito próximo por ocasião do tiroteio, oito homens. Mas eu fui comunicada de que oito estão presos e um morreu na operação em que foram presos. Ou seja, eram mais do que oito que estavam espalhando terrorismo naquele momento no Município de Comodoro.

Eu digo isso, inclusive, desta tribuna, para acalmar a população, Sr. Presidente, de Comodoro, que naquele dia viveu realmente um dia de terror dos mais violentos. Eu, pelo menos, que fiquei por mais de vinte minutos no meio do tiroteio, sei que a coisa foi extremamente grave e complicada. Mas, após esse tiroteio, eles ainda invadiram o Banco do Brasil, fizeram reféns, e a situação foi muito difícil. Foram três horas realmente de desespero sob as balas e o “comando” da bandagem de alta periculosidade lá na região.

Dito isso, Sr. Presidente, eu gostaria de voltar a esta tribuna para falar das eleições no meu Estado. Já falei dias atrás e, passados os momentos, digamos assim, iniciais da miscelânea de sentimentos pós-eleitorais – alegria da vitória, tristeza da derrota –, é hora das análises, de usarmos as estatísticas para verificar se essas eleições significaram alguma mudança no quadro político nacional, se as correlações de forças se alteraram, e como se alteraram.

Do ponto de vista político-partidário, a divisão de forças ficou ainda maior, com grande crescimento do Partido dos Trabalhadores. Vamos fazer essa análise por partes. Se pegarmos os números totais de votos que os Partidos receberam nas eleições para Prefeito em todo o país, o PT ficou em segundo lugar, com mais de dezesseis milhões de votos, atrás apenas do PMDB, que ficou com mais de dezoito milhões de votos.

Devo dizer que não é nada mal. O PMDB é reconhecidamente o maior Partido do Brasil, com o maior número de filiados. Já no número de votos para Vereador, não fomos tão bem como os de Prefeito, mas, ainda assim, atingimos uma excelente marca, com mais de dez milhões de votos, ficando como o terceiro maior Partido, sendo que a nossa diferença não foi grande.

Por si só, esses resultados já demonstram que o PT é uma das maiores forças políticas de nosso

País. Mas acho que os dados referentes ao número de Prefeituras conquistadas corroboram ainda mais esse fenômeno.

Entretanto, o PT foi o Partido que mais elegeu vereadores em capitais. Teremos representantes em 22 das 26 capitais, totalizando 79 vereadores. O melhor desempenho foi em São Paulo, onde conquistamos 11 cadeiras. Em Porto Alegre, Presidente, foram sete; em Belo Horizonte, seis; Salvador, seis; em Mato Grosso, conseguimos reeleger o nosso Vereador, Dr. Lúdio.

Uma comparação entre os resultados. No primeiro turno das eleições municipais, em 2004/2008, revela um crescimento do número de Prefeitos do PT. O PMDB continua sendo o líder da lista, ao conquistar 142 Prefeituras a mais que em 2004. Entretanto, o PT que, em 2004, tinha sido apenas o sexto Partido com maior número de Prefeituras conquistadas, quatrocentas na época, após a apuração do último domingo, passou a ser o terceiro Partido com mais Prefeitos, elegendo 549.

Estados como Bahia, Piauí, Mato Grosso, Minas Gerais e Pará foram os que mais contribuíram para este crescimento. Na Bahia, o Partido passou de 19 para 66 prefeituras; no Pará, de 18 para 27; no Piauí e Mato Grosso elegemos 18 prefeitos, contra 7 que tínhamos em Mato Grosso. E ainda temos o segundo turno, em que o PT está disputando em 15 das 29 cidades que voltarão às urnas no dia 26.

Eu não poderia deixar de fazer esta análise. Mas também não poderia deixar, Sr. Presidente, de discutir um pouco essa questão do poder entre homens e mulheres.

A cada eleição, fico na expectativa de haver uma melhora na distribuição de poderes entre homens e mulheres. Que mais mulheres consigam vencer as dificuldades e garantam suas vagas no Executivo e no Legislativo municipal, estadual e federal.

Segundo o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Ayres Britto, o número de mulheres eleitas prefeitas cresceu nesta última eleição. Passamos de 7,32% das prefeituras para 9,16%, somamos 498 prefeitas neste primeiro turno, independentemente da coloração partidária.

No entanto, se analisarmos um dado, verificaremos que as mulheres se saíram muito bem. Nessas eleições, 12.944 homens e 1.620 mulheres concorreram para prefeituras em todos os municípios brasileiros. Entre os homens, 4.986 venceram no primeiro turno. Olhando as porcentagens, 30% das candidatas foram eleitas, enquanto, dos homens, 38% foram eleitos. Percentualmente, a diferença é muito pequena, o que pode nos permitir concluir que o aumento no número de candidatas é a garantia de mais mulheres eleitas.

Nas capitais, pelo menos, tivemos aumento de mulheres prefeitas. Ainda que pequeno, houve. Agora, temos duas prefeitas: a nossa companheira Luizianne Lins, em Fortaleza, que ganhou de forma brilhante, comprovando sua competência; e agora também a Prefeita Micarla, em Natal.

Mas ainda temos chances de aumentar o número de prefeitas de capitais, porque, em duas capitais, há mulheres disputando o segundo turno: as nossas guerreiras Maria do Rosário, em Porto Alegre, e Marta Suplicy, em São Paulo, duas ótimas representantes da capacidade e da competência da mulher na política.

Infelizmente, não houve crescimento no número de vereadoras. Continuamos com 12% das vagas. É maior que no Legislativo federal, mas ainda é muito pouco. Afinal, como não canso de repetir, somos 52% da população, irmãs dos outros 48% e merecemos ter o mesmo espaço na política que os companheiros homens.

Mas, antes de reclamar mais poder para as mulheres, quero festejar o crescimento feminino em Mato Grosso. Foram oito prefeitas eleitas: a Prefeita de Alta Floresta, a Maria Izausa; de Campos de Júlio, a Cláides Masutti; de Colniza, a Nelci; de Lambari, a Maria Manéia; de Nova Nazaré, a Railda; de Nova Monte Verde, a Bia; de Ponte Branca, a Jaqueline; e de Porto dos Gaúchos, a Carmem.

Estamos nos multiplicando nas prefeitas de Mato Grosso. Nas eleições de 2004, foram apenas cinco mulheres eleitas; em 2008, oito mulheres eleitas prefeitas. Entretanto, nas câmaras de vereadores, a situação não foi tão animadora. Conquistamos, praticamente, o mesmo número de cadeiras: 165 mulheres. Elegemos, ao menos, uma mulher em 103 dos 141 municípios do nosso Mato Grosso.

Se em Cuiabá e Várzea Grande, os dois maiores colégios eleitorais, só elegemos uma mulher em cada, há municípios em que a proporção foi de quase a metade. Em Alto Araguaia eram nove vagas, Sr. Presidente, e elegemos quatro! Elegemos a Sílvia, a Rosemary, a Kátia e a nossa companheira Maria Luíza. Elegemos quatro mulheres numa Câmara de nove vagas. E assim também em Santa Helena e Sapezal. Em Santa Helena elegemos a Marlene, a Cida, a Zilda e a Zeza. Em Sapezal, a Ilma, a Rose, a Carol e a Preta.

Eu disse, aqui, no começo da minha fala, que é independente da coloração partidária. Mulheres chegando no poder é importante, digo sempre, independentemente da coloração partidária, Senador João Pedro, porque aqui no Senado e também na Câmara nós temos conseguido vitórias em políticas públicas para as mulheres por intermédio da bancada feminina. A bancada de Sr^{as} Senadoras e Sr^{as} Deputadas,

quando se trata de políticas públicas para as mulheres, tem contribuído muito, bem como os Srs. Senadores e Deputados. Mas a bancada feminina vota sempre de forma coesa e luta pelos ganhos para as mulheres em todos os aspectos.

Em outras 13 cidades foram eleitas três vereadoras. Isso tudo em Mato Grosso. Em Barra do Bugres elegemos inclusive a nossa companheira Joaninha. Em 26 cidades de Mato Grosso elegemos duas vereadoras em cada uma.

Se o número não representa o melhor dos mundos, ainda assim é motivo para comemorar. Temos mulheres na maioria das Câmaras do nosso Estado de Mato Grosso. Em Mato Grosso, o PT elegeu 109 vereadores, sendo que 15 são vereadoras. Apesar de ser uma marca pequena, é muito maior que a média nacional, uma vez que a bancada de vereadoras petistas é de 13% do total de eleitos pelo Partido. É um crescimento, já que nosso Partido ainda não é a principal força no Estado de Mato Grosso. Ainda estamos desenvolvendo o PT mato-grossense e a partir dessas eleições marcamos definitivamente nossa posição no cenário político local.

Se as mulheres ainda não conquistaram todo o espaço, ao menos o estamos conquistando aos poucos. Em Mato Grosso muitos municípios elegeram mulheres para, no mínimo, 30% das vagas nas Câmaras. Quer dizer que a Lei de Cotas, que garante 30% das candidaturas para as mulheres, é a responsável pela maior representação política feminina com certeza.

Com base nesses dados, devo continuar lutando por uma reforma política mais inclusiva, que garanta a participação da mulher, que viabilize as candidaturas femininas, que dê substância à candidatura feminina, que hoje em muitos lugares é apenas para cumprir a cota, sem nenhum outro apoio dos partidos. Muitas mulheres se jogam na aventura eleitoral com a cara e a coragem, sem a menor estrutura, e ainda assim vencem. A essas mulheres, meus parabéns, independente do partido, todas estão de parabéns. Se uma eleição sempre é difícil, para a mulher é muito mais.

Essa minha conclusão pode ser corroborada por um fato muito curioso. Nas cidades pequenas, onde as campanhas são mais simples e o dinheiro pouco importa para o desenrolar da campanha, contando muito mais o chamado corpo a corpo, as mulheres são eleitas de forma quase que igual aos homens, como é o caso das pequenas cidades de Mato Grosso, onde inúmeras Câmaras elegeram mais de duas mulheres. As mulheres competem em condição de igualdade com os homens por terem a mesma possibilidade de acesso ao povo na rua, enquanto que, nas grandes cidades mato-grossenses, quando muito, uma mulher é eleita,

como ocorreu, infelizmente, em Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Cárceres. Pior ainda em Tangará da Serra, onde nenhuma mulher foi eleita.

Podemos atribuir essa situação ao simples fato da falta de apoio dos partidos. Em cidades maiores, os recursos financeiros são fundamentais para garantir a competitividade. Eles não têm como chegar a toda a população, como o candidato que, geralmente, conta com maior apoio partidário.

Espero que, nas próximas eleições, tenhamos mais celebrações pelas conquistas femininas. Que mais mulheres alcancem o poder e, mais importante, que haja equidade de gênero. Quando a mulher participa da tomada de decisão, ela traz, como consequência, modificação na sociedade em direção a mais justiça e igualdade.

Sr. Presidente, eu queria me reportar, por um minuto, ao final do discurso do Senador Mesquita, quando ele falou sobre a criança e o adolescente. Costumo dizer sempre que criança e adolescente, Senador Paulo Paim, não são futuro do Brasil. Temos que parar com esse discurso. Eles são o presente. Criança e jovem têm que ser bem cuidados, bem tratados, devem ter escola de qualidade, acesso à saúde e devem receber orientação de uma família bem cuidada. Uma criança que vive com uma família que não tem trabalho, que não tem emprego e que não tem moradia dificilmente terá futuro brilhante. Uma criança necessita de assistência da família, dos seus pais, e estes têm de ter, principalmente, trabalho.

Por isso, são necessárias políticas públicas importantes para a geração de emprego para as companheiras mulheres. Microempresas, empresas de fundo de quintal devem ser formadas por meia dúzia de companheiras mulheres. Por exemplo, em Alto Paraguai – estive lá há oito ou dez meses, um Município de população pequena, em Mato Grosso –, as mulheres estavam se organizando em cooperativas de costureiras. Hoje, estão lá, inclusive com recursos, para organização dessa cooperativa.

Nós, mulheres, temos competência, sim, para ajudar nossos companheiros a trazer o pão nosso de cada dia para dentro de casa, para cuidar das nossas famílias, nossos filhos, nossos jovens, nossas crianças, com a dignidade que precisam e merecem.

São políticas públicas que geram emprego para homens e mulheres, mas, aqui, neste caso específico, conclamo para que busquemos essas políticas públicas para as companheiras, porque, realmente, elas ainda têm mais dificuldade do que os companheiros para arranjar trabalho hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento a Senadora Serys pelo pronunciamento brilhante como sempre.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu peço a palavra para um rápido registro, em nome da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a tem direito à palavra como Líder do Governo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero registrar que corroboro as palavras da Senadora Serys e, mais do que isto, ao fazer campanha em todo o meu Estado para prefeito, prefeita, vereador e vereadora, reforcei sempre a necessidade de haver forte representação de mulheres nas Câmaras de Vereadores. Pedi, especificamente, voto para as vereadoras das nossas coligações, exatamente por entender que a visão da mulher na Câmara de Vereadores é fundamental, para que, nessa diversidade, complementem-se as ações de políticas públicas.

Portanto, quero saudar a Senadora Serys e todas as Senadoras do Brasil.

Pedi a palavra, Sr. Presidente, para fazer um breve registro, que é o seguinte: o Governo Federal, por meio do Banco Central, acaba de baixar a Resolução nº 3.618, que facilita e simplifica o acesso de crédito para o programa do Pronaf, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, na Região Norte, na Amazônia brasileira.

Antes, para se fazer crédito no Pronaf, era preciso ter o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR). Essa exigência foi abolida. Agora, com a simples Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), é possível fazer financiamento do Pronaf para os agricultores do Norte. Isso vai beneficiar mais de 287 mil famílias na Região Norte do Brasil, entre agricultores familiares e assentados do Incra, que hoje atuam dependendo da agilidade do financiamento do Pronaf, que cresceu muito no Governo do Presidente Lula.

O Presidente Lula investiu e está investindo na agricultura familiar de forma contundente, de forma forte, para que o agricultor tenha condições de produção, de comercialização e...

(Interrupção do som.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – ...possa melhorar sua renda.

Portanto, essa medida do Banco Central beneficia também os ocupantes de várzeas da Região Norte, que não necessitarão mais, no caso das várzeas, do CCIR ou da licença ambiental. Simplesmente da declaração.

Ou seja, o Governo procura atuar consentaneamente com a dificuldade burocrática, para que os pequenos agricultores tenham o respaldo necessário para o financiamento da produção.

Quero louvar o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a área econômica do Governo, o Banco Central e todos os setores que tiveram essa visão e, é claro, a decisão firme do Presidente Lula de que a agricultura familiar é prioridade no nosso País.

Portanto, faço este registro. Parabenizo os agricultores brasileiros e a agricultura familiar, lembrando aos agricultores do Norte que procurem os segmentos de financiamento, porque agora está mais fácil conseguir recursos. É a resolução do Banco Central, Resolução nº 3.618, publicada no início de outubro de 2008, que define as normas para a concessão de financiamentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Romero Jucá, cumprimento V. Ex^a pela informação.

Permita-me dizer, embora V. Ex^a me tenha falado em sigilo – para mim e para o Brasil, porque estou na TV Senado neste momento –, que fiquei muito feliz com a informação que V. Ex^a me trouxe, de que V. Ex^a está interagindo com o Governo, para que tenhamos uma saída para resolver a questão previdenciária.

É uma boa notícia. Sei que V. Ex^a está fazendo o maior esforço para encontrarmos esse caminho. Só quero lhe agradecer neste momento, aqui, no exercício da Presidência.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Exatamente, Senador Paulo Paim. V. Ex^a é um baluarte dessa luta, tem capitaneado questões e debates importantes sobre a Previdência. Fiz questão de lhe afirmar que estamos trabalhando. A matéria está na Câmara dos Deputados. Acho que é possível avançarmos, construindo um novo modelo que, inclusive, interaja com a expectativa da movimentação do fator previdenciário.

Acho que isso é possível e é preciso nesta crise mundial. Esta crise financeira mostra que é preciso muita responsabilidade com as contas públicas, mas, ao mesmo tempo, é preciso ter respeito com os direitos adquiridos. Então, acho que temos de construir um modelo que preserve os direitos, que sinalize para o futuro e que, efetivamente, em um futuro mais distante, tenhamos um modelo até diferente, mas que se faça uma transição. É sobre isso que precisamos nos debruçar para procurarmos uma saída.

Como ex-Ministro da Previdência do Presidente Lula, como Senador de um Estado pobre, um Estado de servidores públicos, portanto um Estado que

tem, na Previdência Social, um fator determinante de renda, quero ajudar nesse debate para a busca de solução, assim como V. Ex^a tem feito ao longo da sua vida pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço a V. Ex^a pela disposição e sei que V. Ex^a está interagindo com o Executivo, conversando inclusive com nosso querido amigo, que sei que é sensível ao tema, o Presidente Lula.

Obrigado, Senador Romero Jucá.

Senador João Pedro, V. Ex^a terá o tempo que entender necessário para seu pronunciamento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Paulo Paim, quero dizer da minha alegria de ouvir esse informe do Líder Romero Jucá e quero chamar a atenção para a Amazônia, porque isso é uma resolução para a Região Norte. Ela tem foco para a nossa Região.

Essa informação é uma resolução do dia 1º de outubro, ou seja, ocorreu perto da eleição, e muita gente, com certeza, não a acompanhou.

Chamo a atenção para essa resolução porque ela tem foco para a agricultura familiar: quatro módulos fiscais. Ou seja, na exigência da resolução anterior, só se poderia fazer financiamento se se tivesse o CCIR, que é um certificado dado pelo Incra. O banco foi muito rigoroso em exigir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural. Caiu essa exigência e, com certeza, isso vai trazer muita alegria para a agricultura familiar da Região Norte.

Então, quero parabenizar a direção do Banco Central, o Governo, porque isso deixou todos, os agricultores e trabalhadores, muito esperançosos. A preocupação foi grande com a exigência anterior. Então, com essa queda, melhora a agricultura familiar, cai a burocracia. E nós estamos valorizando a geração de renda e emprego com a Resolução nº 3.618.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador João Pedro, apenas para lembrar que, há poucos dias, nós votamos uma medida provisória, do Presidente Lula, que também determina procedimentos para regularização fundiária na Amazônia de propriedades com até 1,5 mil hectares, mas que tem um foco muito forte exatamente nas propriedades com até 500 hectares, que é o grande número de propriedades na Amazônia. Portanto, a gente vê uma preocupação efetiva em regularizar, em consolidar as propriedades. É claro que com todos os cuidados ambientais. O Governo não vai abrir mão, em nenhum momento, da responsabilidade ambiental que tem sobre a Amazônia. Mas, até para cobrar responsabilidade ambiental, é fundamental regularizar, titular e financiar corretamente, com novas

tecnologias, porque a exploração na Amazônia não deve ser extensiva, mas concentrada. Ela tem que ter tecnologia, ela tem que ter capital, ela tem que ter efetivamente assistência técnica. E é com isso que o Governo está preocupado. Portanto, são duas medidas em um pequeno espaço de tempo que fortalecem o agricultor familiar, os assentamentos, a produção. Diferentemente do que dizem alguns em discurso, de que isso vai gerar depredação e agressão ambiental, eu penso exatamente o contrário. Eu acho que a regularização, a tecnologia, o financiamento correto e a assistência técnica evitam práticas antigas que levam à depredação. Quer dizer, a ausência de um modelo de tecnologia, de capital e de modernização da produção é que criam problemas ambientais. Se temos capacidade de produzir melhor, ocupando menos espaço e focando a produção, sem dúvida nenhuma, teremos uma agressão ambiental muito menor, controlada e acompanhada. Portanto, nós que somos da Amazônia, nós que lutamos para que a Amazônia tenha um desenvolvimento auto-sustentado, não podemos deixar, na Amazônia, com toda aquela imensa riqueza, a população morrer de fome. Então, temos de ter o equilíbrio, a criatividade e a competência para preservar o meio ambiente, mais do que isso: protegê-lo; ainda mais: utilizar esse meio ambiente a favor do mundo, da sociedade, com toda a sua riqueza genética e, ao mesmo tempo, criar atividades produtivas responsáveis que gerem efetivamente uma renda, o que vai fazer com que o agricultor não precise derrubar madeira, não precise contrabandear animais silvestres, enfim, atue de forma construtiva para a economia da região e do País. Agradeço V. Ex^a e louvo suas palavras.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado.

Na nossa região, Senador Paulo Paim, podemos fazer muito ainda neste final de ano, em outubro, novembro e dezembro, com a concessão do crédito do Pronaf – do Pronaf A, do Pronaf B, do Pronaf C. Espero que o Banco da Amazônia possa destravar e que a agricultura familiar possa ter acesso às várias linhas de crédito do Pronaf, até dezembro. Nós podemos fazer muito nestes 80 ou 90 dias. Se nós chegarmos ao final do ano com essa resolução, muita coisa vai avançar do ponto de vista do financiamento do Banco da Amazônia, que é o banco de fomento, que detém os recursos do Pronaf, para que possa atender essa demanda dos trabalhadores rurais, das trabalhadoras, das associações, das cooperativas no sentido de fazermos o melhor, até o final do ano, de acordo com a Resolução nº 3.618, de 1º de outubro, do Banco Central.

Quero falar da Amazônia, Presidente. Na última quarta-feira, tivemos aqui no Senado, numa audiência

pública, dois Ministros do nosso Governo, do Governo do Presidente Lula: o Ministro Reinhold Stephanes, da Agricultura, e o Ministro Carlos Minc, do Meio Ambiente. Uma audiência pública com cinco horas de duração, muitos debates, a presença de vários Senadores, Senadoras, da minha colega da região Senadora Marina Silva. E o debate foi promissor, foi esclarecedor. O debate neste Senado, nessa audiência pública, vai se somando à preocupação acerca da nossa região, acerca desse debate sobre a produção do biocombustível na Amazônia.

Tivemos a informação do Ministro Reinhold Stephanes a respeito do estudo que o Governo vem fazendo – está na fase final, sendo concluído – sobre a expansão da cana-de-açúcar para produção do etanol, desse biocombustível, na Amazônia.

O Ministro foi muito claro, foi muito explícito. Dentro de 30 dias, será concluído o estudo que a Embrapa, a Unicamp, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura realizaram nesses últimos dias. A conclusão é que, no bioma amazônico, não será plantada a cana-de-açúcar para a produção do etanol. Será respeitado o que está plantado, a produção atual, mas a conclusão é que não será possível o plantio da cana. Estou falando aqui que não será possível derrubar florestas para o plantio da cana e produção do etanol. O Ministro foi muito claro sobre isso.

Evidentemente, essa posição nos remete a uma discussão. Não pode a cana; pode o quê?

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Com muito prazer, Senador Valdir Raupp. Deixe-me só concluir esse raciocínio.

Então, o que podemos plantar na nossa Amazônia, nesse território que é o maior do nosso País? A Amazônia é composta por nove Estados da nossa Federação. Foi uma discussão longa, com muitas idéias, muitas proposições, observações, pois, afinal de contas, vivem na Amazônia em torno de 25 milhões de brasileiros, Presidente Paim.

Nós precisamos tocar na Amazônia, trabalhá-la, evidentemente que dentro de novos paradigmas. Nós não podemos, de forma alguma, pensar a Amazônia sem o componente ambiental, na sua importância ambiental, na sua camada de floresta, que participa desse componente.

Nesses estudos que o Ministro ficou de apresentar dentro de 30 dias à sociedade brasileira, que o Senado vai receber, ele já adiantou a conclusão que leva o Ministério a tomar esta posição da proibição do plantio da cana nessa grande região, nessa imensa região brasileira.

Concedo o aparte ao Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Nobre Senador João Pedro, concordo com V. Ex^a quando fala em não derrubar a floresta para plantar cana-de-açúcar. Concordo com a medida do Governo, dos Ministros. Mas, e nas áreas já desmatadas, que pode o pasto, pode a soja, pode qualquer tipo de cultura, por que não pode a cana? Por que se pode plantar cana em todos os outros Estados brasileiros fora da Amazônia, inclusive no Nordeste, onde não há mais floresta? E naquelas áreas já desmatadas, se for nas áreas legais, por que não plantar cana-de-açúcar, já que a cana não é tão prejudicial ao meio ambiente e inclusive pode gerar energia, energia renovável com o bagaço da cana, que está sendo aproveitado em todo o Brasil? Então, não concordo muito com essa medida do Governo de restringir o plantio da cana-de-açúcar em alguns Estados. Talvez não em alguns Estados com um índice mais alto de floresta, mas, naqueles que já têm um desflorestamento acentuado e dentro da legalidade, dentro dos 50%, dos 20% permitidos pela legislação ambiental, por que não produzir a cana-de-açúcar? Então, fica a minha indagação e a minha discordância com essa atitude do Governo de restringir a plantação da cana-de-açúcar. Por exemplo, grande parte do Estado de Rondônia está mais para o Centro-Oeste do que para a Amazônia, para o Norte – refiro-me ao sul do Estado de Rondônia, à região de Vilhena, de Cerejeiras. Mesmo ali, está havendo essa restrição. Neste momento, um projeto para instalação de uma usina de açúcar e álcool em Cerejeiras, que é bem na ponta, no sul do Estado de Rondônia, está enfrentando esse tipo de problema. Parece-me que o Acre também tem dois ou três projetos de implantação de usinas de açúcar e álcool que estão enfrentando o mesmo problema. Fica aqui, então, essa indagação. Obrigado e parabéns pelo pronunciamento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu só quero fazer um pequeno reparo ao aparte de V. Ex^a. É que o Amazonas tem orgulho de ser vizinho de Rondônia. Não puxe Rondônia muito para cá, não; deixe Rondônia colado no Amazonas!

Mas chamo a atenção para o seguinte: o Ministro externou essa opinião sobre a proibição. Sobre o aspecto técnico, podemos ficar tranquilos: nesse estudo, tomaram parte duas instituições que merecem a nossa confiança, a Embrapa e a Unicamp. Se a conclusão é essa, eles não têm um componente político, eles têm um componente técnico nessa Comissão. Nós precisamos ter esse olhar sociológico, cultural, ambiental, técnico, sobre a nossa Amazônia.

Nesse debate, lembrei as nossas regiões degradadas, as regiões degradadas da Amazônia. Nós

temos estudos sobre o assunto, temos uma pesquisa de mais de 20 anos que a Embrapa fez. Sempre estou chamando a atenção para isso, batendo nessa tecla. Na hora em que essa audiência pública discutiu zoneamento ecológico, nós precisamos, evidentemente, colocar este elemento na discussão: é possível nós termos energia renovável a partir do dendê, o *biodiesel* obtido a partir do dendê.

A Embrapa estudou o dendê na Amazônia. Chamo a atenção também para o que ocorre no Estado do Pará: para cada dez litros de *biodiesel* que se produz a partir do dendê, oito são produzidos no Estado do Pará. O Pará vem se consolidando como importante Estado produtor do *biodiesel* do dendê, e espero que avance.

Segundo estudos que a Embrapa realizou, vem realizando, vem pesquisando, o dendê tem viabilidade social, econômica e ambiental na Amazônia. Chamo a atenção desta Casa para isso.

Debatemos, na audiência pública, a importância do dendê como alternativa de renda, como alternativa socialmente justa.

Pesquisa da Embrapa demonstra que se pode produzir dendê em cinco hectares, em propriedades familiares. A economia familiar pode responder por esse trabalho. Os estudos mostram que a produção do dendê se dá a partir do terceiro ano e, comercialmente, a partir do quarto ano. O dendê produz, sem nenhuma interrupção, por 25 anos. Ou seja, temos uma produção para a Amazônia sem impacto ambiental.

É possível, portanto, fazermos essa discussão, trabalharmos um planejamento para a Amazônia e colocarmos o dendê como alternativa de geração de renda, como alternativa para a geração de um *biodiesel* limpo.

Um hectare de dendê plantado produz de quatro a seis toneladas de dendê ao ano. Um hectare de dendê! Ou seja, é possível trabalharmos, é possível que governos estaduais, prefeitos, instituições e movimentos sociais se envolvam nesse trabalho, que é resultado da pesquisa da Embrapa.

Estou falando aqui, fazendo uma reflexão, meu caro Senador Delcídio, homem da Amazônia, ex-Ministro de Minas e Energia, sobre a audiência pública que tivemos com os Ministros Reinhold Stephanes e Carlos Minc na quarta-feira. O Ministro já adiantou que a cana-de-açúcar não será permitida na Amazônia e no Pantanal de V. Ex^a.

Estou dizendo que não pode a cana, mas destacando que pode o dendê, como mostram os resultados de pesquisa da Embrapa. O dendê é viável economicamente, principalmente nas áreas degradadas pelo roubo, pela violência da derrubada ilegal de madeira,

pela pecuária dos anos 70 e 80, que saiu derrubando a mata, a floresta. É possível trabalhar com o dendê para obtermos uma energia limpa.

O Brasil vem avançando: 45% da energia que produz já são renováveis.

O dendê está aí para ser trabalhado, principalmente pela economia familiar, um setor importante que está lá na Amazônia. Nós temos cidades distantes de Manaus às quais só se chega em balsas – a viagem leva 15, às vezes 17 dias. Nós podemos plantar o dendê no entorno dessas cidades como alternativa para o fornecimento de energia e para a geração de renda para as famílias nesses Municípios.

Um outro aspecto importante é nós avançarmos no manejo florestal para a produção de energia. Vou me repetir: a 40 Km da cidade de Itacoatiara, uma cidade com 100 mil habitantes que é ligada a Manaus, Senador Delcídio, há um manejo florestal da empresa Mil Madeiras. Ela certifica madeira que vai, em parte, para São Paulo, para os Estados Unidos e para a Europa. O resto da madeira certificada trabalhada está fornecendo 80% da energia que consome o Município de Itacoatiara – a Eletrobrás, evidentemente, paga por essa energia. Itacoatiara, cidade de 100 mil habitantes e 53 mil eleitores que acabam de eleger um prefeito do PT, obtém energia a partir do manejo florestal, um manejo privado. Podemos ampliar essa alternativa de renda, essa alternativa de produção de energia e podemos ter isso em toda a Amazônia, para o fornecimento da energia. Isso é uma experiência exitosa, positiva que vem acontecendo lá no Amazonas.

Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador João Pedro, nosso companheiro, é muito pertinente o discurso de V. Ex^a, principalmente neste momento em que, no meu ponto de vista, o maior desafio do mundo – quer dizer, tirante esta crise que estamos acompanhando dia a dia – é a energia, inegavelmente, inegavelmente. Os países que estruturarem uma matriz energética competente, aproveitando os seus recursos, seus potenciais, especialmente seus potenciais regionais, esses países terão futuro, terão progresso, terão desenvolvimento, terão geração de renda, terão pessoas trabalhando, terão pessoas levando uma vida digna, o que diminuirá os desequilíbrios sociais. V. Ex^a toca num ponto importantíssimo: semana que vem, haverá um debate na Fiesp, especificamente sobre energia, e mais precisamente energia renovável, que é o grande potencial do Brasil. O Brasil, sob o ponto de vista mundial, talvez seja o país que tem o maior potencial para cravar na sua matriz energética a energia renovável. A hidroeletricidade, os biocombustíveis, como V. Ex^a acabou de citar, e com relação a estes, temos um mun-

do pela frente. Houve, e V. Ex^a citou muito bem, essa audiência pública, nesta semana, com o Ministro Minc e com o Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, da qual infelizmente não pude participar, porque estou trabalhando com a assessoria do Senado e da Câmara na elaboração do relatório preliminar do orçamento e estávamos também discutindo o relatório de receita, o relatório preliminar. Mas soube da participação efetiva de V. Ex^a, e, no meu entendimento, foi uma audiência pública excepcional para se fazer esse debate, não só no que se refere à produção do etanol, com seus impactos, que é uma preocupação da Amazônia, uma preocupação também de Mato Grosso do Sul e de Mato Grosso, mas também como oportunidade de se discutir a produção de biocombustíveis, e V. Ex^a estava falando do dendê. Existem outras alternativas também, como o pinhão manso, o girassol, mas o dendê é especialíssimo, principalmente para a região de V. Ex^a, que também considero como minha região, porque lá vivi muitos anos. Andei por vários Municípios do Estado de V. Ex^a e conheço relativamente bem o Amazonas. Então é muito pertinente. E esse é o trabalho que precisamos fazer. Este é o debate que precisa ser travado aqui no Congresso: de energia renovável, de biocombustíveis, de manejo florestal. À época que andei por Itacoatiara e por outros Municípios, V. Ex^a citou aí, e eu me lembro bem, só o transporte do *diesel* para atender aquelas centrais de energia...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – O custo!

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – O custo, o risco ambiental, as dificuldades todas. Hoje, V. Ex^a já fala de um projeto extraordinário de madeira certificada – é importante –, manejo florestal, claramente, em que parte da madeira é vendida para outras atividades industriais e outra parte, utilizada para gerar energia. Imagine V. Ex^a, com um programa bem planejado, bem estruturado, como é que a população do Amazonas e da Amazônia poderá responder a isso? É inegável, o mundo vai caminhar para uma matriz energética fortemente renovável, e o Brasil vai ter um papel absolutamente fundamental, sem se falar em Protocolo de Kioto, em certificado de redução de emissão, esse novo mercado que se apresenta também. O Brasil vai ser ponta. Portanto, é absolutamente pertinente e atual o discurso de V. Ex^a abordando um tema tão relevante para a Amazônia e para o Brasil.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, meu companheiro Delcídio. E, mais uma vez, chama-me a atenção a riqueza do aparte de V. Ex^a, do conhecimento que V. Ex^a tem. Não é só um Senador, mas um ex-Ministro de Minas e Energia do Brasil que faz o aparte e contribui com a minha reflexão, com o meu discurso.

Duas coisas para encerrar, porque mais um Senador da Amazônia vai falar, que é o Senador Valdir Raupp, que está aqui. Quero chamar a atenção de V. Ex^a, da Casa e do Brasil. Na discussão da produção de *biodiesel*, de biocombustível, a Embrapa que é uma empresa respeitada, que tem uma credibilidade internacional, fica muito encolhida e ela tem que participar.

A pesquisa do dendê é um mérito dessa empresa. Quase 30 anos de pesquisa, e está lá no Amazonas. Não existe, na América do Sul, usina que produza a semente do dendê.

Quero chamar a atenção aqui. A Colômbia vem comprando a muda do dendê de forma assustadora, Senador. Logo, logo, a Colômbia vai ter o *biodiesel* do dendê em escala, porque ela está comprando aqui. Quero chamar a atenção. Venho acompanhando isto: a compra do dendê pela Colômbia em escala acentuada. E ela caminha no sentido da produção de *biodiesel* a partir do dendê. Portanto, precisamos valorizar e dar atenção à Embrapa, apoiar sua pesquisa e acreditar nesses anos de muita dedicação. O dendê é bem-vindo à nossa Amazônia. Evidentemente que concordo e, na audiência pública, fui muito claro – V. Ex^a tem um projeto nesse sentido: temos que proibir, definitivamente, a derrubada da floresta e trabalhar alternativas que estão lá na Amazônia.

Então, o manejo de floresta é possível ser feito como política de Estado. O Estado não pode ser condescendente com a ilegalidade. O Estado precisa ser rigoroso com a derrubada ilegal da floresta, mas trabalhar com estudos importantes que temos naquela região. Falei para o Ministro Minc. O Museu Goeldi, o Impar, a Universidade Federal do Acre, a Universidade Federal de Rondônia, a Universidade Federal do Amazonas, nós possuímos contribuições importantes para participar desse debate, que é um debate internacional, não é só nosso, no momento em que o mundo vive essa situação toda, grave do ponto de vista financeiro, do alimento, da produção do petróleo, enfim.

Então, nós temos saídas, sim, para a Amazônia, e espero que o nosso Governo avance ainda mais. Há contribuições importantes. A Ministra Marina passou pelo Ministério do Meio Ambiente, deixou e deu contribuições relevantes, e a soma das contribuições é possível nós aprofundarmos e construirmos políticas profundas, sérias, não-imediatistas, mas políticas públicas que possam contribuir, principalmente com as pessoas que vivem na Amazônia, e – por que não? – com a humanidade, sendo que a Amazônia é nossa, do Brasil, dos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Pedro, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Parabéns, meu caro Senador João Pedro, e também faço coro ao trabalho da Embrapa, centro de excelência na pesquisa agropecuária, e também da utilização das instituições da Amazônia – Emílio Goeldi, a Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal de Rondônia, do Acre, do Amazonas – nesse grande esforço pela Amazônia.

Com a palavra o nosso Líder do PMDB, Senador que honra o Estado que aqui representa, Estado de Rondônia, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Obrigado, nobre Presidente, Senador Delcídio Amaral, grande representante do Mato Grosso do Sul e do Brasil.

Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar da crise, Sr. Presidente, que castiga os mercados financeiros em todo o mundo, o Brasil vive um momento econômico virtuoso, inédito e promissor. Fruto do trabalho sério e austero de mais de uma década de sucessivas autoridades econômicas, respaldadas pelos respectivos primeiros-mandatários. A estabilidade brasileira é hoje referência para inúmeros países de todo o mundo.

Com os resultados que vêm apresentando a cada trimestre, conquista o reconhecimento das principais agências e organismos internacionais que aferem a credibilidade dos mercados. O que se observa, na atualidade, é um excepcional grau de confiança e otimismo dos agentes econômicos domésticos e estrangeiros no Brasil. Na verdade, esses agentes foram alcançados por uma boa expectativa que não falha nem mesmo diante do radicalismo, da montanha russa de última geração, em que se transformaram, nas últimas semanas, as bolsas de valores nos continentes. E, sobre isso, nós brasileiros, falamos de cadeira. Nossa Bovespa, dotada de notável hipersensibilidade às oscilações de humor do mercado, tem pregado enormes sustos nos investidores. Contudo, diante de um quadro nacional que nos parece tão auspicioso, julgo prudente fazer com que nossa legislação avance no sentido de criar um ambiente sempre mais propício, simples e objetivo para os negócios, sejam eles pequenos, médios ou grandes.

Assim retomo, neste plenário, a defesa da pronta apreciação e votação do PLC nº 128, de 2008, resultado de contribuições parlamentares à proposta original do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O Deputado Mendes Thame apresentou, em fevereiro do ano passado, projeto de lei complementar com o objetivo de ampliar o alcance da Lei Comple-

mentar nº 123, de 2006, que institui entre nós o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Em sua versão original, o PLC defende a inclusão de novas categorias no Simples Nacional como forma de facilitar a vida de importantes segmentos da nossa economia, como representação comercial e corretagem de seguros, paisagismo e decoração.

Durante a tramitação no Congresso Nacional, o projeto recebeu grandes e importantes aportes que, na realidade, se constituem em uma sensível revisão e oportuna atualização, apesar da curta vigência do Estatuto das Micro e Pequenas Empresas Brasileiras.

Pela proposta ora em apreciação, são sugeridas alterações substantivas em vários aspectos da norma vigente, modificando inclusive a sistemática de sua operação. Ademais, são revistos aspectos dos capítulos relativos ao associativismo e às parcerias, agregando-se ainda outras categorias ao Simples Nacional.

O PLC nº 128, Complementar, facilita a adesão de amplo leque de atividades de prestação de serviços ao Simples Nacional, na medida em que as submete a alíquotas mais apropriadas com o tipo de atividades que exerce. São contemplados, por exemplo, Sr. Presidente, diversos serviços escolares, creches, pré-escola, escolas técnicas e curso de idiomas entre outros, serviços de reparos e manutenção, veículos de comunicação, transporte municipal de passageiros e construção de imóveis e obras de engenharia em geral.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como se vê com meridiana clareza, o PLC nº 128 é medida que busca fazer justiça, estendendo e equalizando, a racionalidade e os benefícios contemplados pelo Simples Nacional a inúmeras atividades que empregam e, logo, são o ganha-pão de milhões de brasileiros espalhados por todo o nosso território. Exatamente por isso esse projeto conta com meu integral apoio.

Recordo, para concluir, Sr. Presidente, que, quando fui governador de meu Estado, o Estado de Rondônia, na segunda metade dos anos noventa, coube-me a responsabilidade de implantar o Simples em Rondônia. Então o impacto foi altamente positivo. Foram milhares e milhares de pequenas e microempresas beneficiadas pelo Simples Estadual. A operacionalização do Simples redundou em benefícios concretos para o Estado e para a região na medida em que o empresariado passou a trabalhar em bases mais adequadas com o tamanho e com as reais possibilidades de seu negócio, tendo facilitado o cumprimento de suas obrigações fiscais.

A vantagem do simples, Sr. Presidente, é a diminuição da quantidade de tributos, da quantidade de impostos. Vejo que, também, ao lado desse projeto,

deveríamos acelerar a reforma tributária, que diminui a quantidade de impostos, aumenta a eficiência da máquina arrecadadora, diminui a carga tributária. Olha que maravilha, vai acontecer tudo isso: facilitar a vida do contribuinte diminuindo a quantidade de impostos, diminuindo a carga tributária que está próxima dos 40% e com a possibilidade de arrecadar mais. Vai tornar mais eficiente a arrecadação e vai cobrar dos que sonegam.

Hoje, o bom paga pelo pecador. É cobrado mais imposto, uma carga enorme, uma quantidade enorme de impostos daqueles que pagam. E os que não pagam, que conseguem sonegar? A aprovação da reforma tributária pode resolver tudo isso, fechar a possibilidade da sonegação, diminuindo aos que pagam hoje corretamente.

Enfim, Sr. Presidente, pelas razões expostas, reitero aos eminentes Parlamentares da Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa a rápida análise de tão significativa matéria, que repercutirá de forma positiva em nossa próspera economia e na vida de milhões de concidadãos.

Sr. Presidente, para encerrar, quero mais uma vez parabenizar as autoridades da área econômica do nosso País pela seriedade com que vem enfrentando a crise, pela eficiência como vem trabalhando, o Presidente do Banco Central

O Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles; o Ministro da Fazenda, nosso amigo Guido Mantega; o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo; o Presidente da República Lula, que disse que nunca, durante esses quase seis anos de mandato, entrando já no segundo ano do segundo mandato, conversou tanto com as autoridades econômicas do seu Governo. Com o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central e o Ministro do Planejamento.

Acho que isso é muito importante para tranquilizar a sociedade brasileira e mostrar que a crise, claro, poderá, numa leve, muito leve escala, atingir o Brasil. Mas muito leve. Esperamos que não passe disso. Que o Brasil continue soberano, crescendo, gerando emprego e renda; e que a nossa economia não seja abalada por essa Tsunami, por essa crise mundial.

As Bolsas hoje amanhecaram nervosas. A Bovespa já caiu. Já está se recuperando. Esperamos que ela se recupere até o final do dia e não venha a pregar mais um susto na nossa economia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Raupp. São muito pertinentes os comentários de V. Ex^a sobre o PLC do

Deputado Mendes Thame, que toca num ponto crucial: as micro e pequenas empresas que fazem este País.

É importante a questão da reforma tributária. V. Ex^a foi muito correto e firme na sua afirmação: facilitar a vida do contribuinte; fazer o País crescer; e simplificar a vida de quem trabalha e paga impostos – estes são os caminhos do País. Não tenho dúvida nenhuma.

Como membro da Comissão de Assuntos Econômicos, seguirei a orientação de V. Ex^a para acelerar a tramitação desse projeto, que é importante para o Brasil.

Quero parabenizá-lo pelo discurso, pela objetividade e pelo bom senso.

Passo a Presidência para o Senador Paulo Paim. (Pausa.)

O Sr. Delcídio Amaral deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, neste momento, ao sempre Líder do nosso Partido Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar o meu caro Presidente, Senador Paim. Mais uma vez à frente dos trabalhos está V. Ex^a, que é uma referência para todos nós do Partido dos Trabalhadores, pela competência, pela determinação, pelo trabalho, pela história e por tudo que V. Ex^a representa para os movimentos sociais, para os trabalhadores e para os aposentados deste País.

Meu caro Presidente Senador Paim, venho aqui, mais uma vez, a esta tribuna para, primeiro, registrar, como disse muito bem o Senador Raupp, o trabalho do Presidente Lula e da sua equipe econômica, atentos, serenos no que se refere às providências que o Brasil precisa tomar em função dessa crise internacional que hoje voltou com força total nos mercados asiáticos, no mercado europeu, no mercado americano, mostrando, mais uma vez, que a situação é de extrema insegurança, de desconfiança, do sistema financeiro internacional.

Nós vamos ter de repactuar o marco regulatório do sistema financeiro internacional por tudo isso que estamos passando. Conversando com muitos especialistas, vemos que há uma preocupação grande pelas razões todas que foram aqui extensamente faladas, ao longo desta semana, por vários Parlamentares da Base do Governo e da Oposição. Apesar dos seus fundamentos consistentes, com a economia brasileira caminhando muito bem, com a inflação sob controle, com reservas cambiais muito acima da dívida externa, com o País crescendo, com mais gente tendo carteira

de trabalho assinada, com a geração de empregos, desenvolvimento, programas sociais que cumpram um papel fundamental na busca da dignidade da nossa gente, os esforços na educação, na saúde, o Programa de Aceleração do Crescimento, saneamento, habitação, rodovias, ferrovias, energia, o papel do pré-sal, da Petrobras, das companhias que vão nos acompanhar nesse esforço do aumento da produção do petróleo no Brasil, no pré-sal, o Brasil tem de ficar atento.

Ontem, vim a esta tribuna para manifestar, mais uma vez, a minha preocupação. Está aí o agronegócio... O Estado de V. Ex^a, Senador Paulo Paim, tem um potencial muito forte no agronegócio, assim como o meu Estado, a minha região... A questão dos financiamentos, a rarefação dos financiamentos por parte dos bancos, o risco dos pequenos bancos, que não têm liquidez mais para honrar seus compromissos, e esse fechamento da compra de carteiras, principalmente pelos grandes bancos, carteiras das pequenas instituições, das médias instituições, o financiamento para exportações... O Governo brasileiro está funcionando. Está aí o compulsório liberado, estão aí as medidas para financiar as exportações... Nós estamos fazendo o nosso papel, papel responsável no sentido de preservar nossa economia e preservar o futuro de todos nós brasileiros.

Venho, Sr. Presidente, falar aqui para V. Ex^a que é dentro desse quadro que nós apresentaremos o relatório preliminar do Orçamento já na terça-feira que vem, após um trabalho forte da assessoria, da Consultoria do Senado e da Consultoria da Câmara. É um relatório preliminar que cria as condições para que o Congresso Nacional responda, como é sua responsabilidade, ao momento que o mundo vive. Definitivamente, o Brasil não vai ficar blindado com relação a essas questões. Nós precisamos é de mitigar esses efeitos.

Então, nós vamos preparar um relatório preliminar indicativo, mas muito abrangente, sucinto, enxuto, mas abrangente nos conceitos e nas ferramentas que, junto com os relatores setoriais, nós vamos ter oportunidade de trabalhar, de atuar no sentido de responder, eventualmente, a mudanças das estimativas que servirão como parâmetros principais para a elaboração do Orçamento. Portanto, é preciso fazer uma coisa “com o pé no chão”, uma coisa que vai ser importante para o nosso País.

Sr. Presidente, agora entro no tema principal que me trouxe a esta tribuna. Entendo que, no momento em que vivemos, vamos ter que utilizar reservas cambiais também para defender a economia brasileira dessa crise internacional que não passa, de cujo tamanho não sabemos, assim como não sabemos quando vai terminar.

Eu vinha discutindo, com serenidade, numa velocidade que nos levasse a conversar com os mais diferentes interlocutores do Governo, do mercado, do Parlamento, sobre um projeto em que venho trabalhando já há meses, um projeto que chamamos de Cidadania Fiscal. É um projeto que busca, entre outras coisas, repatriar recursos de brasileiros que estão lá fora. É um projeto polêmico, meu caro Presidente Paim, mas que foi concebido estabelecendo as restrições necessárias para que o dinheiro repatriado seja realmente bom, não oriundo de atividades ilegais. É um projeto amplo.

Muitos projetos sobre esse assunto já tramitaram aqui no Congresso, mas simplificados, olhando essa questão de maneira bastante restrita.

Nós resolvemos ampliar essa proposta. Para isso, meu caro Senador Paim, contamos com o apoio de escritórios de advocacia, de empresas de auditoria, de muita gente que acompanhou esses processos em outros países, e realmente concebemos um projeto, que já apresentei a muitas autoridades do Governo, um projeto que realmente merece uma reflexão, especialmente em função do momento. Ele vem até para fazer justiça àquelas pessoas que ganharam dinheiro com seu trabalho honesto, decente, mas que ficaram extremamente preocupadas com algumas situações que o nosso País enfrentou em vários governos e que, até por proteção, nas vias permitidas, colocaram esse recurso lá fora, mas que hoje têm interesse em trazer esses recursos de volta.

Há uma sucessão familiar nas empresas e ninguém quer, para os seus filhos, para os seus netos, permanecer com essa espada de Dâmoqueles relativa a recursos que foram colocados lá fora. São pessoas que trabalharam, empresários que geram emprego, que ajudam o Brasil a produzir, a crescer. O projeto foi desenvolvido com essa óptica.

Nós analisamos muitos modelos. O mais próximo daquilo que nós entendemos como razoável é o *scudo fiscale*, que foi um projeto desenvolvido na Itália. A Itália internalizou mais de 63 bilhões de euros na sua economia.

Temos um modelo alemão, temos um modelo mexicano, temos vários modelos que acompanhamos pelo mundo. Chegamos à conclusão de que o *scudo fiscale* seria mais adequado, mais coerente com a nossa realidade, estabelecendo os filtros necessários para que somente os recursos bons viessem a ser repatriados, deixando narcotráfico, corrupção, contrabando de fora.

Fizemos estimativas de US\$70 bilhões, de US\$80 bilhões, estimativas conservadoras no meu ponto de vista. E o que poderia representar a entrada desses

recursos no Brasil? Importante, meu caro Presidente Paulo Paim: poderíamos atrelar esses recursos, inclusive, a investimentos na logística, na infra-estrutura. Temos exemplos de Estados americanos – e lá é uma federação, efetivamente – que fizeram essa repatriação, mas com uma série de condições, entre elas investimentos em logística e infra-estrutura.

Portanto, um projeto como esse já tinha relação com a situação anterior. Imagine agora, em função de toda essa crise que se avizinha!

Meu caro Senador Paulo Paim, nós não nos limitamos a essas condições, somente. Alguém poderia dizer o seguinte: “puxa vida, só para quem colocou dinheiro lá fora é que vai ser dado um tratamento específico”? Nós refletimos intensamente sobre isso, no sentido de promover uma repactuação das dívidas daqueles que estão aqui, que repactuaram suas dívidas em função de vários projetos que tramitaram aqui no Congresso e que, hoje, estão novamente inadimplentes. Será que, para contrabalançar esse retorno desses recursos de brasileiros que estão lá fora, não poderíamos também renovar esses programas para torná-los viáveis, facilitar o pagamento por parte daqueles contribuintes que realmente geram emprego, que investem, que ajudam o Brasil a crescer, e, aí sim, estabelecendo um ponto e contraponto? Ou seja, se a gente atende lá fora, vamos atender aqui também, vamos tornar factível o recolhimento desses impostos atrasados.

E, aí, alguém pergunta: “mas e aqueles que estão em ordem?” Quem sabe liberá-los para eventualmente fazer uma revisão do seu próprio Imposto de Renda, das suas propriedades, para, daqui para a frente, trabalharmos numa outra escala de valores, mas sem prejudicar quem trabalha e quem quer ver regularizada a sua situação fiscal.

Ninguém, meu caro Senador Paim, quer enganar o Governo, porque isso traz preocupação e isso pode levar quem produz, quem emprega a situações constrangedoras que vão prejudicar o seu negócio, que vão prejudicar os seus trabalhadores. Todo o mundo quer andar em ordem, quer dormir em paz.

Portanto, veja V. Ex^a a oportunidade ou essa janela de oportunidades que podemos ter e que estão me levando a antecipar este debate aqui no Congresso Nacional, até porque o projeto está praticamente pronto. Eu só estava terminando as costuras para conversar com um maior número possível de atores para trazer esse projeto já bem alinhavado para o Congresso Nacional. Acho que o momento é especialíssimo.

O importante, Presidente: fomos mais fundo nisso. Além desse trabalho olhando os recursos lá fora, as dívidas aqui dentro, com a perspectiva de praticamente zerarmos o jogo sob o ponto de vista fiscal, nós

afinarmos um pouco mais a auditoria das empresas, darmos um espaço mais amplo para os contadores, para que os profissionais da área de contabilidade tenham um papel preponderante na análise de balanços, na busca de balanços cada vez mais transparentes. E por que isso? Por que normas contábeis mais rigorosas, que venham a se aplicar a um universo maior de empresas, de pessoas jurídicas? Exatamente para não repetir mais o que aconteceu.

É como se tivéssemos zerando o jogo no País com relação àquilo que foi omitido, com relação àquilo que foi expatriado, com relação àquilo que não temos condições de pagar e precisamos renegociar, porque, aí sim, a Receita vai ter acesso a recursos que efetivamente são possíveis de pagamento; e, no futuro, quando da conclusão desses parcelamentos, possíveis de quitação.

Então, estou convencido, meu caro Senador Paim, de que o momento é agora, porque, no meu ponto de vista, essa crise não vai passar tão cedo. E nós vamos ter que criar mecanismos, como o Governo Federal, o Governo do Presidente Lula já tem criado, mas precisamos ampliar mais. E eu entendo que esse projeto pode trazer uma janela de oportunidades para o Brasil, mas sendo encarado de uma maneira isenta, equilibrada e não de uma forma distorcida como alguns foram tratados, como se fossem projetos para prestigiar a ilegalidade ou para resolver a situação de algumas pessoas visadas pela nossa sociedade.

Esse é um projeto de Brasil. Não é um projeto que só está sendo apresentado no Brasil. É um projeto que países desenvolvidos também o fizeram, Estados americanos também o fizeram. Então, não estamos inventando a roda. Estamos trabalhando no sentido de adequar as melhores práticas, as melhores experiências para ver se nós conseguimos introduzir uma experiência exitosa no Brasil, especialmente agora, nesse momento em que entram novos conceitos, como o Fundo Soberano, que está tramitando aqui, que está sendo votado.

Quem sabe esse dinheiro repatriado não pode servir de colchão para um Fundo Soberano e o Governo Federal se utilize desses recursos para fazer frente às nossas dificuldades, ou para fazer frente aos nossos desafios, ou para fazer frente a um projeto de desenvolvimento econômico e social para o Brasil?

Portanto, Sr. Presidente, estou convencido de que devo acelerar a apresentação desse projeto aqui no Congresso Nacional, aqui no Senado Federal, porque no meu ponto de vista, a hora é agora.

São algumas ponderações, meu Presidente, que vamos ter oportunidade de discutir, mas, agora, mais do que nunca, entendo que é um projeto consistente e, acima de tudo, um projeto aderente

ao tempo em que vivemos e, eventualmente, à crise que enfrentaremos nos próximos anos.

Muito obrigado, meu caro Senador Paim, pela tolerância e, mais uma vez, pela oportunidade que V. Ex^a me dá para vir novamente a esta tribuna do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Delcídio Amaral, só quero cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento. Com certeza, por conhecer o seu trabalho, a sua história e a sua competência, também já estou entendendo que esse projeto vem na hora certa, no momento certo e deverá, depois de um debate claro, exaustivo aqui no Congresso, na minha avaliação, ser aprovado.

Parabéns, mais uma vez, a V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não há mais oradores inscritos.

Ao encerrar os trabalhos desta sexta-feira – eu que tive que sair duas vezes para explicar o comunicado que fez aqui o Líder Romero Jucá, Líder do Governo –, reafirmo o que ele disse da tribuna e me falou.

Ele esteve conversando com o Executivo sobre caminharmos de forma mais rápida para aprovarmos o projeto do fim do fator previdenciário e avançarmos no reajuste dos aposentados e pensionistas. Disse-me ele que há uma sensibilidade por parte do Presidente a esse tema e que, com certeza, deveremos caminhar na construção de uma política definitiva na área da Previdência que seja universal, igual para todos, com regras de transição que apontem um caminho definitivo a longo prazo.

Essa é uma boa notícia – nós estamos há tantos anos, Senador Delcídio, elaborando isso – para que, efetivamente, tenhamos uma única Previdência para trabalhadores da área pública e da área privada. Sei que V. Ex^a fará o possível para que essa engenharia, essa construção venha em benefício dos aposentados e se torne realidade. É um bom sinal do Presidente Lula, que me foi passado aqui pelo Líder do Governo Romero Jucá e que tem o apoio, com certeza, de V. Ex^a. Parabéns, Senador Delcídio.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.185, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do PLC nº 47/2003, com os PLS nºs 118/2006, 194/2005, 219/2008, 241/2005 e 485/2003 – Complementares, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.186, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto das PEC nºs 6/2006, 10/2008, 13/2006, 16/2004, 22/2007, 61/2004, 85/2007 e 95/2003 por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

REQUERIMENTO Nº 1.187, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do PLS nº 18/2006 com os PLS nºs 19/2007, 46/2006, 107/2003, 154/2008, 160/2008, 280/2003, 284/2008, 285/2005, 428/2003, 700/2007, e com os PLC nºs 43/2005, 77/2007 e 86/2006, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e encaminhados à Mesa para decisão, nos termos do art. 258 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 203, DE 2008

(Nº 764/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 12 a 17 de outubro de 2008, em visitas oficiais a Espanha de 12 a 14, a Índia nos dias 14 e 15, e a Moçambique nos dias 16 e 17.

Brasília, 9 de outubro de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Aviso nº 903 – C. Civil.

Em 9 de outubro de 2008

Assunto: Viagem presidencial

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 12 a 17 de outubro de 2008, em visitas oficiais a Espanha de 12 a 14, a Índia nos dias 14 e 15, e a Moçambique nos dias 16 e 17.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A mensagem que acaba de ser lida será anexada ao processado da Mensagem nº 35, de 2008, e vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como Líder do Governo nesta Casa, em diálogo permanente com o Presidente Lula e seus Ministros, acompanho com muita atenção o dia-a-dia da Administração Pública Federal. Assim, percebo as grandes, notórias e decisivas transformações pelas quais o Brasil está passando nos últimos anos. Tudo isso graças não só à determinação do Presidente da República, à operosidade de seu Ministério e dos servidores públicos federais, mas, sobretudo, fruto do empenho do empresariado nacional e de milhões de brasileiros anônimos que, num exercício cívico cotidiano de muito trabalho e obstinação, constroem este País.

Se tudo isso fosse pouco, sobram confiáveis indicadores domésticos e externos que nos mostram o Brasil na trilha correta do desenvolvimento e da adequada e competitiva inserção internacional. A cada dia, o País conquista a confiança dos investidores e das empresas globais que manifestam, sem deixar margem a dúvidas, sua convicção na credibilidade de nosso País.

Pois saibam, Sr^{as} e Srs. Senadores, que me causou agradável surpresa e enorme prazer a leitura, de forma consolidada, das ações governamentais reunidas em documento tornado público recentemente. Trata-se da publicação intitulada *Mais Brasil para Mais Brasileiros*, que evidencia, de maneira indelével, a máxima que tem orientado o Governo Federal nos últimos 5 anos e meio: “Brasil, um país de todos.”

Não importa a área de Governo que se considere, em praticamente todos os setores da Administração podem-se observar profundas transformações, que beneficiam a vida de milhões de pessoas. Estamos, sim, como se verá, construindo agora um Brasil mais justo para todos os brasileiros. Essa é uma obra coletiva inédita que, portanto, deve ser destacada e celebrada por todos nós.

Tome-se, por exemplo, as agendas social e econômica do Governo. Quase 10 milhões de brasileiros deixaram a pobreza absoluta nos últimos anos. Parte significativa dos pobres ingressou na classe média, que cresceu 10 pontos percentuais entre 2006 e 2007; a evolução significa que 23,5 milhões de cidadãos foram integrados à classe média.

Com a economia estabilizada, também houve crescimento substantivo da renda média nacional, que passou de R\$792,00 em 2003/2004 para R\$888,00 em 2006, uma progressão de mais de 12 % em apenas dois anos. Para que se tenha uma idéia precisa da sensível redução da desigualdade social no País, tome-se o índice Gini, universalmente aceito como medida da distribuição de renda. Quanto menor o índice, sempre tendendo a zero, mais próximo estará o país de uma melhor distribuição das riquezas que produz. Pois bem, em 2003, este número estava em 0,545; três anos mais tarde, em 2006, chegamos a 0,528, índice que demonstra o resultado francamente positivo dos esforços do Governo Federal.

Inúmeros e bem-sucedidos programas sociais dão sustentação à meta de Governo centrada na melhoria progressiva e consistente da qualidade de vida dos brasileiros. É o caso do Bolsa Família, que passou a apoiar mais de 11 milhões de famílias em todo o País, enquanto o programa Luz para Todos entregou energia elétrica para mais 7,3 milhões de cidadãos. Ainda no ano passado, o Governo lançou o PDE – Programa de Desenvolvimento da Educação, com investimentos de R\$15 bilhões até o ano de 2011. O programa terá seus recursos destinados à melhoria da educação, em todos os níveis, promovendo a universalização do acesso ao ensino para a população brasileira.

Por outro lado, o Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização para Profissionais da Educação, em apenas dois anos de existência, está destinando recursos da ordem de R\$3,2 bilhões. Nos próximos anos, o Fundeb deverá alcançar quase 50 milhões de estudantes brasileiros. Ainda no segmento da educação, deve-se destacar que mais de 37 milhões de alunos, de 56.685 escolas da rede pública urbana, passarão a contar com acesso rápido e gratuito à Internet dentro do ambiente escolar. E a medida tem prazo para entrar em vigor: 2010.

No que se refere à saúde, pode-se dizer, com certeza, que se verificam igualmente avanços significativos beneficiando, com atenção básica, 47% da população brasileira, ou quase 90 milhões de pessoas, participantes do Programa Saúde da Família. Ademais, não têm faltado ações que colocam a assistência à saúde dentro das escolas, tais como a assistência farmacêutica e o atendimento emergencial pelo SAMU – Serviço de Atendimento Médico de Urgência, que chega a mais de mil Municípios brasileiros, cobrindo um público potencial de 98 milhões de pessoas.

Quase 16 mil equipes de saúde bucal realizaram, no ano passado, 12,1 milhões de procedimentos especializados. A expectativa é de que, até 2011, 70% dos brasileiros estejam amparados pelo Programa, que deverá contar com um total de 24 mil equipes de atendimento à saúde bucal.

Alguns outros números, entre tantos altamente significativos, revelam que em apenas um ano, 2007, foram criados no País 1,6 milhão de novos empregos com carteira assinada. E, entre janeiro de 2003, marco inaugural do Governo Lula, e dezembro de 2007, o número de ocupações formais criadas chegou a 8,1 milhões de empregos, além de 2,1 milhões não formalizados. No período, verificou-se admirável queda no desemprego, que terminou 2007 no índice de 9,3%, o mais baixo em cinco anos.

Quero ainda mencionar, antes de concluir, mais alguns dados relevantes, visto que tive que optar por uma enunciação estrita, meramente exemplificativa. No que se refere ao setor de transportes, o Governo tem-se empenhado em promover a integração de seus diversos modais em todo o País. Com isso, o objetivo é favorecer o deslocamento de pessoas e bens, tendo em conta segurança e redução de custos. O movimento aeroportuário de passageiros, que cresceu em apenas um ano 8,7%, reflete, por exemplo, o momento especial da economia brasileira. No ano passado, nada menos que 111 milhões de passageiros utilizaram os 67 aeroportos administrados pela Infraero.

Enfim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, impõe-se que eu conclua este pronunciamento. Queria tão somente destacar, com base em números que podem ser aferidos, o muito que tem sido feito pelo Governo Federal em favor dos brasileiros, embora ainda defrontemos com inúmeros desafios. Lembro, também, que aqueles cidadãos que desejarem conhecer todos os dados e números dos programas governamentais poderão fazê-lo pela Internet, no sítio www.maisbrasil.gov.br.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 11 minutos.)

**SENADO FEDERAL
ATA DA 166ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,
EM 5 DE SETEMBRO DE 2008**

(Publicada no **Diário do Senado Federal**, de 6 de setembro de 2008)

RETIFICAÇÃO

Na página 36935, 1ª coluna, republica-se, na íntegra, o Requerimento nº 1.075, de 2008, por incorreções gráficas no anterior.

**REQUERIMENTO
Nº 1.075, DE 2008**

*Solicita a tramitação em conjunto do Projeto de
Lei do Senado n.º 3, de 2001, e do Projeto
de Lei da Câmara n.º 86, de 2007.*

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado n.º 3, de 2001, e do Projeto de Lei da Câmara n.º 86, de 2007, por versarem sobre o mesmo assunto.

JUSTIFICAÇÃO

Os Projetos de Lei supracitados e aos quais se pretende a tramitação conjunta alteram a Lei n.º 9.807, de 13 de julho de 1999, que "estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal".

No intuito tanto de somar ao Projeto já aprovado pela Câmara dos Deputados, quanto visando a economia processual no Senado, uma vez que se trata do mesmo assunto, requeiro a presente tramitação conjunta.

Sala das Sessões, 18 de fevereiro de 2008.


Senador MOZARILDO CAVALCANTI

**ATA DA 173ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,
EM 16 DE SETEMBRO DE 2008**

(Publicada no **Diário do Senado Federal**, de 17 de setembro de 2008)

RETIFICAÇÕES

Na página 37856, 1ª coluna, após *Legislação Citada*, referente ao Parecer nº 1.004/2008, da Comissão de Educação, inserir, na íntegra, por omissão gráfica o Ofício nº CE/103/2008

Of. nº. CE/103/2008.

Brasília, 09 de setembro de 2008.

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 575, de 2007, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Arthur Virgílio que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal Naval do município de Itacoatiara, no Estado do Amazonas”.

Atenciosamente,



SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2097 , de 2008**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF nº. 025168/93-2,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 25% (vinte e cinco por cento) da pensão temporária concedida a PHELIPE ROCHA LEITE, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para ALLAN ROCHA LEITE, na condição de filho menor, alterando a cota da pensão temporária de 25% (vinte e cinco por cento) para 50% (cinquenta por cento), e manter a pensão vitalícia concedida a MARIA LÚCIA ROCHA, na condição de companheira, no percentual de 50% (cinquenta por cento), conforme Título Concessório de 20/01/1994, dos proventos que percebia o ex-servidor FRANCISCO CATINGUEIRA LEITE, matrícula 123769, a partir da data da maioridade, 10/10/2008.

Senado Federal, 10 de outubro de 2008.

JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO

Diretor-Geral Adjunto

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2098 , de 2008**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF nº. 015.206/96-3,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) da pensão temporária concedida a KATIA ROBERTA DE SOUSA PIRES, na condição de filha menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para CARLOS ROBERTO DE SOUSA PIRES e JUNIO ROBERTO DE SOUSA PIRES, na condição de filhos menores, alterando a cota da pensão temporária de 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento) para 25% (vinte e cinco por cento) e manter a pensão vitalícia concedida a ANGELA MARIA DE SOUSA PIRES, na qualidade de cônjuge, no percentual de 50% (cinquenta por cento), conforme Título Concessório de 29/10/1996, dos proventos que percebia o ex-servidor JOÃO ROBERTO PIRES, matrícula 124117, a partir da data da maioridade, 18/10/2008.

Senado Federal, 10 de outubro de 2008.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2099 , de 2008**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 024863/95-5.

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 1086, de 1995, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor **ANTÔNIO FEITOZA DA SILVA**, Técnico Legislativo, Padrão 30, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei, por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal em 24 de setembro de 2008, **em caráter permanente**, sendo o diagnóstico confirmado em 15 de junho de 2007, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 10 de outubro de 2008.



JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 2100 , de 2008**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares e tendo em vista o que consta do processo nº 001706/02-0,

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 2440, de 2001, que manteve aposentado por invalidez e com proventos o servidor LEONARDO GOMES DE CARVALHO LEITE NETO, Consultor Legislativo, Nível III, Padrão 45, nos seguintes termos: onde se lê "a partir de 21 de novembro de 2001", leia-se "a partir de 25 de novembro de 2002".

Senado Federal, em 10 de outubro de 2008.



JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Maioria-PMDB - Casildo Maldaner** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Marco Antônio Costa** (S)

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁶⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(3,12,17)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁵⁾	

PDT/PSOL ⁽¹⁰⁾

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
16. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

(1)

Notas:

1. (DEM)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maioria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador João Pedro (PT)

Maioria (PMDB)

PSDB

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ^(1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹²⁾	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(7,11)	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).

12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Majoria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽¹⁰⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁹⁾

Notas:

- Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
- Eleito em 8.8.2007.
- Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
10. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) (12)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) (5,9)	6. Casildo Maldaner (PMDB) (15)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (11)
Virgínio de Carvalho (PSC) (6)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) (13)	5. Marco Antônio Costa (DEM) (14)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7)	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (10)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

9. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).

11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (5)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽²⁾**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹⁰⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) (17)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) (14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) (5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (6)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (2)
Virginio de Carvalho (PSC) (13)	3. Marco Antônio Costa (DEM) (18)
Romeu Tuma (PTB) (3)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) (12)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (7)	
Fernando Collor (8,9,10,11,20)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
9. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ^(1,6)**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Fernando Collor (PTB) ^(3,4)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Exedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁸⁾
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (8)
Patrícia Saboya (PDT) (3)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (2)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (5)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Marco Antônio Costa (DEM) (10)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) (7)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB) (11)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB (6)	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia (9)	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽⁹⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.

6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

8. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,8)	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁴⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹¹⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹³⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁰⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹²⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 19/07/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMMaria do Carmo Alves (SE) ⁽¹⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR**PDT**

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL****Atualização:** 19/07/2008**Notas:**

1. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/AC) ⁵
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 21.07.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, por 116 dias, a partir do dia 01.07.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	LÍDER DA MAIORIA VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



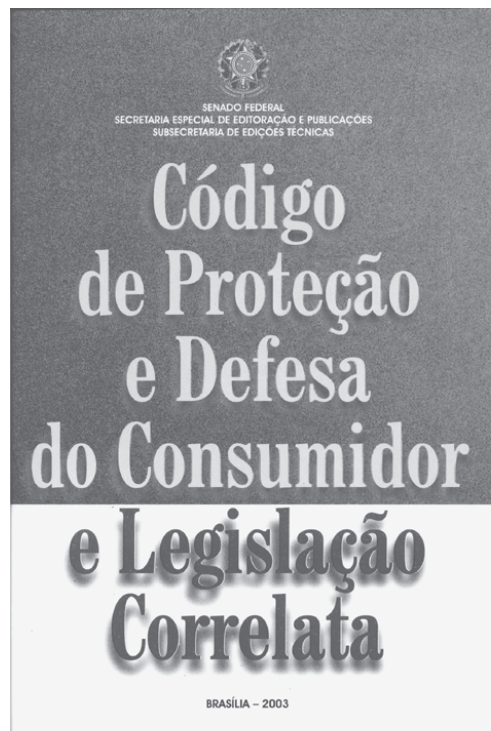
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 118 PÁGINAS